



# **Era um mundo**

**libertar-se do mundo morto**

**João Bernardo**

**VOSSTANIE**



**VOSSTANIE** - Março 2019  
[www.vosstanie.org](http://www.vosstanie.org)

Fotografia da capa: Helena Almeida. "Desenho", 1999

**Era um mundo**



# **Era um mundo**

*Libertar-se do mundo morto*

**João Bernardo**

**VOSSTANIE**



# ÍNDICE

p.9 - PREFÁCIO

p.13 - ECONOMIA E POLÍTICA DA CLASSE DOMINANTE  
(1975)

p.75 - A PROPÓSITO DA TEORIA DO MODO DE  
PRODUÇÃO COMUNISTA (1977)

p.88 - O DINHEIRO: DA REIFICAÇÃO DAS RELAÇÕES  
SOCIAIS ATÉ O FETICHISMO DO DINHEIRO (1983)

p.117 - A AUTONOMIA NAS LUTAS OPERÁRIAS (1986)

p.140 - A PROPÓSITO DA ECONOMIA DOS CONFLITOS  
SOCIAIS (1992)

p.146 - AUTONOMIA DOS TRABALHADORES, ESTADO E  
MERCADO MUNDIAL (1994)

p.156 - PRÁTICA, IDEOLOGIA E AUTONOMIA OPERÁRIA /  
ENTREVISTA COM A REVISTA RUPTURA (2009-2011)

p.174 - EPÍLOGO E PREFÁCIO (2009)

## **[ANEXO]**

p.200 - GESTORES, ESTADO E CAPITALISMO DE ESTADO  
(1985)

p.242 - BIBLIOGRAFIA DO AUTOR

p.245 - ÍNDICE DE NOMES E ASSUNTOS



# Prefácio

É comum os autores aproveitarem os prefácios para corrigir os erros, ou o que lhes parece serem erros, dos textos reeditados. Mais frequente ainda é aproveitarem para explicar que mudaram de ideias quanto a isto e aquilo. Não vou fazer nada disso, mas previno o leitor de outra coisa, muitíssimo mais importante:

Com exceção do ensaio apresentado em anexo, *Gestores, Estado e Capitalismo de Estado*, as páginas deste livro referem-se a um mundo que já não existe.

Era um mundo onde o toyotismo começava a dispersar fisicamente a força de trabalho que antes o fordismo concentrara nas mesmas instalações, fossem industriais ou de serviços, mas sem que essa dispersão tivesse ainda alterado substancialmente o quadro em que os trabalhadores estabeleciam relações de solidariedade. A uberização foi o decisivo passo em frente no processo iniciado pelo toyotismo. E num sistema em que os trabalhadores se relacionam apenas, ou quase, mediante uma rede computadorizada cujo centro é ocupado exclusivamente pela administração da empresa, como será possível fundar um novo campo de relações solidárias que não seja meramente virtual?

Era um mundo onde a concentração no processo de trabalho oferecia uma base sólida para se lutar pela ultrapassagem da miríade de divisões sexuais, de tons de

pele, de culturas. Onde a internacionalização do capital e depois a sua transnacionalização convertiam o internacionalismo, de aspiração futura, em verosímil projecto imediato. Um mundo onde a incipiente dispersão física da força de trabalho não diluía ainda a noção de que ser trabalhador é o facto decisivo e que neste facto se funda a possível consciência de que existe uma classe, consolidada por elos de solidariedade. Mas os identitarismos e, mais grave ainda, a tendência à proliferação crescente de identitarismos tornaram-se a ideologia adequada à uberização da força de trabalho e reforçam a sua dispersão física. E se não sabemos como fundar neste sistema de trabalho um novo campo de relações solidárias, como saberemos proceder a uma crítica eficaz, porque prática, dos identitarismos?

Era um mundo em que predominava a consciência da clivagem entre os que trabalham e os que aproveitam o trabalho dos outros, entre os que não têm possibilidade de gerir o seu próprio tempo de trabalho e os que gerem o tempo de trabalho alheio. Mas a hegemonia adquirida pelos identitarismos, ao dissolver a noção de classe trabalhadora, serviu de fundamento à multiplicação de mecanismos capitalistas no interior de cada identidade. Como poderemos lutar contra um identitarismo que é supraclassista não só no verniz da ideologia mas, mais drasticamente, nos alicerces económicos, reforçando assim o capitalismo?

Era um mundo onde a concentração física da força de trabalho, que lhe impunha a necessidade de ultrapassar as divisões de sexo, de cor ou de cultura, constituía a base para reivindicar o fim das censuras e o direito de expressão. Um mundo onde não só os poucos profissionais das artes mas

ainda os muitíssimos mais que se esforçavam por inventar uma certa arte de viver rompiam com os puritanismos e transformavam o escândalo num estilo. Mas a multiplicidade de identitarismos veio erguer novas censuras e novos impedimentos, cada um os seus. E como poderemos ludibriar esta teia de obstáculos para reatar um pensamento crítico?

Era um mundo onde as aspirações anticapitalistas ou tomavam como modelo o comunismo soviético ou o comunismo chinês ou, repudiando qualquer deles, procuravam inspiração nas relações de solidariedade práticas instauradas aqui e ali, um pouco por todo o lado, em processos de ocupação e autogestão dos locais de trabalho. Um mundo onde o anticapitalismo, como quer que fosse entendido, se referia à base da sociedade. Como poderemos reconstruir agora o anticapitalismo com trabalhadores dispersos pela uberização, fragmentados pelos identitarismos, mobilizados pelos novos mecanismos capitalistas que sustentam a base de cada identidade, enleados pelas novas censuras do politicamente correcto?

Na história, como em muitas outras coisas, o que morre não ressuscita. As páginas deste livro referem-se a um mundo morto e enterrado. Quando as escrevi, procurei escrevê-las como uma análise da história. Hoje, ao passar os olhos por elas, entendo-as como parte da própria história, que necessitam de uma análise. Mas qual?

O mundo que morreu não se limitou a morrer. Morreu de uma dada forma e foi substituído por dados problemas, e tanto uma como os outros constituem o terreno sobre o qual, queiramos ou não, vivemos e somos obrigados a agir. Uma certeza devemos ter, e é a única — que é nocivo tomar como

modelo o que está morto, que é inútil reconstruir o que foi enterrado. Mas esta certeza não nos adianta muito, porque para a prática nova nós dispomos apenas das palavras antigas. A revolução francesa fez-se com o vocabulário político greco-romano, a revolução russa de Outubro com o vocabulário da revolução francesa e aquele vasto movimento a que usualmente se chama Maio de 68 usou o vocabulário da revolução russa. Este retardamento da história que se conhece relativamente à história que se faz é a nossa condenação. Será que alguma coisa se pode salvar?

Se alguma coisa se salva, talvez seja aquela que para mim é a mais importante, a noção de que a forma é o verdadeiro conteúdo. Esta é uma noção de origem estética, esboçada pelos *dandies* do século XIX e aplicada sistematicamente no século XX pelos neoplasticistas e pelos seus continuadores, e que preside a todas as minhas análises dos movimentos sociais. É a forma das relações que determina as suas potencialidades e as linhas de desenvolvimento possíveis. É a forma das relações estabelecidas numa dada luta que determina a sua capacidade para romper, ou não, com os sistemas de organização capitalistas, para fundar um relacionamento igualitário ou para reproduzir novas burocracias, para passar além ou para envernizar com outros tons o presente.

É nestes termos que, procurando libertar-me do mundo morto, tento perceber os contornos do mundo em que agora vivo.

Novembro de 2018

# Economia e política da classe dominante

*Um ano um mês e um dia depois: para onde vai o 25 de abril. Lisboa e Porto: Contra a Corrente, 2ª ed., 1975.*

Haverá razão para reeditar, quase meio ano depois, uma tentativa de análise da política da classe dominante, escrita quando se iniciaram as convulsões que levariam à queda do quarto governo, à formação e à destruição do quinto e, sobretudo, a uma nova organização de forças entre as várias tendências promotoras do capitalismo de Estado ?

Creio que a primeira parte deste texto, em que procuro analisar os principais problemas económicos levantados à consolidação e expansão do capitalismo de Estado em Portugal, não se encontra desatualizada. Pelo contrário, de então para cá a evolução económica não tem feito mais do que acentuar as tendências aqui apontadas e agravar as suas contradições.

É na segunda parte que as previsões se encontram em grande parte ultrapassadas. O problema central que tentava analisar e cuja evolução tentei descortinar era o seguinte: por que caminhos farão as várias tendências da classe dominante a unificação de que precisam, se querem impôr o capitalismo de Estado? Apontava neste texto duas grandes correntes — uma que considero *repressiva*, e que o PCP consubstancia, e outra que considero *ideológica*, e que é consubstanciada, no campo das organizações políticas, por

grupos que, não tendo a força burocrática do PCP, usam de um radicalismo de linguagem e de atitudes que os faz ser os propagandistas e os publicitários do capitalismo de Estado; no campo militar, esta corrente *ideológica*, que era integrada pelo Copcon é, agora que as cisões no seio deste comando lhe destruíram a unidade e o valor de força política uma, constituída especialmente pela Polícia Militar em Lisboa e o Ralis. O próprio facto de os sectores do exército criados para assumirem as funções mais repressivas terem hoje um papel ideológico facilitará a futura fusão destas duas correntes ideológicas e repressiva.

Mas, nos termos em que estão descritas, estas correntes não se fundem no seio do governo, como eu então prévia, mas na “oposição”. É certo que nas circunstâncias actuais, em que o governo não consegue governar e em que o poder está repartido por múltiplos centros, as noções de governo e de oposição são bastante menos nítidas do que habitualmente. Conservam no entanto um certo valor relativo e é dentro dele que se pode afirmar que a fusão prevista no texto agora reeditado se realiza na “oposição”. A FUR, que o PCP utilizou quando e como quis, deixando agora nela a sua delegação que é o MDP/CDE, constitui um dos veículos desta fusão. E os maoistas reformistas da UDP e anexos (FEC e outros grupos menores), se não entram oficialmente na FUR porque razões internas os levam a não querer desagradar a militantes seus que vieram do PCP, estão no entanto em estreitas relações com ela e todos colaboram estreitamente nas actividades políticas. Esta fusão entre as duas grandes correntes realiza-se, pois, nos termos previstos, embora na “oposição”.

Inteiramente novo, não sendo referido nem previsto no texto, é o aparecimento de uma plataforma de unificação das várias correntes do capitalismo de Estado, a qual existe no seio do actual governo — ou daquela confusão institucional a que por hábito e tradição continuamos a chamar governo. Trata-se do “plano Melo Antunes”, ou “documento dos nove”. Parece-me que só por extraordinária miopia se pode considerar esse plano como vulgar plataforma social-democrata. E, no entanto, tal miopia é generalizada. Em meu entender, o “documento dos nove”, longe de constituir um plano social-democrata, é uma plataforma do capitalismo de Estado, que pretende consolidá-lo e não destruí-lo em benefício dos capitalistas privados. Pode, é certo, fazer concessões parciais ao capital privado para alargar a sua base de apoio. Mas não podemos confundir as concessões económicas feitas com objectivos de tática política, com o eixo económico fundamental do “grupo dos nove”. Parece-me que essa plataforma tem as seguintes características principais: Em primeiro lugar, ter compreendido que, se uma remodelação do aparelho de Estado pode ter lugar sobre uma luta de classes, a consolidação do aparelho de Estado já reconvertido só pode ter lugar sobre a conciliação das classes, a “unificação nacional”; Stalin, os maoistas, Fidel e todos os grandes construtores do capitalismo de Estado souberam bem apelar para a luta de classes enquanto se tratava de derrubar velhas instituições mas, depois, quando o objectivo passou a ser o de solidificar o novo Estado e a nova forma de exploração, decretaram o “fim” da luta de classes e passaram a considerar de um lado o “povo”, a “nação” e, do outro lado, elementos “marginais” ou “inadaptados”. Em segundo lugar, o “plano Melo Antunes” compreendeu que os

capitalistas de Estado não-têm ainda força para desencadear sobre o proletariado a repressão que plano económico Vasco Gonçalves-Mário Murteira inevitavelmente acarretaria; pretende por isso retardar o confronto, ou evitá-lo, e sabe que para tal não se pode nem baixar drasticamente o nível de vida dos trabalhadores, nem afastá-los de toda a actividade social; o “documento dos nove” — como aliás todas às organizações ditas de “extrema-esquerda” e que são na realidade os propagandistas e activistas do capitalismo de Estado — quer integrar os trabalhadores numa “participação de base” no aparelho de Estado, a qual consiste em os burocratas e os capitalistas de Estado decidirem de tudo o que é fundamental deixando aos trabalhadores a tarefa de executarem eles próprios as decisões alheias; esperam, deste modo, iludir os trabalhadores de forma a fazê-los julgar que participam nas decisões quando, na realidade, “participam” unicamente na execução prática de alguns planos *já decididos*. Em terceiro lugar, o “documento dos nove” compreendeu que essa forma de “participação”, inevitável se se quer adiar uma repressão frontal, é incompatível com o aumento extraordinário das horas de trabalho que o plano Gonçalves-Murteira exigiria; é preciso manter o horário de trabalho dentro de certos limites se se quer que os trabalhadores tenham tempo para tal “participação”; a meu ver, é em virtude desta necessidade política de não aumentar o horário de trabalho que o “plano Melo Antunes” propõe o recurso aos empréstimos externos e aos investimentos estrangeiros; este facto, que tantos camaradas interpretam como um recuo para o capital privado, parece-me pelo contrário constituir uma condição para a implantação pretendida pacífica do capitalismo de

Estado e para o adiamento da repressão.

Temos, portanto, na situação actual, dois movimentos de fusão entre as várias correntes do capitalismo de Estado, um processando-se no que se convencionou chamar governo e o outro no que se apresenta como sendo “oposição”. A luta da classe dominante contra o operariado para o estabelecimento e solidificação do capitalismo de Estado reflectir-se-á na forma como estes dois grandes movimentos de fusão conseguirem unificar-se ou, pelo contrário, se desenvolvam separadamente e em hostilidade recíproca. Parece-me que será este o quadro geral em que ocorrerão as atribulações da classe dominante nos próximos tempos. Num texto a publicar dentro de alguns meses tentarei analisar as actuais características da luta entre o proletariado, os capitalistas de Estado e os capitalistas privados, bem como as vicissitudes no desenvolvimento do capitalismo de Estado em Portugal. Por isso não me alongo mais agora sobre o assunto.

### **Três actualizações de menos importância:**

No texto que se segue, Vasco Lourenço vem sempre incluído no grupo de Vasco Gonçalves. Não é minha a culpa se a incoerência política, a incompetência ou o oportunismo pessoal provocam nas nossas tristes figuras político-militares tão grandes oscilações. A passagem de Vasco Lourenço para o “grupo dos nove” é, a este nível pessoal, um indício de como os movimentos de fusão entre as várias correntes do capitalismo de Estado se diversificaram e tornaram mais complexos.

O carácter não só reacionário mas de bluff político dos “conselhos revolucionários” do PRP foi claramente denunciado neste texto. Hoje não é mistério para ninguém e o próprio PRP, tão subitamente como começou a sua propaganda dessa invenção política, deixou de falar nela. Assim vão os partidos vogando ao sabor destas prestidigitações. Pobres burocratas do capitalismo de Estado, que têm o conde de Aguilar como modelo de tática...

O almirante Rosa Coutinho era apontado neste texto como fiel da balança das duas grandes correntes. Já não tem esse papel — e duvido mesmo que tenha hoje papel algum. Não foi só a inoperância da sua política angolana e o problema dos retornados que o afastaram da cena. É a complexidade da luta entre as várias correntes do capitalismo de Estado e a existência de dois processos de unificação por enquanto distintos que faz com que nenhuma figura possa, na fase actual, representar essa posição de equilíbrio.

Como todas as previsões, o texto que se segue decorre da situação em que foi escrito e das características que a luta social então assumia. Se ele pode hoje ter algum interesse, será na medida em que ajudará talvez o leitor a compreender como se desenvolveram várias posições que hoje se afrontam no seio da classe dominante e qual é sua origem.

12 de Outubro de 1975

O texto que se segue não pretende constituir uma análise global da luta de classes em Portugal. O meu objectivo é o de tentar determinar a estratégia dos capitalistas de Estado; quando referir as outras classes ou grupos sociais será sempre sob este ponto-de-vista. A generalidade da literatura política revolucionária, desde o 25 de Abril, tem incidido mais sobre a luta operária e as suas estratégias possíveis do que sobre a análise da estratégia das classes exploradoras. Mas não será a análise da estratégia do inimigo um elemento importante do nosso próprio combate?

Procurro, ao tentar analisar a estratégia da burguesia de Estado, contribuir para tornar mais certo o ataque do proletariado. Conhecermos as nossas próprias forças é sem dúvida importante. Mas conhecermos a força e as fraquezas do inimigo é indispensável.

## **INTRODUÇÃO**

Os acontecimentos que estão a ocorrer à data em que escrevo estas linhas não são um fenómeno inédito. Desde o 11 de Março que vinham a processar-se vários ataques à direcção do PS, quer por parte do PC, quer pelos vários grupos do MFA que estão agora na mó de cima. Os grupos do MFA mais favoráveis ao PS mantêm-se silenciosos junto ao grande público ou fazem declarações sibilinas cujo verdadeiro sentido só não escapa aos iniciados — o que vem a dar o mesmo. O encerramento do *República*, com a crise que lhe sucedeu, constitui somente o agudizar de um processo que se verificava já.

Em síntese, pode dizer-se que esse processo é o da criação por parte dos capitalistas de Estado actualmente dominantes de instituições políticas de massas que correspondam à nova estrutura económica nascida com o 11 de Março e que possam realizá-la na prática.

Torna-se, pois, necessário para a compreensão destes acontecimentos políticos definir ainda que de uma forma muito esquemática os principais traços que caracterizam o regime económico posterior ao 11 de Março relativamente à estrutura económica precedente, para tentar daí deduzir quais as necessidades práticas que tal regime económico impõe. As formas políticas institucionais que, por sucessivas tentativas, a actual burguesia de Estado tem procurado elaborar não são mais do que o veículo da realização efectiva de tais necessidades práticas económicas.

### **AS CARACTERÍSTICAS INOVADORAS DO REGIME ECONÓMICO QUE SUCEDU AO 11 DE MARÇO**

Como disse, não tentarei descrever a-actual estrutura da economia portuguesa. Vou somente definir os pontos principais em que ela pode contrastar com o regime dominante antes do 11 de Março, e de que o “plano Melo Antunes” (morto e enterrado ao primeiro vagido pelo desenrolar precipitado dos acontecimentos) era a expressão jurídica. Socialmente, o regime que mediou entre o 25 de Abril e o onze de Março foi definido em várias ocasiões pelas editoriais do *COMBATE* como uma forma de desenvolvimento do capitalismo de Estado caracterizada pela passagem pacífica e relativamente lenta dos grandes

proprietários monopolistas a altos tecnocratas, mediante a sua integração progressiva nos órgãos de gestão estaduais e a progressiva apropriação pelo Estado desses grandes monopólios; em suma, tratava-se da integração progressiva dos grandes capitalistas privados na classe dos capitalistas de Estado. O 11 de Março encerrou esta via, procedendo à estadualização repentina de todos os sectores-chave da economia, e de vários outros ainda.

### **A estadualização das instituições de crédito**

A estadualização das instituições de crédito foi o primeiro passo nesta via e marcou inevitavelmente o rumo a todos os outros que se lhe seguiram. Não se tratava, para a classe dos capitalistas de Estado, de assegurar o controle sobre a grande banca privada, visto que o Estado era já proprietário de fracções muito importantes do capital financeiro e que, para o seu controle sobre a banca privada ser efectivo, bastava centralizar a administração de todas as participações do Estado.

Tratou-se, por um lado, de proceder a uma centralização rápida de capitais, que era uma das condições para um acréscimo maciço dos investimentos que a economia capitalista em Portugal exige cada vez mais agudamente. A centralização dos capitais espalhados por mais de uma dezena de grandes bancos nas mãos de um único proprietário — o Estado — acresce a disponibilidade desses capitais para o investimento.

Por outro lado, e creio ser este o aspecto mais importante da rápida estadualização da banca, tratou-se de uma medida anti-inflacionista. Num texto recente, *A crise econômica actual na esfera do capitalismo americano*, propus a seguinte hipótese de trabalho: a partir do momento, após a grande crise de 1929, em que a reactivação da vida econômica passou a estar dependente do financiamento do Estado às empresas e, por outro lado, do papel do Estado como comprador cada vez mais importante dos materiais produzidos por essas empresas, o Estado aparece como o financiador da produção daquelas mesmas empresas das quais vai ser o principal comprador. Assim, surge um desfasamento resultante do facto de o Estado obter os seus rendimentos principalmente junto daqueles a quem vai financiar os lucros, ou seja, numa visão muito simplista e ultra-esquemática mas que não posso aqui desenvolver mais, o Estado pede emprestado às empresas para com esse mesmo dinheiro financiar os lucros das empresas. Onde é que o Estado arranja o dinheiro para preencher esse desfasamento? Imprimindo notas. Enquanto a emissão de moeda suplementar corresponder à produção acrescida de bens por parte das empresas, a inflação mantém-se estacionária. Mas, por razões tecnológicas que tentei definir no texto acima referido e que passo agora em claro, essa produção por parte das empresas sofre estrangulamentos periódicos e, em tais ocasiões; a emissão de nova moeda por parte do Estado não tem o seu correspondente em bens e a inflação torna-se galopante. A partir desta análise, procurei mostrar que o capitalismo de propriedade privada (é claro que os problemas são diferentes no capitalismo de Estado integral como a URSS, a China, etc) será inelutavelmente

obrigado a estadualizar a banca, ou a dar grandes passos nesse sentido, para ultrapassar a actual crise económica e a super-inflação que a acompanha. Esta análise constitui, como disse, uma hipótese de trabalho. Segunda esta hipótese de trabalho, a estadualização do crédito em Portugal seria o prenúncio de um desenvolvimento correspondente nos outros países da esfera do capitalismo americano. Portugal teria avançado mais rapidamente neste sentido porque, por múltiplas razões (guerra colonial; equilíbrio do déficit da balança comercial com remessas dos emigrantes que, pela restrição do mercado interno, não deram origem a investimentos industriais), o problema da inflação era mais grave entre nós do que na generalidade dos outros países. No entanto, uma economia subordinada, como a portuguesa, à dos países dominantes, se consegue atenuar parte do problema inflacionista pela estadualização do crédito, não evita que a inflação penetre devido à sua dependência das instituições de crédito estrangeiras. Sendo assim, o complemento natural e indispensável da estadualização do crédito como medida anti-inflacionista será a passagem do capitalismo português para uma esfera económica em que o crédito esteja já estadualizado, nomeadamente a esfera do capitalismo de Estado da URSS. Mas essa passagem não depende só das necessidades económicas do capitalismo em Portugal e sim das relações de força à escala mundial entre os grandes pólos de concentração do capital (Estados- Unidos, URSS, China) e, mesmo que venha a ter lugar, será só a médio prazo.

## **A estadualização dos sectores básicos da actividade industrial**

A estadualização destes sectores de base (electricidade, petróleo, siderurgia, transportes) sucedeu rapidamente à estadualização do crédito. Se excluirmos o caso da siderurgia, em que o Estado detinha uma parcela dominante do capital, e dos transportes marítimos, todos os outros sectores estavam já durante o regime anterior ao 25 de Abril sob o controle do Estado. E, de qualquer forma, após a estadualização integral da banca, todas as empresas destes sectores, que eram inteiramente dominadas pelos bancos estadualizados, estavam sob o controle do Estado. A rápida estadualização destes sectores de base deveu-se, julgo eu, a duas grandes razões.

Primeiro, tratava-se de diminuir os custos burocráticos da coordenação das várias empresas e da planificação da sua actividade. Embora os custos de planificação dependam de vários outros factores, a diminuição ou a anulação da particularização dessas empresas (quer dizer, do facto de elas constituírem unidades de propriedade distintas) reduz esses custos.

Depois, é uma medida que se destina a aumentar a capacidade de investimento, nomeadamente quanto àquelas empresas em que o Estado não detinha uma posição de controle. Embora, após a estadualização da banca, o Estado tivesse possibilidade de controlar essas empresas nas linhas gerais da sua actividade, a sua manutenção em regime de propriedade particular faria com que tais empresas se

retraíssem de recorrer ao crédito numa situação geral em que, devido à crise, diminui o mercado externo.

Em suma, se a estadualização do crédito permite, através da centralização dos capitais, dispor de uma maior oferta de crédito, a estadualização de empresas industriais possibilita que, apesar da recessão do mercado, a procura desse crédito aumente, dando assim uma eficácia real às medidas de estadualização da banca.

### **A estadualização de outros sectores da actividade industrial**

No *Diário do governo*, I série, nº 88, 2º suplemento, de 15 de Abril deste ano, lê-se no Anexo 4, “Programa de controle dos sectores básicos industriais” do decreto-lei nº 203-c/75: “ (...) O estudo e subsequente aplicação das medidas de “controle” incluindo a racionalização <sup>1</sup> quando apropriada, dos principais empreendimentos mineiros e das indústrias de tabacos, cerveja, celulose, adubos, produtos sódicos e clorados, petroquímica, cimentos metalomecânicos, pesada,

---

1. A burguesia fala sempre em “nacionalizações”, para dar a ideia de que é toda a nação, todo o povo, que lucra com a transferência da propriedade da burguesia privada para a burguesia de Estado. Na realidade, é mais elucidativo dizer *estadualização*, visto que não é a nação — entidade metafísica — mas sim o Estado, verdadeiro órgão de poder da nação, quem se torna proprietário. O ministro para o Planeamento e Coordenação Económica, Mário Murteira, é, aliás o primeiro a afirmar que as *nacionalizações* são *efectivamente estadualizações*: “Respondendo a um enviado de um jornal suíço, que se mostrou preocupado pelo facto de se falar em nacionalizações, em vez de estatizações, o principal responsável pela condução da economia portuguesa esclareceu que se tratava de uma questão linguística” (*A Capital*, 22 de Abril de 1975, p.8). *O sancta simplicitas* !

construção naval e farmacêuticas (...)” O conselho de ministros de 13 de Maio decidiu a estadualização das empresas de três destes ramos: celulose, cimentos, tabacos. Quanto aos tabacos, tratou-se na realidade de retirar a exploração aos concessionários, visto que eram já propriedade do Estado. Parte dos cimentos estavam sob o controle do estado a partir do momento em que o Banco Nacional Ultramarino foi estadualizado e, sobretudo, a partir do 11 de Março, com a estadualização do Banco Pinto & Sotto Mayor (Champalimaud). Destas, é a estadualização da celulose que é a mais significativa como desenvolvimento efectivo do processo de capitalismo de Estado.

Nos outros ramos indicados no decreto-lei, todas as grandes empresas ficam controladas pelo Estado pelo puro facto de a banca estar estadualizada, visto que essas grandes empresas estavam directamente dependentes dos grupos financeiros (nalguns ramos há, porém, uma forte dependência do capital estrangeiro). Assim, a passagem do controle do Estado à sua forma máxima, ou seja, a estadualização, dependerá de questões circunstanciais e da especificidade de cada ramo. Por questões circunstanciais entendo nomeadamente certas lutas operárias que o governo pode querer recuperar, silenciar ou debelar procedendo à estadualização de tais empresas, mesmo que outros objectivos económicos não se imponham.

Se atendermos à especificidade dos ramos indicados, vemos que a mineração, a petrolífera, o fabrico de cimentos, certas metalomecânicas e pesadas, bem como a grande construção naval, podem ser consideradas indústrias

básicas, entrando assim na categoria acima tratada. Aliás, é natural que a acção do Estado no sector da mineração se desenvolva particularmente, visto que a exportação mineira é muito reduzida em Portugal, embora o país tenha nesse sector potencialidades muito grandes. Teríamos assim o actual regime a executar um dos aspectos centrais do plano de Rogério Martins, que o marcelismo não conseguiu realizar. A mineração, pode, aliás, servir de incentivo para o arranque de unidades industriais que transformem as substâncias minerais, acrescentando assim substancialmente o valor das exportações do capitalismo português. Os adubos e correlativos têm uma importância crescente com o desenvolvimento da “reforma agrária”. A indústria farmacêutica é da que permite uma maior aceleração do desenvolvimento industrial em países de tecnologia atrasada, como é o caso português, e tende a desempenhar aí o papel incentivador antes assumido pela têxtil; além disso, é um dos pontos de grande penetração do capital estrangeiro; pode, portanto, supor-se que sobre ela incidirão particularmente as atenções do Estado.

De uma forma geral, no entanto, em todos estes ramos serão mantidos os pequenos e médios capitalistas privados (quando os houver). Sob este aspecto desenvolver-se-á um sistema político semelhante por exemplo ao argelino, em que subsistem os capitalistas privados na esfera económica, embora sem expressão política directa, já que a esfera política é inteiramente açambarcada pela burguesia de Estado. Esta não-estadualização das pequenas e médias empresas deve-se, a meu ver, a três grandes razões.

Primeiro, o atraso no aparelho estatístico e burocrático português e o reduzido grau de desenvolvimento intelectual e cultural — para não dizer a estupidez — da grande parte dos nossos tecnocratas, impede de imediato a planificação total da economia. Os capitalistas de Estado deixam, assim, um nível em que joga o mercado e a concorrência entre empresas particularizadas, para que mais rapidamente venham a ser preenchidas as lacunas e as deficiências do plano.

Em segundo lugar, quando se proceder à contratação colectiva de salários num dado ramo da produção, a existência de empresas pequenas e médias, que têm portanto menor capacidade económica, será um factor importante de baixa dos salários. O facto de se prever especificamente a participação das pequenas e médias empresas no “Programa Nacional de Emprego” (cf. o Anexo 1, ponto 7, do dec. - lei acima indicado), mostra que o governo está decidido a tomar como tabela máxima das suas concessões salariais aos trabalhadores as dificuldades económicas das pequenas e médias empresas.

Por esta forma aumentam-se os lucros dos grandes empresários, neste caso: do Estado.

Em terceiro lugar, trata-se de uma medida de tática política, que visa impedir que os grandes monopolistas tenham o apoio dos pequenos e médios capitalistas, já que estes são confirmados na propriedade das suas empresas.

## **A “reforma agrária”**

A “reforma agrária” foi desencadeada anteriormente ao 11 de Março mas, como se veio a tornar uma peça fundamental no conjunto das medidas económicas posteriores àquela data, parece-me indispensável considerá-la aqui.

Em primeiro lugar, vejamos porque é que a “reforma agrária” pôde ser passada à prática antes do 11 de Março, isto é, numa altura em que a grande propriedade monopolista privada vigorava ainda na indústria e na finança. Este problema, sobre que até agora ninguém parece ter-se debruçado, deve-se a particularidades históricas do caso português. No seu início, o salazarismo constituiu-se sobre a aliança entre os grandes agrários politicamente dominantes e os industriais e banqueiros economicamente ascendentes mas que estavam ainda politicamente subordinados aos agrários. Dado o controle das forças repressivas e do exército pelos agrários, os industriais e banqueiros, que em virtude da sua ascensão económica tinham um peso cada vez maior tanto no governo como nas administrações distritais, não procuraram absorver economicamente os agrários, atenuaram as contradições económicas com eles existentes. Concorreram politicamente, ao longo de dezenas de anos, e as grandes remodelações dos anos sessenta, no fim da era salazarista, mostraram bem a derrota política dos grandes agrários; mas, para que os termos básicos da aliança se pudessem manter, já que os agrários tinham um peso muito grande nas forças repressivas cuja utilização era indispensável ao grande capital industrial e financeiro, este último respeitou sempre a independência económica dos

latifundiários. Foi nas colônias que se desenvolveu a propriedade agrária dos grandes grupos industriais e financeiros metropolitanos. A propriedade agrária destes na metrópole tinha fins essencialmente sumptuários, e não lucrativos. Assim, Portugal chegou ao 25 de Abril apresentando um perfil peculiar nas relações dos agrários com os grupos financeiros: completa separação. O Banco da Agricultura, que reunia os interesses agrários, não tinha quaisquer ligações à indústria, se excluirmos ligações indirectas, através da família Almeida Resende, a escassas indústrias alimentares (ramo altamente agrário, como é evidente), e era no turismo e na hotelaria (nomeadamente pela Imobiliária Construtora Grão-Pará) que investia e muito acessoriamente, na publicidade.

Se os grandes industriais precisavam de manter a aliança política com os latifundiários como uma das condições da manutenção do clima repressivo interno, precisavam também, por razões económicas, de remodelar o sistema de exploração agrícola. A mecanização das fainas agrícolas constituiria um mercado para as indústrias produtoras de maquinaria e o desenvolvimento das indústrias alimentares, como o concentrado de tomate, permitiria também uma maior expansão industrial. Mas esta remodelação das explorações agrícolas implicava uma transformação no sistema de propriedade rural. Os industriais tentaram-no com o marcelismo, mas para isso tinham que entrar em confronto aberto com os agrários e a necessidade de manter o clima repressivo impedia-os de dar esse passo. A contradição arrastava-se. É por isso que quando, com o 25 de Abril, ao clima repressivo se substituiu um outro sistema de

enquadramento dos trabalhadores, os grupos monopolistas da indústria e da finança tiveram um interesse activo na “reforma, agrária” sem terem nada a perder com ela, nem económica nem politicamente, A “reforma agrária” rebentou com a classe dos latifundiários sem que os grandes industriais e os grandes banqueiros tenham mexido sequer o dedo mindinho em sua defesa. Esta é uma característica inédita, ou pelo menos muito rara, do caso português — em que deviam meditar todos aqueles que nos encham os ouvidos com comparações estúpidas entre Portugal e o Chile.

Até ao 11 de Março a “reforma agrária” aparecia como uma forma de aumentar o mercado interno da indústria produtora de maquinaria (da forma acima indicada) e principalmente de diminuir a importação de um certo número de matérias-primas alimentares. Com o regime económico que sucedeu ao 11 de Março, a primeira destas funções alterou-se parcialmente, e a “reforma agrária” passa sobretudo a ser um elemento importante na política de contenção dos preços e salários, bem como de absorção do desemprego. Mas estes aspectos serão encarados a seguir.

### **A DINÂMICA DA ESTRUTURA ECONÓMICA POSTERIOR AO 11 DE MARÇO**

Como vai funcionar a estrutura económica nascida com o 11 de Março ?

## **Aumento dos investimentos**

Sob o ponto de vista dos investimentos o crescimento da economia capitalista portuguesa foi facilitado. Vejamos os dois aspectos do mercado de capitais (do qual os investimentos dependem), a oferta e a procura.

A oferta nacional de capitais foi acrescida pela centralização de capitais resultante da estadualização das várias instituições de crédito, como atrás disse. A oferta de crédito é ainda aumentada pelo congelamento dos salários superiores a 12 000\$00, o que corresponde ao investimento forçado do excedente. Por outro lado, é certo que as recentes remodelações económicas tornaram mais difíceis as condições em que se processa a oferta de crédito por parte das instituições particulares estrangeiras (taxa de juro majorada de 5% invocando “riscos políticos”). Mas o governo parece estar a ultrapassar, pelo menos em parte, essa dificuldade negociando bilateralmente com outros Estados importantes créditos — o que tem aliás como efeito secundário o próprio reforço do capitalismo de Estado em Portugal.

Quanto à procura de crédito para investimentos industriais, a qual está neste momento em refluxo por toda a esfera do capitalismo americano, devido à crise, era já muito baixa em Portugal em virtude das dificuldades de exportação e da tradicional restrição do mercado interno. Era, aliás, esse um dos factores determinantes da grande inflação, já que as remessas dos emigrantes se acumulavam monetariamente sem se inverterem financeiramente, isto é, sem passar da

forma de moeda à forma de investimentos de capital na indústria, e afluíam então à bolsa — donde a especulação desenfreada do tempo do marcelismo com o consequente reforço da inflação. Mas, como indiquei atrás, a estadualização dos sectores industriais básicos, bem como a possibilidade de estadualização da maior parte dos ramos industriais, resolve o problema da procura de créditos.

Em suma, a junção da oferta e da procura de créditos nas mãos do governo determina efectivamente o investimento.

O capitalismo é uma máquina de acumulação da mais-valia, mas essa mais-valia de nada serve se não for realizada, isto é, se não se converter de produto em capital resultante da venda desse produto. Esta necessidade de realizar a mais-valia põe o problema dos mercados de consumo.

As possibilidades de realização da mais-valia no regime económico actual

Vejamos em primeiro lugar o mercado interno. Temos o mercado de consumo produtivo, ou seja, o mercado de meios de produção (instalações, maquinarias, matérias-primas) e o mercado de consumo improdutivo, quer dizer, de bens de consumo (vestuário, alimentação, tabaco, automóveis, eletrodomésticos, etc.).

Quanto ao mercado dos meios de produção, corresponde à esfera acima analisada quando falei da procura de investimentos. Na medida em que as empresas são directamente propriedade do Estado, ou estreitamente

controladas por ele, o mercado dos meios de produção desenvolver-se-á. No entanto, esse desenvolvimento não é ilimitado — bem pelo contrário ! Depende de aspectos tecnológicos, nomeadamente da correspondência entre o desenvolvimento tecnológico de diversos ramos, por isso o mercado dos meios de produção não só tem limites estreitos como tem um desenvolvimento relativamente lento.

Quanto ao mercado dos bens de consumo, a posição clara da actual linha económica é considerá-lo secundário, o que não quer dizer que seja posto de lado. O Anexo 2 (*“Programa de Preços — Bens alimentares essenciais”*) do decreto-lei já citado refere “uma política de subsídios do governo que procure uma rápida redistribuição dos rendimentos, beneficiando os consumos das classes mais desfavorecidas e agravando os das classes de rendimentos mais elevados”. Efectivamente, quanto menor é o nível de rendimentos, maior é a propensão ao consumo, quer dizer, um aumento salarial nas camadas mais mal remuneradas é, normalmente, quase todo absorvido em despesas de consumo, enquanto que um aumento dos rendimentos das camadas que auferem remunerações superiores só se destina ao consumo numa proporção muito menor. Por isso, sempre que o capitalismo quer aumentar o mercado do consumo particular, procede a aumentos das camadas de rendimentos inferiores, que são as que têm maior propensão relativa ao consumo. No caso de economias atrasadas, como a portuguesa, acresce ainda que as camadas de rendimentos superiores comprem bens de luxo que vão agravar o peso das importações, o que o governo quer evitar. Neste contexto se inserem as recentes medidas de restrição do crédito ao consumo. Se se

considerasse o desenvolvimento do mercado de consumo particular como o motor do desenvolvimento económico geral, teria de se seguir uma política inflacionista, nomeadamente de grande elevação dos salários, que o actual regime está firmemente decidido a não seguir. A razão fundamental é que as estruturas económicas em que o mercado de consumo particular tem grande peso correspondem à dominância da propriedade monopolista privada, o que não é o caso em Portugal desde o 11 de Março. O desenvolvimento do Estado como proprietário dos meios de produção faz com que a mercado dominante seja o constituído pelo Estado como comprador, isto é, o mercado dos meios de produção, em detrimento do mercado dos bens de consumo. Nestas circunstâncias, as empresas produtoras de bens de consumo tem um papel cada vez mais secundário, correspondente à ascensão das empresas produtoras de meios de produção. Por tudo isto, o desenvolvimento do mercado do consumo particular é uma tendência secundária, que aparece subordinada a uma outra, fundamental, que referirei na continuação deste estudo.

Quanto ao mercado externo, que se divide evidentemente da mesma maneira que o interno, sofre a grande retração provocada pela crise económica mundial, situação agravada ainda pelas deficiências tecnológicas da indústria portuguesa, que a tornam fracamente concorrencial. O governo tem procurado superar este problema através da negociação de acordos bilaterais o que, como já indiquei atrás a propósito de um aspecto semelhante, tem como efeito secundário o reforço do capitalismo de Estado em Portugal.

## Conclusão

Se fizermos um balanço da situação do mercado, vemos que a grande recessão atravessada pelo mercado externo da esfera americana, a maior desde a grande crise de 1929, e o atraso nas relações económicas com os países da esfera da URSS ou da China, dão um lugar importante ao mercado interno. Por outro lado, o papel secundário do mercado de consumo particular e as limitações existentes a um crescimento rápido do mercado dos meios de produção tornam muito difícil a realização efectiva da mais-valia. Em suma, a burguesia de Estado portuguesa criou as condições que lhe permitem uma rápida acumulação de mais-valia, mas não dispõe de uma situação que lhe facilite a realização efectiva de toda essa mais-valia acumulada, quer dizer, que lhe facilite a transformação, através do mercado, do sobreproduto em novos capitais disponíveis para investir, reproduzindo assim o processo de crescimento do capitalismo.

Esta conclusão é o eixo de toda a minha análise, quer económica, quer política, do desenvolvimento da situação actual. Se estiver errada, todas as conclusões que daqui extrair estarão erradas. Se enfermar em certos pontos, as conclusões serão também parcialmente erradas nos pontos correspondentes.

A diminuição da facilidade e da rapidez da realização da mais-valia significa, em última análise, uma restrição do lucro real. Essa restrição do lucro só poderá ser compensada por uma restrição do salário. Daqui decorre toda uma linha de

relações entre os capitalistas de Estado e os seus assalariados. A consequência social imediata da conclusão econômica a que cheguei será, pois, a da necessidade, para os capitalistas de Estado, da contenção da classe operária, restringindo as greves e refreando as concessões salariais. É a partir daqui que tem lugar a análise das remodelações institucionais que os actuais dirigentes tentam prosseguir e em que se inserem as recentes atribulações dos dirigentes do PS, as esperanças de jovens tecnocratas de vento em popa, as prosápias de almirantes, as vitórias cunhalistas, a degenerescência de tantos “esquerdistas” e por aí fora. Mas antes de analisar as remodelações institucionais, o que constituirá a última parte deste texto, é necessário estudar um pouco melhor o problema da restrição salarial.

### **A restrição dos salários considerada a longo prazo**

Para compreender este aspecto, é necessário compreender o problema da diminuição tendencial da taxa de lucro — que é aliás o próprio eixo do desenvolvimento do capitalismo, determinando as condições do seu desenvolvimento contraditório. Entender a baixa tendencial da taxa de lucro é o passo indispensável para compreender as formas em que o capitalismo se tem desenvolvido e se desenvolve.

Numa definição elementar, a taxa de lucro é o quociente da mais-valia sobre o capital total. Quanto maior fôr a mais-valia relativamente ao capital total, tanto maior será a taxa de lucro. Mas o capital total não é uma unidade indivisível. Sob o aspecto que agora nos interessa, divide-se em capital

constante (o que se destina a pagar as instalações, os meios de produção e as matérias primas) e capital variável (que se destina a pagar os salários do proletariado)<sup>2</sup>. Se designarmos por  $c$  o capital constante, por  $v$  o capital variável e por  $mv$  a mais-valia, a taxa de lucro exprime-se do modo seguinte:  $mv/c+v$

Com a concentração do capital e o desenvolvimento tecnológico exigido quer pela concorrência entre as empresas para a realização da mais-valia, quer pela necessidade de aumentar a densidade do tempo de trabalho dos operários (aumento da mais-valia relativa), a parte do capital despendida em instalações, meios de produção e matérias-primas aumenta relativamente mais do que a parte destinada a pagar os salários.

No entanto, a mais-valia não é produzida nem pelas máquinas, nem pelos muros, nem pelas matérias-primas, mas somente pela acção da força-de-trabalho operária sobre esses meios de produção. Ou seja, só uma parte do capital total é que se transforma em mais-valia. Se recordarmos a composição do capital acima definida, vemos que só da parte coberta pelo capital variável é que resulta a mais-valia.

Temos agora todos os dados para compreender, nas suas linhas gerais, o problema da diminuição tendencial da taxa de lucro. Se  $c$  aumenta relativamente mais do que  $v$ , e se  $mv$  decorre de  $v$ , então é evidente que o quociente  $mv/c+v$  tenderá sempre a diminuir. Por outras palavras: a longo

---

2. O problema é na realidade mais complexo quando se entra em conta com os salários de certos trabalhadores improdutivos. Mas, aqui, apresento-o nesta versão simplificada.

prazo, tanto o capital constante como o capital variável aumentam, mas o primeiro aumenta relativamente mais do que o último; ora, como é da transformação do último que resulta a mais-valia, temos que a mais-valia resultante tende a aparecer numa proporção menor relativamente ao capital total. Muito esquematicamente, pode dizer-se que é esta a tendência geral básica de toda a evolução do capitalismo. E as várias formas que o capitalismo tem apresentado não são mais do que tentativas para resolver a contradição da baixa tendencial da taxa de lucro.

Por um lado, o aumento da mais-valia relativa (nomeadamente fazendo o operário trabalhar mais, no mesmo espaço de tempo e por igual salário, o que equivale realmente a trabalhar mais tempo — é o problema das “cadências infernais”) contraria a diminuição da taxa de lucro. Mas contraria-a de um modo altamente contraditório, visto que exige constantes remodelações tecnológicas e, por conseguinte, um crescimento relativamente maior do capital constante — ou seja, reproduz afinal as próprias condições determinantes da baixa da taxa de lucro.

Em todos os regimes em que a intervenção económica do Estado se faz em favor dos monopólios privados — como é o caso actualmente nos países do capitalismo da esfera americana — o Estado desvaloriza a fracção do capital social que está em seu poder para aumentar a taxa de lucro do capital que está em poder do conjunto dos monopolistas privados. São muitas as maneiras por que o Estado procede a essa desvalorização: prestação de serviços a preços deficitários, construção de infra-estruturas de produção,

subsídios às empresas, encarregando-se de parte das funções que deviam decorrer do capital variável das empresas privadas (como, por exemplo, o ensino, as reformas, a assistência, médica) e tantas outras. Mas este modo de intervenção do Estado desenvolve contradições económicas gravíssimas, como a inflação monetária (para a forma como esta contradição se desenvolve, remeto para a síntese que apresentei no texto já referido, *A crise económica actual na esfera do capitalismo americano*), bem como aprofunda as contradições sociais entre a tecnocracia e os capitalistas de Estado existentes, por um lado, e a burguesia monopolista privada, por outro. Os primeiros protestam contra a gestão deficitária do capital do Estado em prol dos últimos.

O desenvolvimento destas contradições leva à generalização da propriedade de Estado, ou seja, a um capitalismo de Estado cada vez mais integral. Mas a partir do momento em que o capital global não se divide já numa parte em posse do Estado, que pode ser desvalorizado, e numa parte em favor dos monopolistas privados que é revalorizada pela acção do Estado, a diminuição da taxa de lucro passa a fazer-se sentir em todo o capital. Quando o Estado detém todo o capital, ou praticamente todo, não há nenhuma fracção desse capital que possa ser desvalorizada para aumentar a taxa de lucro da outra fracção. É a partir desse momento que tem uma importância cada vez maior para os capitalistas a contenção salarial e, sobretudo, o desenvolvimento de formas de trabalho gratuito, para tentar compensar a diminuição tendencial da taxa de lucro global. A extensão do trabalho gratuito é uma constante em todos os

regimes de capitalismo de Estado integral, como a URSS e, sobretudo a China, que está na vanguarda — se assim se pode dizer... — das formas de extensão do trabalho gratuito.

O desenvolvimento do capitalismo de Estado em Portugal coloca de uma forma muito aguda à burguesia de Estado que governa hoje o país a necessidade de conter os salários e de expandir por várias formas o trabalho gratuito.

Mas não se pode analisar uma conjuntura particular recorrendo exclusivamente às leis de longo prazo. Fazê-lo é um método errado. Podia acontecer que, embora obrigada a longo prazo a seguir essas tendências, a burguesia de Estado portuguesa desenvolvesse hoje, por efeito de quaisquer circunstâncias particulares, uma política salarial distinta. O método correcto impõe que, depois de se estudar a tendência a longo prazo, se analisem as condicionantes a curto prazo.

### **A restrição dos salários considerada a curto prazo**

A conservação das pequenas e médias empresas faz com que haja todo um sector económico para o qual continuam a funcionar as leis da concorrência. Não é por acaso que estas pequenas e médias empresas se situam principalmente no domínio da produção dos bens de consumo: a tecnologia nestes sectores têm menos exigências e não é, portanto, necessária uma tão grande concentração de capitais como para as empresas produtoras de meios de produção. Assim, se a burguesia de Estado portuguesa teve que manter, pelas razões que mais acima expus, as pequenas e médias

empresas, tem também que lhes assegurar o mercado que lhes permita a sobrevivência económica efectiva, ou seja, tem que assegurar um certo desenvolvimento do mercado de consumo particular. Mas, assim como este sector é economicamente subordinado, também este mercado o é. Isto explica porque os actuais governantes têm de proceder a uma redistribuição dos rendimentos e de impedir (ou atenuar) a degradação do salário mínimo, sem que no entanto seja essa linha fundamental da sua política salarial. Aliás, como mostrarei em seguida, é possível desenvolver o mercado de consumo particular ao mesmo tempo que se baixam os salários, através da remodelação dos circuitos de comercialização.

O lugar secundário ocupado pelo mercado dos bens de consumo faz com que a tendência dominante seja para a restrição dos salários. O citado decreto-lei nº 203-C/75 afirma no seu ponto 2. b): “É indispensável estabelecer uma limitação dos consumos a partir de um princípio de máximo nacional de rendimento disponível, extensível aos titulares de todos os rendimentos, e não apenas ao trabalhador por conta de outrem”. Tais medidas destinam-se, nuns casos, a limitar os salários, extorquindo portanto maiores mais-valias e, noutros casos, quando se trata de camadas de rendimentos superiores, a tornar disponíveis certas somas para o investimento (aliás, já atrás referi este último aspecto).

O desenvolvimento de uma política de baixos salários tem como corolário uma política de baixos preços ao consumidor. “Igualmente se torna indispensável garantir a contenção dos preços dos bens essenciais, sobretudo alimentares”, diz o

mesmo decreto-lei logo após a alínea, atrás transcrita, em que estabelece o princípio da limitação dos salários e do rendimento disponível para o consumo. Não é difícil compreender que só com baixos preços dos bens de consumo básicos se podem manter baixos salários. Foi esta a linha geral, por exemplo, da política de preços salazarista. Mas esses baixos preços têm repercussões de peso sobre a estrutura geral da economia. Efectivamente, a partir do momento em que a sociedade capitalista adquiriu, há séculos já, uma complexidade mínima, deixaram de ser os produtores de bens de consumo a vender directamente aos consumidores; entre o produtor e o consumidor há um complexo circuito de intermediários. Assim, põe-se o problema de saber sobre quem — produtores ou intermediários — se vão repercutir as menores margens de mais-valia realizada em virtude dos baixos preços. A política salazarista de baixos preços para os bens de consumo básicos tendia a beneficiar os grandes agrários (nomeadamente os produtores de trigo) e os industriais produtores de bens de consumo (nomeadamente têxtil) reduzindo a margem de lucro dos intermediários e dos pequenos camponeses. Foi, aliás, por isso que o grande capital se afastou, durante a época salazarista, do sector da comercialização dos bens de consumo básicos (os grandes super-mercados só começam a aparecer com o marcelismo, quando se segue uma política de preços diferente), bem como da construção de habitações. A política do regime actual terá de ser mais subtil. Quanto ao têxtil, em que predominam as pequenas e médias empresas privadas, e que sofre suplementarmente a grande crise mundial, os circuitos de distribuição tenderão provavelmente a suportar margens

de lucro menores que permitam um certo lucro às empresas produtoras. Quanto aos bens alimentares, há que fazer uma grande divisão entre os que resultam da propriedade agrária estadualizada, ou debaixo do controle governamental sob a forma de cooperativas (antigos latifúndios do Sul sujeitos à “reforma agrária”) e os que resultam da propriedade agrária não-latifundiária. É aqui que a “reforma agrária” desempenha um papel fundamental e assume, após o 11 de Março, características novas. Por razões de táctica política evidente, os actuais governantes, se não querem fazer recair as limitações dos preços sobre os pequenos produtores agrícolas, não querem também vitimar com elas os pequenos retalhistas que constituem ainda, no nosso país, o essencial do aparelho de comercialização dos bens de consumo alimentares. “Outros produtos essenciais, como sejam o peixe, o vinho, a fruta e as hortaliças, estão a ser objecto de análise dependendo a estabilização do seu preço do saneamento dos respectivos canais de distribuição, nomeadamente através da actuação das empresas públicas a criar nestes sectores” (Anexo 2 do citado dec.-lei), e o Anexo 3, “Programa da reforma agrária”, refere a “reorganização do circuito de comercialização da carne”. Na sua entrevista a *A Capital*, em 7 de Maio, o actual ministro da Agricultura e Pescas declara que “em relação a certo número de produtos elevam-se os preços ao produtor e garante-se a respectiva comercialização. É o caso do milho (...) do leite e da carne” (p. 12). Em resumo, a necessidade de garantir baixos preços aos bens de consumo básicos fará com que o Estado desenvolva o seu papel nos circuitos de comercialização, suportando em muitos casos deficits para permitir aumentos de lucro aos proprietários agrícolas não-latifundiários. É claro

que deste reforço do capitalismo de Estado resultará, a longo prazo, o reforço da necessidade de conter os salários e desenvolver o trabalho gratuito, segundo o processo já indicado.

Esta política de contenção dos salários tem o seu complemento directo e imediato no desenvolvimento das formas de trabalho gratuito. Sob este aspecto, cabe referir em primeiro lugar o exército. Já no anterior regime, o exército era obrigado a desenvolver trabalho gratuito, nomeadamente nas colónias, e Otelo Saraiva de Carvalho — com aquela aparente ingenuidade que é grande demais para não ser um verdadeiro cinismo — vai ao ponto de declarar que esse papel do exército como corpo de trabalho gratuito deve ser desenvolvido (cf. a entrevista publicada em livro pela *Portugália Editora* em fins do ano passado). Em linguagem mais pudibunda do que a do valente brigadeiro, o timorato professor Murteira escreve no Anexo 1, ponto 2. h), do citado decreto-lei: “Elaboração de um programa de reconversão e de formação profissionais que constitua o primeiro passo de um programa nacional de desenvolvimento dos recursos humanos que articule o sistema económico em transição com o sistema educacional e a evolução do mercado do emprego. (...) Deverá igualmente articular-se este programa com o serviço cívico e a prestação do serviço militar”. Quer isto dizer que a organização da força de trabalho em Portugal se fará relacionando-a com o trabalho gratuito dos estudantes (“serviço cívico”) e o trabalho gratuito dos militares

Quanto ao “serviço cívico” cabe observar uma questão. Os

estudantes universitários são aprendizes de tecnocratas e destinam-se a ser futuros capitalistas de Estado. Mas todos os regimes em constituição são duros e severos também para com a própria classe que representam. As normas rígidas que Salazar impôs a todos os capitalistas quando se processou o grande desenvolvimento do capitalismo moderno no nosso país, e a rigidez com que o burocrata Stalin conduziu os seus irmãos burocratas na consolidação do capitalismo de estado na URSS — e tantos outros exemplos se podiam citar — são ilustrações históricas de um fenómeno que se verifica hoje em Portugal: Vimos que o actual regime é obrigado a conter todos os salários, mesmo os elevados, o que cria evidentemente um problema grave para o capitalismo de Estado, que é a possibilidade de emigração dos técnicos para países estrangeiros em que sejam melhor pagos. É um problema sobre que o conselho de ministros se tem debruçado, sem lhe conseguir ainda dar uma solução em termos económicos. É que não é um problema susceptível de ser resolvido economicamente, mas só politicamente, pela repressão. O “serviço cívico” é uma das peças dessa resolução. Um regime pode também ser rígido para com aqueles que dele beneficiam, o que ajuda a demagogia. É preciso que o proletariado tenha os olhos bem abertos para este fenómeno.

Este desenvolvimento do trabalho gratuito, tanto no exército como no “serviço cívico”, tem como consequência imediata o agravamento do desemprego. É claro que o aumento dos investimentos, a que atrás me referi, permitirá absorver um certo número de desempregados, mas não com a amplitude necessária para assegurar rapidamente o pleno

emprego. Nesta situação, as consequências do trabalho gratuito sobre o desemprego fazem-se sentir com gravidade. A “reforma agrária” terá aqui um papel importante, e é esta uma das modalidades novas que assumiu após o 11 de Março. Na sua referida entrevista a *A Capital*, o ministro da Agricultura e Pescas anunciava que a exploração agrícola nas zonas sujeitas à “reforma agrária” não aumentaria tanto como se poderia prever a mecanização das fainas agrícolas, para permitir que se empregasse um maior número de assalariados, absorvendo deste modo uma parte do desemprego. Mas é claro que, assim, não só a produtividade será menor como a “reforma agrária” não constituirá o mercado esperado para as empresas produtoras dos meios de produção — contradições suplementares da actual política económica.

Convém ainda ter presente que a contenção dos salários e o desenvolvimento do trabalho gratuito é mais fácil na agricultura do que na indústria. Nas propriedades agrícolas estadualizadas dos países do capitalismo de estado integral é comum que se distribuam aos camponeses pequenos talhões de terra, por estes cultivados nas horas excedentes relativamente ao período de trabalho obrigatório, e que se destinam a produzir, à custa do próprio trabalhador, bens de alimentação necessários que o seu fraco salário não permite adquirir. A mesma coisa se verificará, muito provavelmente, entre nós, se a burguesia de Estado levar avante a sua reconversão da sociedade portuguesa.

Em suma: na conjuntura actual, a tendência dominante é para a contenção dos salários, indo até ao desenvolvimento

de formas de trabalho gratuito. Secundariamente, articula-se uma tendência subordinada de aumento relativo, em certos campos, do mercado de consumo particular; em grande parte dos casos, esse aumento faz-se pela remodelação dos circuitos de distribuição e comercialização, sem implicar qualquer aumento de salários; só acessoriamente, e em certos casos, terá lugar uma certa redistribuição dos rendimentos que aumente a propensão geral ao consumo.

## **AS INSTITUIÇÕES SOCIAIS DE CONTENÇÃO DA CLASSE OPERÁRIA**

As dificuldades conjunturais (umas) e devidas à estrutura da economia portuguesa (outras) de realização da mais-valia, acrescidas da baixa a longo prazo da taxa de lucro geral, e a necessidade a curto prazo da restrição dos salários — são estes os aspectos da actual estrutura económica que vão determinar as remodelações nas instituições políticas que me interessa aqui considerar. A questão básica, na óptica de análise que vou seguidamente prosseguir, é pois a necessidade de contenção salarial.

### **O surto de lutas operárias posterior ao 25 de Abril**

O 25 de Abril não se deveu à necessidade imperiosa de conter as lutas operárias “mudando alguma coisa para que tudo fique na mesma”. As lutas operárias nos últimos anos antes do 25 de Abril de modo nenhum tinham atingido um nível que fizesse perigar a globalidade das instituições governamentais. O 25 de Abril foi uma remodelação interna do aparelho de Estado, que obedeceu tanto a necessidades

de reconversão que adaptassem o aparelho de Estado ao poder económico acrescido da tecnocracia, como à incapacidade por parte das classes dominantes em prosseguir a guerra colonial e à consequente necessidade de reconverter as estruturas do poder e da economia de modo a fazer face a uma situação post-colonial. Para mostrar que se tratou de uma remodelação do aparelho de Estado devida à incapacidade de prosseguir a guerra colonial e à ascensão tecnocrática bastaria aliás — para todo aquele que veja com os olhos e não com os dogmas — a forma como o golpe do 25 de Abril decorreu, circunscrito à capital e sem qualquer participação activa das massas populares, que se limitaram a vitoriar o exército revoltoso não participando decisivamente no decorrer dos acontecimentos.

No entanto, a amplitude que essa remodelação do aparelho estadual assumiu, e especialmente a situação de vazio de qualquer poder repressivo ou de enquadramento político, tiveram como efeito o desencadear de uma vaga de revolta sem precedentes, em Portugal, nas últimas décadas, e de que a sobre-exploração a que o proletariado português estava submetido era o pano de fundo, o terreno-base, suficiente. Numa primeira fase, a amplitude de tal revolta veio ajudar os novos senhores do poder a derrubar mais fácil e rapidamente as sequelas das velhas instituições. Mas, depois, quando se tratou de edificar o novo poder, as novas repressões e os novos enquadramentos, as massas trabalhadoras continuaram no galope da revolta e, recusando-se a vergar a cerviz, o caso ficou mais fino para os novos governantes.

São conhecidas as repetidas declarações governamentais contra as greves. O actual ministro do Trabalho declarou há bem pouco tempo que não era partidário das greves — coisa de que nunca havíamos duvidado — e disse ainda que as greves eram o último recurso para que os trabalhadores deviam apelar. Enganou-se sua excelência, porque as greves são o primeiro recurso. O último é a revolução. Carlos Carvalhas, elemento cunhalista que é quem verdadeiramente controla o Ministério do Trabalho, afirmava recentemente que a maior parte da mais-valia criada pelo proletariado estava agora nas mãos da “colectividade”, pelo que as lutas do operariado não eram já contra o capital mas contra a colectividade ( *Expresso*, 17 de Maio de 1975, p 10). Claro está, contra a colectividade dos capitalistas de Estado, porque são eles quem gere e organiza a produção e, por conseguinte, quem se apropria da mais-valia. Mas já estávamos habituados a ouvir no anterior regime dizer que “as greves prejudicam a colectividade”. A “colectividade” é sempre a classe dominante — mudam as pessoas, mantêm-se as ideologias ! Costa Gomes e Correia Jesuino repetiam, logo após o 11 de Março, a velha demagogia de Spínola, atribuindo as greves à extrema-direita. Também o agora ex-general acusava, nos seus tempos de poder, os trabalhadores grevistas de serem manobrados pela Pide. Os actuais generais — enquanto não passarem a ex-... — acusam hoje os grevistas de serem manobrados pelos spinolistas. E, se isto continua assim, veremos amanhã acusações de gomistas aos trabalhadores em greve !

Seria quase escusado citar, pois não há governante ou membro destacado do MFA que não tenha molhado a sopa

nesta demagogia anti-greves. O ministro da Agricultura e Pescas, por exemplo, declarava recentemente a *A Capital*, na entrevista já referida, que convinha “prevenir a provocação de conflitos entre as várias categorias de interessados na reforma agrária” e apelar para “o espírito de cooperação dos pequenos e médios agricultores e assalariados”. Está claro, convém apagar a luta de classes no campo, fazer esquecer que os assalariados são explorados pelos proprietários agrícolas — sejam eles quais forem.

Na mesma entrevista, o ministro põe o dedo na ferida: “As transformações sociais implicam riscos que podem acarretar perturbações e desacertos transitórios no processo produtivo, que, no entanto, se tentarão no imediato evitar ou pelo menos minorar o mais possível e que podem mesmo ser compensados pelo aumento da produção”. As remodelações sociais só interessam aos governantes, sejam eles quem fôr, se o proletariado continuar a produzir a mais-valia. E mesmo que uma parte do proletariado se recuse temporariamente a produzir a mais-valia, entrando em greve — são as tais “perturbações e desacertos transitórios” de que o ministra fala — tal poderá ser compensado pelo aumento da produção dos restantes trabalhadores, ou seja, pelo aumento da mais-valia relativa extorquida aos não-grevistas. Tão sábio pensamento deve ter sido bem discutido entre os ministros do sector económico, porque o ministro para o Planeamento e Coordenação Económica, Mário Murteira, aponta o mesmo na sua conferência de imprensa: “Quanto à produtividade reconheceu que ela deve ter descido no que se refere à sua medição por trabalhador, embora deva ter subido ligeiramente por hora do trabalho” (*A Capital*, 22 de Abril de

1975). Ou seja, se a vaga de greves fez com que a produtividade tivesse diminuído relativamente ao total da classe trabalhadora, subiu durante o tempo de trabalho efectivo, procurando assim os capitalistas, privados e de Estado, compensar parcialmente a mais-valia que perderam durante as ocasiões de greve.

Não há dúvida, a contenção das greves é o problema número um na ordem do dia dos governantes.

### **Um proletariado sem enquadramento institucional**

Conter a vaga de greves torna necessário levar a cabo a reorganização do aparelho de Estado no seu duplo aspecto: consolidação do poder da tecnocracia e dos capitalistas de Estado, repressão e integração dos trabalhadores. Na realidade, estes dois aspectos que se podem distinguir, para a análise, constituem um só: organização da tecnocracia e dos capitalistas de Estado em estruturas de poder que enquadrem as massas proletárias.

É aqui que se coloca um problema, grave para os actuais governantes, e que decorre de circunstâncias históricas particulares do caso português. O salazarismo e o marcelismo destruíram completamente, durante a sua longa vigência, o enquadramento sindical e partidário das massas trabalhadoras, de tal modo que, no 25 de Abril, os trabalhadores portugueses encontravam-se inteiramente desenquadrados. A política de contenção salarial dos partidos “de esquerda” mais conhecidos, bem como dos sindicatos, impediu que essas organizações pudessem

enquadrar ideológica e institucionalmente as massas trabalhadoras. Mas é claro que, se essa ausência de partidos e sindicatos facilitou grandemente a vaga de iniciativa popular e a rápida proliferação das organizações autônomas do proletariado — as comissões de trabalhadores — o facto de este vasto movimento de massas não ter criado qualquer partido ou permitido o desenvolvimento de qualquer partido mostra que as estruturas de tipo partidário fizeram já a sua época e que são outras instituições, nomeadamente as comissões de fábrica, que o proletariado cria na sua luta.

Para a estratégia da burguesia de Estado, no entanto, o essencial é que ela não tinha, no momento do 25 de Abril, nenhum partido que lhe permitisse o enquadramento da classe operária, nem conseguiu até agora criá-lo ou transformar qualquer dos partidos existentes nessa ambicionada organização de enquadramento das massas. Assim, o projecto de reorganização política da tecnocracia e da burguesia de Estado confunde-se com o projecto de enquadramento ideológico e institucional das massas operárias, de modo que, na estratégia ambicionada pela classe dominante, *a forma como ela realizará* a sua reorganização incluirá o enquadramento do proletariado.

### **Um modelo malogrado: o enquadramento do proletariado à base de um aparelho puramente civil**

Numa fase que correspondeu ao primeiro governo provisório e, de um modo mais lato, até ao 28 de Setembro, tentou-se proceder à reorganização das classes dominantes e ao enquadramento do proletariado à base de um aparelho

puramente civil, essencialmente centrado no PS e no PPD.

Era o período em que o MFA não saía da sombra ou, mais exactamente, em que não tinha passado de força putschista a força política.

A direcção do PS continuou, depois do 28 de Setembro e, mais paradoxalmente ainda, após o 11 de Março, a querer levar avante este tipo de aparelho civil. Exige para o seu partido a dominância no governo. Exige que ele seja considerado como o grande partido de enquadramento das massas. E exige que ele domine as estruturas de decisão e de transmissão na administração pública. Pobre direcção do PS ! Ignora o seu próprio partido e ignora as condições em que vive.

Ignora o seu próprio partido porque os votos que reclama como aval da força que diz possuir resultam de uma heterogeneidade circunstancial: parte dos votos de direita que apostam no mais moderado dos partidos viáveis, a outra parte dos votos de esquerda que preferem apoiar um partido menos monolítico do que o PC e, sobretudo, que defende mais o poder de compra. Entre uns e outros, a falange dos efectivamente socialistas é diminuta. Já todos perceberam isso, menos a direcção do PS — que morrerá sem o entender ! Quarenta por cento votou no seu partido, mas poucos o defendem quando ele é atacado. Para a estratégia da classe dominante, no entanto, a principal razão da fraqueza do PS reside na sua incapacidade de impedir as greves e de conter, localmente que seja, as massas operárias. A sua ausência de monolitismo é, para as necessidades

actuais da burguesia de Estado, o seu principal defeito.

Na realidade, a reestruturação do poder e o enquadramento do proletariado à base de um aparelho puramente civil é impossível na actual estrutura da economia portuguesa. A militarização da produção e das condições de trabalho favorece a ascensão do exército como gestor da economia e do Estado em geral. Mas, sobretudo, são as próprias relações sociais que se encontram consubstanciadas no exército que constituem o paradigma das relações sociais em capitalismo de Estado integral. O exército é o modelo de capitalismo de Estado. Por isso, é na forma do exército que o capitalismo de Estado encontra inspiração para as suas estruturas e os modelos já-feitos onde se há-de inserir. É certo que a história nos fornece exemplos de aparelhos civis que serviram de base ao capitalismo de Estado e se militarizam depois com o desenvolvimento deste. Mas, nas circunstâncias particulares portuguesas, o anterior regime dificultara ou impedira qualquer organização civil que não fosse governamental e, por outro lado, o grande peso dos oficiais milicianos no interior do exército, com extensão da guerra colonial, fez com que este fosse cada vez mais um corpo armado da ideologia tecnocrática. Esses milicianos, tecnocratas fardados, foram os inspiradores ideológicos directos e a base social mais imediata do MFA. Além disso, a guerra colonial, nomeadamente com o consulado spinolista da Guiné, permitiu ao exército a aplicação prática de um modelo social e político distinto do salazarista-marcelista, assim como o desenvolvimento da guerra nas três colónias levou o exército à organização e à gestão de um certo número de tarefas económicas práticas.

Em suma; a reorganização do Estado e o enquadramento do proletariado à base de um aparelho puramente civil estavam condenados, por razões gerais e por razões circunstanciais. Em primeiro lugar, porque o capitalismo de Estado integral encontra no exército o melhor modelo das suas instituições. Em segundo lugar, porque a militarização da economia e das relações de trabalho dá ao exército a primazia na gestão da economia e da sociedade. Em terceiro lugar, porque durante o marcelismo e o salazarismo, enquanto que as organizações civis não governamentais eram sistematicamente eliminadas, o exército constituía uma organização extremamente sólida e pesada, entrando frequentemente em contradição com o governo. Em quarto lugar, porque o exército realizara já nas três colónias em guerra experiências de gestão económica prática e, na Guiné, de organização político-social distinta da salazarista e marcelista. Em quinto lugar, porque a pletera de milicianos, base social imediata e fonte ideológica do MFA, constituía a integração efectiva da jovem tecnocracia civil nos quadros militares ; e essa integração veio, após o 25 de Abril, a revelar-se sólida e durável.

O MFA surge então como a base insubstituível da reestruturação do Estado e do enquadramento da classe proletária. Pode dizer-se que é a partir desse momento que o MFA passa do estatuto de curiosidade turística ao de força política, para começar em breve a perfilar-se como força política única.

A reorganização do aparelho de Estado com base no exército começou verdadeiramente no 28 de Setembro e

completou-se praticamente, no que diz respeito ao poder central, no 11 de Março. É certo que há ainda um governo parcialmente civil, mas de nada conta a não ser nas ilusões que pode fomentar. Na realidade, entre o actual governo de coligação e um governo puramente militar com técnicos de economia anexos, como alguns propõem, não há qualquer diferença que não seja ideológica. Adiante voltarei a este assunto. O principal problema, hoje, para a estratégia da classe dominante não é já a reorganização do aparelho governamental central, mas o enquadramento da classe proletária. E a necessidade de contenção salarial e de desenvolvimento do trabalho gratuito exige que esse enquadramento seja rigoroso e mais, que se desenvolva a curto prazo. Os ministros do sector económico são unânimes em afirmar, com abundantes demonstrações estatísticas, que o capitalismo de Estado português não pode sobreviver se a vaga de greves continuar por muito tempo. E todos os outros ministros, mais o conselho da revolução, mais o COPCON, mais..., mais... repetem em coro que não, que não pode haver mais greves, que é necessário enquadrar as massas proletárias. E queixam-se amargamente da ineficácia dos partidos, ou atribuem a certos partidos a culpa da ineficácia dos outros. O problema arrasta-se, premente: na estratégia do poder, o MFA tem que enquadrar, ideológica e repressivamente, as massas trabalhadoras.

Como?

### **O primeiro modelo de enquadramento: repressivo**

O primeiro dos modelos propostos gira em torno da fusão

MFA-PC e é defendido principalmente pelo grupo encabeçado por Vasco Gonçalves e Vasco Lourenço, além de pelo PC, bem entendido.

A identificação entre o PC e o MFA, que se notou desde o início, não se deve a um acaso. A estrutura interna autoritarista e ultra-hierarquizada do PC é idêntica à estrutura militar das forças armadas e ambos constituem, assim, o paradigma dos modelos sociais possíveis em capitalismo de Estado integral. A atracção recíproca destas duas instituições é profunda e resulta, pois, do facto de possuírem uma estrutura interna idêntica.

Este modelo a que eu chamo de fusão entre o MFA e o PC tem, evidentemente, que ser entendido de uma forma lata. Em primeiro lugar, tal fusão incluiria também a base do PS — com exclusão dos seus actuais dirigentes — assim como as organizações mais ou menos periféricas do PC: FSP, MES e, claro está, MDP-CDE. Tanto o PC como os grupos agora dominantes no MFA foram sempre claros ao distinguir, nos seus ataques, a direcção do PS, dos militantes e da base. A concentração da crítica na direcção do PS, e o prolongamento desta situação, criaram um estado de tensão na base desse partido e, junto a muitos militantes, uma espécie de “complexo de culpa” em que acaba por se desejar a mudança de direcção para ver findar as críticas. Se juntarmos a isto a incapacidade objectiva de a direcção do PS levar a cabo a sua linha de organização puramente civil do poder e as asneiras táticas que Mário Soares tem acumulado com zelo que parece de coleccionador — temos reunidas as condições para que se acentue uma desagregação do PS, se isole a sua di-

recção e grande parte da base possa passar para a órbita do PC.

Em segundo lugar, quando falo de “fusão” entre o PC (e restantes organizações e fracções de organização indicadas) e o MFA, atribuo um sentido muito geral a tal palavra, sem por agora pressupor a forma concreta como se realizará. Este modelo representa o aspecto mais repressivo da contenção dos trabalhadores que o MFA está a prosseguir.

### **O segundo modelo de enquadramento: ideológico**

O segundo dos modelos pretende desenvolver o enquadramento das massas pelo MFA à margem dos partidos políticos estabelecidos, e visa assentar principalmente em novas estruturas.

Por oposição ao primeiro modelo, em que a contenção é sobretudo repressiva, posso dizer que, neste, a contenção é sobretudo ideológica. Ele representa a tentativa, por parte da actual classe dominante, de recuperar as organizações autónomas criadas pela iniciativa da classe proletária. Para bem compreender esta tentativa, é preciso tomar em consideração o seguinte: o desenquadramento político e social do operariado facilitou a rápida proliferação das organizações autónomas, como as comissões de trabalhadores, e o desenvolvimento da sua iniciativa, como atrás indiquei. Mas, o atraso na formação política da classe operária portuguesa; um forte sentimento anti-fascista mas em que se assimilava fascismo e capitalismo, confundindo este naquele; e a própria forma consoante o 25 de Abril se

processou, como um golpe oferecido do alto — tudo isto fez com que, relativamente indiferentes aos partidos, os trabalhadores portugueses tenham uma confiança quase cega no Estado. Esta confiança no Estado é o principal elo ideológico que subordina os explorados à actual classe dominante. É esta situação que este segundo modelo pretende explorar, ultrapassando os partidos existentes e construindo a partir de um elo essencialmente ideológico novas instituições de contenção das massas; posteriormente, as bases de vários partidos inserir-se-iam nessas instituições, mas não os aparelhos. Por isso afirmo que este modelo de contenção é sobretudo ideológico. É neste sentido que a afirmação deve ser entendida.

Os elementos mais importantes deste segundo modelo são, no MFA, Otelo Saraiva de Carvalho e, na periferia das organizações partidárias, o PRP e a LUAR.

Ainda há pouco tempo, Otelo afirmava claramente que era necessário conter as greves e os movimentos reivindicativos, mas que os partidos existentes estavam demasiado divididos e, por isso, não tinham suficiente controle sobre os trabalhadores: “As lutas partidárias provocam um divisionismo extraordinário nas massas trabalhadoras do país numa altura em que a nossa economia, já débil, entrou numa crise enorme. Seria pois necessário um reforço intenso da produção e do trabalho” (*Expresso*, 17 de Maio de 1975, p.12). Quando esta corrente do MFA se diz contra os, ou acima dos, partidos, ela quer dizer na realidade que considera os partidos existentes insuficientes para conter as massas trabalhadoras, para as obrigar a produzir, sem protestar, mais mais-valia.

Ao contrário dos outros partidos ditos “de extrema esquerda”, o PRP e a LUAR não ignoraram, nem atacaram, as comissões de trabalhadores. Pretenderam, sim, acasalar as estruturas de tipo partidário que representam com as estruturas criadas pelo proletariado no próprio processo da sua luta prática, as comissões de trabalhadores. Ou seja, pretenderam desenvolver as velhas estruturas de tipo partidária nas novas circunstâncias da luta de massas. Sobre as estruturas de tipo partidário, hierarquizadas e centralistas, só podem desenvolver-se relações sociais de militarização, submissão e dependência que prefiguram as relações numa sociedade de capitalismo de Estado integral. Pelo contrário, as estruturas do tipo das comissões de trabalhadores, igualitárias e coletivistas, anti-hierarquizadas e praticando a democracia directa, são o campo de geração de relações sociais comunistas e libertárias. A tentativa de junção destes dois tipos de estruturas antagónicas é, objectivamente, um paradoxo, e só pode conduzir à eliminação de um dos tipos por outro. Durante algum tempo eram o PRP e a LUAR que seguiam, manquejando embora, na cauda das comissões de trabalhadores, arrastados pela força revolucionária das organizações autónomas do proletariado. Mas, a partir do momento em que este segundo modelo de enquadramento do proletariado começou a tomar forma num dos grupos de pressão do MFA, especialmente no COPCON, rapidamente o PRP e a LUAR descobriram que as suas afinidades essenciais eram com o brigadeiro e não com os proletários, com a força de intervenção policial dos novos capitalistas de Estado e não com as comissões de trabalhadores. O PRP e a LUAR quiseram sempre integrar as comissões de trabalhadores numa estrutura de tipo partidário. Pois não é esse mesmo,

agora, o fito do grupo de Otelo, que pretende constituir a nova instituição de enquadramento das massas a partir da recuperação de formas institucionais nascidas da iniciativa operária ?

O grupo Otelo quer construir a organização de enquadramento das massas pela sujeição ao MFA de dois grandes tipos de instituições: as comissões de moradores e as comissões de trabalhadores. Para as primeiras usa a LUAR, que se tem dedicado mais a este tipo de trabalho. Para as segundas usa o PRP. A divisão de tarefas que reina na sociedade capitalista parece existir também entre os partidos. Mas os problemas levantados pela tentativa de recuperação destes dois tipos de instituições são bastante diferentes.

As comissões de moradores são de recuperação relativamente fácil, ou menos difícil, pelo poder estatal. Enquanto morador, o trabalhador não é directamente explorado, ou seja, não é produtor de mais-valia, por isso a sua luta tende a ser aí menos radical do que a luta na unidade de produção, enquanto produtor explorado de mais-valia. Muitas das reivindicações das comissões de moradores são concedíveis pelo actual governo.

Com as comissões de trabalhadores passa-se um processo diferente. Elas nascem da própria luta reivindicativa prática contra a exploração, ou melhor, nascem das formas de organização social que o proletariado, inelutável e espontaneamente, cria entre si quando trava tais lutas práticas. Ora, a urgência da contenção das massas

trabalhadoras pela actual classe dominante provém precisamente do facto de ter que restringir os salários e de impedir as lutas reivindicativas. Assim, assentar a organização de contenção dos trabalhadores nas comissões de trabalhadores é, automaticamente, afastá-las da luta, burocratizá-las, isolá-las dos trabalhadores, os quais, inevitavelmente, criarão comissões novas para prosseguir a sua luta prática. Esta é uma contradição inultrapassável.

O PRP teve perfeita consciência de tal contradição ao inventar recentemente, à medida das necessidades de Otelo Saraiva de Carvalho e do seu grupo, os “conselhos revolucionários”. Assim vão os grupúsculos ditos de “extrema esquerda” reproduzindo, na sua configuração e na actividade que prosseguem, os jogos dos grupos de pressão no seio do poder. Os “conselhos revolucionários” são, na realidade, grupos de militantes e simpatizantes do PRP em fábricas e em serviços. Esta operação de baptismo é um elemento indispensável da vida dos pequenos partidos, que pretendem assim, por um processo de inflação publicitária, inchar como os balões de vento ! Antes do 25 de Abril, os maoistas variados eram especialistas em triplicarem e quadriplicarem sob forma de “organizações periféricas”. Após o 25 de Abril duplicaram editando jornais aparentemente desligados das suas organizações e triplicaram para as eleições criando novas organizações — no papel — destinadas à corrida às urnas. No fundo, tal como a inflação do crédito se reduz a um jogo de letras, também esta, mas de iniciais. O PRP inchou, pois, crismando-se de “conselhos revolucionários”. Mas vejamos um pouco para além da demagogia dos factos, a realidade das práticas

políticas, já que através do PRP podemos penetrar melhor no cérebro do brigadeiro Otelo, que, quanto ao congresso dos “conselhos revolucionários” — “estive para ir lá (mas não pude)” (in *Revolução*, 8 de Maio. de 1975, p. 3).

“ (...) as comissões de trabalhadores, eleitas em assembleia de empresa depois do 25 de Abril têm sido destinadas à luta reivindicativa. (...) Neste momento, a par desta organização, nasce uma organização autónoma política, que são os conselhos revolucionários” (*Revolução*, 10 de Abril de 1975, p. 3). A mesma ideia é expressa na Plataforma dos “conselhos revolucionários”, em que se acrescenta que estes “poderão vir a ser o embrião do verdadeiro Partido Revolucionário (...)” (*Revolução*, 23 de Abril, p. 9). Está aqui claramente reproduzida a velha separação jacobina entre o “político” e o “económico”, como se a nova organização social (o “político”) de que a classe operária é o agente não nascesse da própria luta prática que ela desenvolve contra o capitalismo (o “económico”). Enquanto que as comissões de trabalhadores nascem das próprias relações sociais que os proletários estabelecem na prática de luta, os “conselhos revolucionários” com que o PRP crismou a sua invenção foram impostos do exterior à classe operária, quer dizer, são exteriores às formas de organização social que a classe operária autonomamente cria. São, no fundo, as velhas estruturas do tipo partidário. O PRP faz a mesma divisão entre o “sindical” (lutas reivindicativas limitadas) e o “político”(lutas exteriores à unidade de produção) que faz o partido de Cunhal ou qualquer outro partido da pretendida “extrema-esquerda”. O PRP ignora que as lutas reivindicativas só são “limitadas” nos seus objectivos

conscientes em certos momentos, mas são *ilimitadas* sob o ponto de vista da nova organização social que consubstanciam e nelas germina. Os objectivos conscientes afirmados num dado momento da luta revolucionária do proletariado são limitados, mas a nova organização social não nasce desses objectivos conscientes nem de quaisquer organizações exteriores à luta reivindicativa, nasce da *prática* dessa luta reivindicativa, das formas de *relação social prática* que os proletários entre si estabelecem durante essas lutas, e de que as comissões de trabalhadores são, em Portugal, a melhor expressão. No fim de contas, de nada serviu ao PRP ter andado tanto tempo na esteira das comissões de trabalhadores. Que volta tão grande, para regressar ao mesmo vômito partidário de onde saíra !

Separar os “conselhos revolucionários” das comissões de trabalhadores e dar-lhes, na hierarquia da sua ideologia, uma posição de superioridade relativamente às comissões de trabalhadores, tem uma consequência imediata. Na *Revolução* de 16 de Maio deste ano podemos ler: “A “batalha da produção” só terá validade na medida em que esta estiver estreitamente ligada ao problema da conquista do poder pelo proletariado. Assim sendo, é de admitir que o lançamento efectivo de tal palavra de ordem se justifique antes mesmo da tomada do poder pelo proletariado. No entanto, ela deve limitar-se aos sectores nacionalizados onde os trabalhadores, uma vez organizados em Conselhos Revolucionários, devem iniciar o processo de concretização do seu poder” (p. 5). A “batalha da produção” é aquele aumento da produtividade por hora de trabalho que o ministro Murteira invocava como elemento de compensação

das horas de trabalho perdidas para o capitalismo de Estado em virtude das greves. Pois bem, que diz o PRP ? Que “*antes da tomada do poder pelo proletariado*”, isto é, *antes* de o capitalismo ter sido eliminado, os trabalhadores das empresas estadualizadas devem aumentar a sua produtividade — portanto, aumentar a mais-valia que produzem para a burguesia de Estado. É esta, evidentemente, a função dos “conselhos revolucionários” nas empresas estadualizadas — pretender convencer os trabalhadores a aumentar a produção. E aqui deflagrará, inevitável, o conflito com as comissões de trabalhadores, as quais pretendem evidentemente diminuir a mais-valia que produzem. Será então o momento em que os “conselhos revolucionários” do PRP acusarão as comissões de trabalhadores de prosseguirem “objectivos limitados”. E realmente — pois que objectivos mais grandiosos pode haver do que os do PRP, ao pretender que os trabalhadores das empresas estadualizadas, “*antes mesmo da tomada do poder pelo proletariado*”, aumentem a produtividade, quer dizer, ofereçam mais mais-valia aos capitalistas de Estado ! Quando no já citado decreto-lei nº 203-0/75, de 15 de Abril deste ano, se lê que é necessário “identificar a dinâmica da classe trabalhadora com o projecto de construção do socialismo” — que é assim que os governantes chamam ao capitalismo de Estado — não parece que a actividade do PRP, a sua tática, a sua ideologia e as suas declarações são reguladas pelos decretos-lei da burguesia de Estado ? ...

A contradição fica, como vemos, por resolver. É impossível assentar uma organização que tem por objectivo a contenção dos trabalhadores em organizações que só

existem desde que haja autonomia política dos trabalhadores.

## **A articulação dos dois modelos**

Em virtude dessa contradição, o segundo modelo não será possível isolado do primeiro. Por seu lado, também o primeiro não se poderá realizar senão articulado com o segundo. Foi por uma facilidade de análise que até agora os distingui rigorosamente. A realidade concreta que a estratégia da burguesia de Estado prosseguirá será sempre uma forma mista, embora prevalecendo um ou outro destes modelos.

O modelo Vasco Gonçalves-Vasco Lourenço-PC é quase puramente repressivo, já que os cunhalistas não têm uma forma ideológica nem organizacional que permita tentar a operação de recuperação das organizações autônomas devidas às iniciativas das massas trabalhadoras.

Mas o modelo Otelo-LUAR-PRP está viciado, no seu aspecto fulcral que é o da procura de uma ligação com as massas trabalhadoras, pela contradição insuperável já referida. Ele exige, por isso, um contra-peso repressivo. Ora, os “conselhos revolucionários” são em grande parte um *bluff*, que não tem mais peso do que o peso diminuto do PRP, e não são eles que poderão curvar os trabalhadores e as comissões de trabalhadores ao jugo da “batalha da produção”. Otelo e os seus conselheiros mais lúcidos não o ignoram. Numa recente entrevista (*Expresso*, 17 de Maio de 1975, p. 12), o brigadeiro Otelo Saraiva de Carvalho, com aquela manha salaia que consiste em dizer “sim” e “não” ao mesmo tempo e que os nossos políticos aprendizes julgam ser a

quintessência do maquiavelismo, afirma num parágrafo que: “Os Conselhos Revolucionários (...) também já lhes afirmei a minha simpatia à priori’(...)”, para terminar o parágrafo dizendo que: “os veria como supérfluos, não necessários à revolução, na medida em que o MFA é o motor da revolução”, e logo volta de novo ao “sim” no parágrafo seguinte: “Os Conselhos Revolucionários, se houver realmente uma travagem ou uma necessidade de arranque, poderão ser um extraordinário impulsor do próprio MFA”. E quando o entrevistador pergunta: “Na junção do MFA com os Conselhos Revolucionários e as comissões de moradores teríamos encontrado uma forma de transformação do MFA num movimento de libertação?”, o brigadeiro responde: “É uma das hipóteses que pode ser perfeitamente analisada (...)”. Deste modo, o brigadeiro reserva as suas opções definitivas para o futuro, consoante os “conselhos revolucionários” do PRP mostrarem as suas aptidões para arrastar os trabalhadores na “batalha de produção” da mais-valia para os capitalistas de Estado. Por enquanto, um sim-não que é o que em linguagem diplomática se chamaria “simpatia expectante”. Quanto à articulação com as comissões de moradores, se pode ser feita mais facilmente, não serve para conter a classe operária no ponto central da estratégia da classe dominante, que é a da contenção das reivindicações na unidade de produção.

Será pois inevitável a combinação destes dois modelos, segundo formas que podem ser extremamente variadas e que é impossível prever agora. Posso, no entanto, tentar descrever o modo como estes dois modelos se articulam no momento presente.

Em primeiro lugar, temos de ter em conta que essa conjugação está ainda longe de ser estreita. O domínio de cada modelo tornará prevalecentes uns ou outros dos grupos de pressão existentes no MFA, e está claro que nenhum cede facilmente o lugar que ambiciona. A articulação destes dois modelos sofre, pois, atrasos e acelerações, consoante o jogo das táticas no momento.

A constituição de um governo puramente militar, com conselheiros técnicos agregados, como propõe o grupo de Otelo, não mudaria muito a realidade material das coisas, como disse atrás. Por um lado, o PS já não tem qualquer poder a nível governamental e, por outro lado, o PC controla os ministérios através dos técnicos do PC, do MDP-CDE e dos outros partidos filiais ou agregados, e tal situação não mudaria evidentemente pela alteração do aspecto formal do governo. Aliás, o próprio governo só vale, hoje, pelos técnicos que incorpora, e o verdadeiro centro de decisão é constituído pelo conselho da revolução e pela sua comissão política.

Mas essa alteração teria efeitos consideráveis a nível ideológico. A direcção do PS sujeitou-se a tudo para que houvesse eleições para a assembleia constituinte; sujeitou-se mesmo ao facto de essa constituinte, após o pacto com o MFA, ser uma ficção legal. Agora, parece sujeitar-se a tudo para que a constituinte tenha efectivamente lugar. Ou seja, o PS vive, após as eleições, num mundo de ficções com o objectivo de manter essas ficções. O PS é, assim, o principal obreiro da ficção democrática burguesa do regime — e nenhum regime vive sem ficções generalizadas, que são a forma de integração e de subordinação ideológica das

massas. É esta a única função actual do PS e tudo o que resta do seu projecto de aparelho civil: uma ideologia legalista, democrática burguesa, civil e europeia ocidental. No momento em que o PS sair do governo, essa ficção desaparece e a classe dominante terá, no mesmo momento, de desenvolver outra forma de integração-sujeição ideológica das massas. Penso, como disse, que o partido cunhalista não produziu formas ideológicas capazes de integrar, neste momento, vastas massas. Parece-me, por isso, que o desaparecimento da ficção democrático-burguesa do PS daria lugar ao desenvolvimento do modelo de integração ideológica de Otelo, com os seus ajudantes de campo, no campo do proletariado, o PRP e a LUAR. É por isso que interessa ao grupo que constitui o primeiro modelo descrito desagregar lentamente o PS, cativando-o durante o máximo de tempo possível no governo, e interessa ao grupo de Otelo substituir o PS como produtor da vasta ficção ideológica integradora. Este é um dos pontos em que se joga a forma de articulação entre ambos os modelos.

Outro ponto houve em que tal forma se jogou, com êxito para grupo de Otelo-LUAR e derrota para o grupo Vasco Gonçalves - PCP - MDP-CDE. Na reunião da assembleia do MFA, de 19 a 20 de Maio, decidiu-se começar a criar estruturas de administração local ligando brigadas militares a comissões de moradores e comissões de bairro. Isto revela, como já atrás indiquei, a mais fácil integração das comissões de moradores nas estruturas actuais do poder da burguesia de Estado. O certo é que, deste modo, começou a desenvolver-se uma estrutura administrativa paralela à velha administração que o MDP-CDE tinha tomado de assalto após

o 25 de Abril, numa manifestação de tachismo que ultrapassou de muito tudo o que se vira nos tempos de salazar. As eleições mostraram o fraco peso do MDP-CDE e, sobretudo, as experiências locais mostraram a completa inadequação das velhas estruturas administrativas à prática actual do poder. Este desenvolvimento das instituições de massas do actual poder pela recuperação, ou tentativa de recuperação, de organizações resultantes da iniciativa popular, marcou a mais importante vitória obtida até agora pelo segundo modelo.

Balançando no ponto extremamente oscilante da junção destes dois modelos estão o almirante Rosa Coutinho e o comandante Correia Jesuíno. É notório que cada intervenção da “figura magnética do almirante, que recebe os seus entrevistadores metido num *T-shirt* cor de caramelo que deixe bem à vista uma compleição atlética (e) emite uma mensagem subjacente que catalisa forças das mais diversas tendências” (*O Jornal*, 2 de Maio de 1975, p.2), é diferente, senão mesmo contraditória, da anterior. Isto não se deve só à sua provável volubilidade, ou à maior sapiência de coisas do mar e guerra do que das artimanhas da política. Penso que esta oscilação das posições do almirante resulta fundamentalmente da própria posição de equilíbrio que ocupa entre os dois grandes modelos, e do facto de esse equilíbrio não só ser muito instável, como mudar rapidamente, bruscamente. Num dia, o almirante defende a criação de um novo partido “verdadeiramente socialista” com base em meia-dúzia de quadros que cindiram do MES na altura em que este, no seu congresso de Dezembro passado,

decidiu passar para a periferia do PC<sup>3</sup>. No dia seguinte diz já que esse partido “verdadeiramente socialista” resultará da fusão do PC com as massas do PS, com piscadelas de olho simultâneas a certos elementos da direcção do PPD. Mas no dia seguinte ao dia seguinte — oh! espanto — descobre as virtudes dos trabalhadores alentejanos com quem passou o primeiro de Maio (certamente a primeira oportunidade que teve para contactar trabalhadores fora das fileiras das forças armadas) e parece descobrir neles o “verdadeiro socialismo”, abrangendo todos os partidos no mesmo encolher de ombros desprezivo. Se reparamos melhor, estas mutações estão relacionadas com mudanças no equilíbrio entre os dois grandes modelos e no processo e ritmo da sua articulação, de tal modo que a tendência de momento dominante exprime-se cristalinamente nas declarações do almirante. Ele é o fiel da balança do poder, sucedendo nessa função ao general Costa Gomes, a quem o afastamento decisivo dos spinolistas no 11 de Março, com o consequente isolamento do PPD e do PS, retirou o lugar de equilibrador oficial das tendências e deixou na incômoda periferia dos grupos hoje vigorantes. Actualmente, é o almirante Rosa Coutinho quem indica pontualmente para que lado sopram os ventos. Por isso se acobertam à sua sombra todos aqueles jovens intelectuais que, demasiado cobardes, ou demasiado

---

3. O mais conhecido destes elementos é César Oliveira, figura de destaque no Ministério de Correia Jesuino. César Oliveira, é um “herói” da guerra colonial e pelas atitudes que deve ter tido durante as chacinas dos trabalhadores africanos recebeu o prémio Governador Geral de Angola, com o respectivo mês de férias na metrópole. Ah! a coerência das nossas figuras “de esquerda”. Ah! o nojo destes políticos. Será por este seu comportamento guerreiro que ele merece a confiança dos militares que hoje nos governam, ou pretendem governar, e que durante tantos anos conduziram a guerra colonial ?

videirinhos, ou demasiado espertos, para enfrentarem as tempestades, preferem a posição de destaque da rolha de cortiça no cimo das vagas — atirada para todo o lado, mas sempre na crista !

## **CONCLUSÃO**

Na sociedade actual, a luta revolucionária do proletariado desenvolve-se em todas as circunstâncias, porque em todas elas se gera a contradição entre os exploradores e os explorados. No entanto, a nossa luta desenvolve-se mais ampla e profundamente quando coexistem duas circunstâncias: por um lado, quando o poder está envolvido em grandes contradições que lhe impedem uma atuação firme e decidida; por outro, quando o confronto com o poder se faz em circunstâncias que facilitam às grandes massas proletárias a consciência desse confronto e do carácter explorador e opressor da sociedade constituída.

Estas duas circunstâncias significam, na situação portuguesa presente, que quanto mais demorada e difícil fôr a articulação entre os dois modelos de contenção dos trabalhadores e quanto maiores forem as contradições que entre eles surgirem e, por outro lado, quanto menos a integração-subordinação ideológica da classe operária, através do segundo modelo, se conseguir realizar — tanto mais facilmente se desenvolverá a luta do proletariado num sentido revolucionário profundo, passando a atacar claramente o poder de Estado e, correspondentemente, a desenvolver a relação entre as comissões de trabalhadores, a desenvolver a federação entre as comissões de trabalhadores.

Parece-me, por isso, que o trabalho dos militantes revolucionários no Portugal de hoje deve obedecer a duas grandes linhas: contribuir para incentivar a relação entre as comissões de trabalhadores e desmistificar o modelo de sujeição ideológica do proletariado ao capitalismo de Estado representado pela tendência Otelo-LUAR-PRP. Ou seja, contribuir para desenvolver as formas de organização social anti-estatal, ao mesmo tempo que se desenvolve a consciência do antagonismo entre o proletariado e todas as formas de Estado e de exploração.

26 de Maio de 1975

# **A propósito da teoria do modo de produção comunista**

*Este texto constitui o Prefácio à tradução espanhola da obra Para uma teoria do Modo de Produção Comunista. Bilbao: Zero (1977)*

Este livro encontrou o seu ponto de partida teórico no momento em que articulei num sistema único as duas definições de valor que podem encontrar-se na obra de Marx (tempo de trabalho incorporado; tempo mínimo de trabalho incorporado). Marx emprega estas definições alternativamente ou, noutros casos, aparece uma como especificação da outra. Porém, se as articularmos de forma a constituir em duas determinações a lei do valor, podemos extrair da lei assim reformulada consequências de grande alcance: o carácter social do produto capitalista passa a ser definido na produção, e não na realização no momento da compra e da venda; o que significa que o processo de concorrência entre os capitalistas ocorre fundamentalmente no próprio nível da produção, e não no mercado; daqui resultam implicações muito importantes para a análise da evolução do modo de produção capitalista e para a compreensão dos regimes capitalistas actuais, nomeadamente quando nos apercebemos de que o mercado livre-concorrencial pode desaparecer sem que por isso desapareça a concorrência básica inter-capitalista, a qual tem lugar no processo de produção; resultam ainda consequências muito importantes quanto à definição das classes sociais, pois a concorrência entre as empresas

capitalistas no processo de produção exige condições materiais e tecnológicas para essa inter-relação (às Condições Gerais de Produção), e tem aí origem a existência social de uma classe de gestores tecnocratas; é nesse sistema de inter-relações tecnológicas, sustentáculo do funcionamento das unidades de produção particulares, que o Estado encontra no capitalismo o seu papel económico, de forma que tanto a acção económica do Estado como a existência de classe da tecnocracia não surgiram numa fase adiantada de evolução capitalista, mas são contemporâneas da sua própria gestação; a tese da concorrência capitalista no processo de produção tem ainda como efeito recolocar toda a problemática da distribuição da mais-valia em função da relação de cada capitalista com as condições gerais de produção, permitindo assim encarar sob uma nova óptica o tão discutido problema da relação entre valor e preços.

Estas teses gerais, que se encontram apenas sumariamente expostas nos primeiros capítulos do livro, irão reproduzir-se ao longo dos capítulos seguintes, quando esboço o estudo das formações sociais e das lutas de classes em que a lei do valor manifestou a sua existência real, e reproduzem-se de novo na análise de certas formações ideológicas por que as classes sociais conceberam sucessivos momentos históricos da sua existência. O leitor verá como a assimilação da concorrência capitalista no livre-mercado à concorrência fundamental no processo de produção exprime uma época em que o desenvolvimento do processo económico e das lutas sociais, se tinha colocado claramente a contradição entre o proletariado e a burguesia, não definira com clareza a oposição do proletariado ao

conjunto do capitalismo. Para isso seria necessário pensar a oposição do proletariado à classe dos tecnocratas, colocando assim todos os problemas decorrentes da luta contra as formas capitalistas de gestão e de tecnologia. Sabemos que essas questões só numa data recente começaram a ser levantadas pelo movimento operário em geral. É esta a razão profunda dos insucessos passados das revoluções proletárias, e é a partir daqui que devemos procurar redefinir o campo em que o movimento operário pode existir como movimento dominante, e assim se expandir. Na medida em que a reformulação que proponho da lei do valor permitir a compreensão do capitalismo nos modos actuais da sua existência, permitirá também começar a definir com maior rigor o antagonismo radical entre o modo de produção comunista e o modo de produção capitalista, tentando opor à lei do valor o que poderá ser a lei do novo modo de produção, a que neste livro chamo Lei do Institucional. Para isso será necessário desviar a atenção do que comumente tem sido apresentado como a História do Movimento Operário, e encontrar *para além* desses episódios ambíguos — e geralmente não só *para além*, mas *noutro lado* — o verdadeiro campo onde o movimento operário se constitui como gérmen de uma possível sociedade futura. É nesse campo que sofremos as nossas derrotas e que se marcam as nossas vitórias. No seu esquema fundamental o percurso deste livro é, por conseguinte, circular: toma como problema inicial o facto de as duas determinações da lei do valor aparecerem inarticuladas na obra de Marx, e reformula esse problema sob o ponto de vista da sua existência social e sob o ponto de vista da sua existência ideológica.

Basta este enunciado para que o leitor possa compreender que a exposição dessas teses num livro de tamanho médio se processou forçosamente a um nível de generalidade muito elevado. Exceptuando uma ou outra análise mais pormenorizada, o seu valor consistiu, para mim, sobretudo num programa para o trabalho teórico futuro, a aprofundar e a detalhar em estudos posteriores, como o fiz já em parte. Redigido quase todo antes do 25 de Abril de 1974, este livro reflectia principalmente os impasses a que me levava a prática militante no interior de organizações leninistas: primeiro o partido comunista, depois movimentos maoístas. Foi o desenvolvimento das lutas operárias posterior ao pronunciamento militar de 25 de Abril que me permitiu abandonar uma perspectiva que, se já não leninista, dependia ainda parcialmente de uma problemática de origem leninista. Pude então seguir de perto a extraordinária expansão de um movimento autónomo da classe proletária, particularmente pujante entre a segunda metade de 1974 e os fins de 1975. Essa experiência possibilitou-me a ultrapassagem de certos aspectos deste livro, levando-me nomeadamente a redefinir o campo de luta em que o proletariado desenvolve as relações sociais comunistas. A releitura, são várias as afirmações ou teses de carácter particular, contidas neste livro, que me parecem hoje um tanto passíveis de correcção; mas trata-se de questões pouco importantes no contexto em que se inserem, por isso passo-as em silêncio. A luz das minhas concepções actuais, só um aspecto merecerá a pena atualizar, pois me parece ainda estreitamente relacionado com uma forma de encarar as lutas sociais que ultrapassei com a experiência posterior ao 25 de Abril.

Retomando uma conhecida passagem de Marx no

Prefácio da *Contribuição à crítica da economia política*, apresento neste livro um modelo em que uma contradição antagônica entre as forças produtivas e as relações de produção é resolvida mediante a acção sobre ela exercida por uma outra contradição, a das classes em luta. A bem dizer, a minha formulação extravasava já o modelo estrito de Marx, pois enquanto Marx era silencioso quanto ao modo de tal resolução, eu adiantava a tese de que a resolução se encontrava no terreno criado pelas próprias instituições de luta do proletariado. A experiência posterior ao 25 de Abril permitiu-me prosseguir a análise neste sentido, acabando por pôr em causa o modelo do Marx. Na verdade, se admitirmos, como faço neste livro, que todo o sistema tecnológico é determinado pelas relações sociais de produção em que se constitui, então não há lugar para conceber entre essa tecnologia (tecnologia entendida de maneira lata, ou seja, as forças produtivas) e as relações de produção qualquer contradição de tipo antagônico, inconciliável. Ao pressupor tal antagonismo, Marx estava a considerar o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas como base do modo de produção comunista, reduzindo assim o capitalismo à sua fase dita “livre-concorrencial” e confundindo com o comunismo as formas posteriores de capitalismo planificado. Como já a partir das primeiras páginas deste livro se procedia à crítica da restrição do capitalismo no mercado livre-concorrencial, o leitor, uma vez prevenido, facilmente poderá corrigir aquele aspecto à luz do próprio contexto geral da obra. Mas, pela importância de que este ponto se reveste, valerá a pena prosseguir um pouco neste assunto.

É certo que as relações de produção não são expressão transparente das forças produtivas. Entre ambos estes níveis a relação é contraditória. Mas essa contradição nunca impede as forças produtivas capitalistas de se desenvolverem — isto é, de se desenvolverem num sentido capitalista. As relações sociais de produção não marcam *limites* ao crescimento das forças produtivas; determinam o *sentido* em que tal crescimento se efectua, e o seu modo. Trata-se de uma relação contraditória que imprime ao desenvolvimento das forças produtivas no capitalismo uma dada fisionomia, que é aliás mutável consoante as fases económicas em que esse desenvolvimento se inscreve. Mas não devemos proceder a qualquer comparação, sempre metafísica, entre o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas e um modelo ideal de desenvolvimento linear, por nós inventado à medida dos nossos desejos. O crescimento das forças produtivas capitalistas deve ser encarado como um elemento integrante do modo de produção capitalista. É *todo* esse modo de produção, articulando as forças produtivas capitalistas com as relações sociais capitalistas, que entra em antagonismo com as instituições da luta proletária. Quando o proletariado luta verdadeiramente, isto é, quando na luta a classe proletária se exprime directamente, sem se limitar a delegar a formulação das suas reivindicações num corpo profissional especializado (partido, sindicato, comissões burocratizadas) — então nessa luta prática, autónoma e directa do proletariado contra o capitalismo produzem-se relações sociais de tipo novo, que entram em conflito absoluto, antagónico, com o modo de produção capitalista. O importante, aqui, é que as relações sociais estabelecidas pelos proletários na prática da sua luta

não vão resolver qualquer contradição entre a tecnologia capitalista e as relações sociais capitalistas, mas vão afirmar contra a totalidade do capitalismo uma nova totalidade social — o comunismo.

Neste livro refiro as instituições da luta prática e directa do proletariado contra o capitalismo sempre sob a denominação de “conselhos de fábrica”. É conveniente que este nome não iluda o leitor. A realidade a que me refiro pouco tem a ver com aquelas sombras já quase desvanecidas que servem de gadget ideológico a certas tendências esclerosadas que pretendem encerrar o futuro do movimento operário numa espécie de museu das figuras de cera das revoluções passadas. Neste livro denomino “conselhos de fábrica” todas aquelas instituições de luta directa, autónoma, que, porque fluidas e espontâneas, o proletariado cria sempre, e sempre sob nomes diversos (em Portugal seriam, depois do 25 de Abril, às “comissões de trabalhadores”); não se trata de aferir essas instituições por um padrão único, pois uma das suas características é a permanente mutabilidade das formas organizacionais concretas em que se constituem. Na luta prática, os proletários estabelecem relações comunitárias e igualitárias, em que os assuntos são decididos em comum e as tarefas repartidas sem profissionalização; este tipo de relações é absolutamente contrário às relações capitalistas prevalentes na fábrica, à hierarquia e ao tipo de disciplina que aí reinam. A decisão colectiva, a alternância nas funções, a revocabilidade permanente, a igualdade das remunerações são os princípios básicos por que se regem todas as instituições criadas pelo proletariado na sua luta directa contra o capital. Mas esses princípios gerais organizam-se

concretamente em formas mutáveis e com um mínimo de inércia. Com o desenvolvimento da luta, quando o proletariado passa de problemas táticos das reivindicações imediatas para a questão mais de fundo da sua sustentação material, e da das suas famílias, durante o período do conflito, surge então uma contradição entre as novas relações estabelecidas na luta e a tecnologia de tipo capitalista, que é a única de momento existente. Essa contradição é da maior importância. Na sua luta prática o proletariado estabelece relações sociais igualitárias e comunitárias; quando o prosseguimento das greves e das ocupações de fábricas leva ao boicote do patronato, os proletários vêem-se obrigados a continuar a produzir para prover à sua subsistência. Começam a reorganizar a seu modo a produção, e é então que essas relações de tipo novo se revelam antagônicas do sistema tecnológico de produção vigente no capitalismo. A tecnologia capitalista, separando o trabalhador tanto do meio de produção como da própria organização do processo produtivo, não pode deixar de reproduzir o tipo capitalista de divisão do trabalho, nomeadamente a cisão entre os que concebem, gerem e ordenam — e por isso se apropriam do sobre-trabalho — e os que executam — e por isso são explorados. Em múltiplas ocasiões o proletariado pôde ter uma consciência mais ou menos nítida de tal antagonismo. Nunca conseguiu, porém, superá-lo. A irresolução desse antagonismo é, como tentei mostrar ao longo deste livro, a causa profunda da degenerescência das revoluções operárias. Mas a produção de um novo sistema tecnológico, determinado pelas novas relações sociais que o proletariado estabelece na sua luta, só poderá vir a resultar de um processo colectivo relativamente demorado, e até hoje

nunca o ritmo da luta de classes permitiu que tal processo tivesse lugar. É a partir daqui que se coloca como uma necessidade absoluta a internacionalização dos processos revolucionários, a expansão num ritmo permanente e além-fronteiras das novas relações de luta prática do proletariado, de forma a que se torne possível a passagem efectiva dessas novas relações *sociais* a novas relações sociais *de produção*; ou seja, para empregar a terminologia deste livro, para que a lei do institucional passe a reger forças produtivas novas. Penso que reside aqui, neste antagonismo entre, por um lado, a expansão das relações sociais que o proletariado estabelece na prática da sua luta autónomo e, por outro lado, o mercado mundial capitalista, o grande problema da revolução proletária contemporânea.

A ideia de uma tecnologia não capitalista corre hoje na boca de muita gente. Mas como, em grande parte dos casos, essas concepções nada têm em comum com as defendidas neste livro, talvez seja conveniente demarcar-me relativamente a elas. Parecem-me particularmente criticáveis duas tendências gerais. A primeira, seguida por grande parte dos que se dizem “ecológicos”, consiste em defender uma paragem do crescimento industrial e o regresso, pelo menos parcial, a certas técnicas de produção pré-capitalistas. A ambição de regressar a épocas históricas ultrapassadas é o protótipo da utopia, e não vale a pena gastar mais tinta a demonstrar a impossibilidade desse retorno, quando tal demonstração foi feita já milhares de vezes; só não está convencido quem não o poderá ser. Quanto a defesa de um “crescimento zero”, é curioso notar que ela se encontra tanto na boca de muitos ecológicos

como na dos economistas capitalistas mais conservadores. Tal convergência é um sintoma da crise económica que o capitalismo atravessa desde 1974, e prefigura certamente um novo tipo de crescimento das forças produtivas capitalistas (o que estas correntes encaram ideologicamente como um não crescimento). Quanto ao segundo tipo de posições, defendidas por elementos cuja prática parece por vezes mais radical — porque mais violenta em certas manifestações — consiste em afirmar a inutilidade de qualquer trabalho, já que estariam hoje reunidas as condições necessárias para a automatização completa de todas as tarefas. Esta corrente limita-se, na verdade, a levar às últimas consequências as características básicas da tecnologia capitalista. A automatização capitalista constitui a extremação do afastamento entre o produtor e o processo de produção, e dela decorrem todas as formas de tecnologia contemporâneas, que simultaneamente aumentam a actividade do conjunto das máquinas e acrescem a passividade mental com que o produtor é obrigado a encarar esse processo de trabalho. Conceber uma sociedade do ócio sobre uma automatização geral deste tipo não é ultrapassar a tecnologia capitalista, mas, pelo contrário, é sujeitar-se às formas mais vis do desenvolvimento tecnológico do capital. É pensar o paraíso sem sair da prisão, é defender uma alienação absolutamente geral de toda a sociedade. Uma tecnologia só será realmente nova se inserir estreitamente o produtor no processo de produção - tanto quanto à propriedade e ao nível material desse processo, como quanto à sua gestão e à integração dos sistemas de conhecimento.

As ideologias que acabei de referir exprimem, na maior

parte dos casos, movimentos cuja base social assenta sobretudo na esfera económica de consumo, e não da produção: estudantes, quadros inferiores da tecnocracia, indivíduos de profissões liberais, etc. Três factores, intimamente correlacionados, levaram nas últimas décadas à grande expansão numérica da classe tecnocrata: o peso crescente da fracção do capital constante no capital total; o afastamento cada vez maior do produtor directo relativamente ao processo de produção, que a tecnocracia vai preencher; e o afastamento praticamente já consumado dos burgueses proprietários particulares relativamente à gestão dessa propriedade, que a classe tecnocrata vai preencher também. Nestas circunstâncias, as novas condições do desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, agravadas pela crise actual, tiveram como consequência uma elevada percentagem de desempregados entre as baixas camadas da classe tecnocrata. Nomeadamente os estudantes, aprendizes tecnocratas, têm cada vez maior dificuldade em encontrar uma profissão estável, uma vez concluídos os seus cursos. Em todos os países industriais desenvolvidos milhares de tecnocratas potenciais são lançados no desemprego sem terem alguma vez tido, mesmo enquanto tecnocratas, qualquer contacto com o processo produtivo. Tecnocratas frustrados, estes elementos revoltam-se sobretudo enquanto consumidores não inteiramente realizados. É esta a base social fundamental das tendências ideológicas que acima critiquei. Essas tendências preocupam-se muito, por exemplo, com os efeitos da tecnologia capitalista no exterior das fábricas; mas preocupam-se muito pouco com os efeitos dessa tecnologia dentro das fábricas; e, como tudo isto se passa numa

sociedade capitalista que ameaça durar ainda várias décadas, essas tendências não se preocupam nada com o problema do desemprego operário. A remodelação tecnológica a que me refiro neste livro só poderá resultar de uma relação estreita entre as instituições do proletariado criadas na luta prática e as instituições de luta exteriores à fábrica, nomeadamente as dos moradores. Só a partir daí me parece que será possível desenvolver as novas relações sociais materializáveis no processo produtivo. Enquanto programa de trabalho teórico futuro, a principal ambição deste livro é a de contribuir para mudar o ponto de vista sob que a generalidade dos revolucionários têm encarado o movimento operário, ou mais exactamente, mudar o próprio campo dessa visão. O fulcro do movimento revolucionário contemporâneo não se encontra, como pretendem as novas modas, nas reivindicações dos consumidores, todas em última análise possíveis de satisfazer pelo capitalismo; nem se encontra, como pretendem as velhas ortodoxias, em instituições exteriores ao processo da luta prática, imediata e autónomo do proletariado.

Os germens do novo modo de produção, os caminhos do futuro possível, a lei nova do modo de produção comunista — é nas relações práticas estabelecidas pelos proletários nas suas lutas directas que os podemos encontrar. Trata-se de abandonar aquilo que até agora mais nos tem preocupado, quero dizer, de relegar para um plano muito secundário a questão de saber quais as reivindicações exactas que estão a ser formuladas numa dada luta, quais as palavras de ordem, quais os partidos que “estão por detrás” (já que não conseguem estar à frente ...) de tais lutas. Tudo

isso é muito secundário. O fundamental é analisar as formas práticas de inter-relação produzidas na luta. Não é a reivindicação nem a palavra de ordem que por si só são significativas, mas sim as formas exactas de inter-relação social que os proletários estabelecem quando levam à prática as reivindicações e quando formulam as palavras de ordem. São essas formas sociais, e não as palavras de ordem nem as reivindicações, que definem o carácter revolucionário ou reformista de um dado processo de luta. Só a partir deste novo trabalho de análise, a que a actual geração revolucionária não se poderá furtar, é que a lei do novo modo de produção deixará de ser um esboço vago e começara enfim a definir-se com maior exactidão. O que pressupõe, evidentemente, a expansão crescente do próprio movimento autónomo do proletariado. A definição da lei do modo de produção comunista não poderá ser mais do que a expressão ideológica da construção prática de relações sociais comunistas, em cada luta mais profundamente enraizadas, mais duradouras e resistentes.

9 de Outubro de 1977

# **O dinheiro: da reificação das relações sociais até o fetichismo do dinheiro**

*Revista de Economia Política, Vol. III, n.º I, janeiro-março /1983*

## **APRESENTAÇÃO**

A discussão em torno da definição do dinheiro, a análise dos seus fundamentos, têm habitualmente sido relegada a um lugar secundário, quer entre os economistas das várias correntes marxistas, quer entre os não-marxistas. Porém, nos últimos tempos uma atenção cada vez maior tem sido prestada a esses problemas. A definição do dinheiro está no centro da polêmica que hoje mesmo travam entre si as duas principais correntes econômicas da administração Reagan, os monetaristas e os *supply-siders*. Por outro lado, as teses de crítica ao dinheiro ocupam há várias décadas uma posição importante entre várias correntes da esquerda marxista. Por outro lado ainda, certos aspectos do movimento ecológico, enquanto opositor da chamada “sociedade de consumo”, conduzem algumas correntes ecológicas, explícita ou implicitamente, a uma crítica do dinheiro. Tudo isto parece justificar que se gaste algum tempo a discutir a questão.

Para tentar esclarecer a função do dinheiro na sociedade contemporânea irei, numa primeira parte, analisar certos casos de “utopias realizadas” de abolição do dinheiro.

Defino aqui “utopia” como uma tese, ou um conjunto de teses, de qualquer modo sempre uma ideologia bastante sistematizada, que pretendem possuir um valor prático, mas cuja formulação é anterior a qualquer experimentação dessas teses; digo que a utopia “se realiza” quando a tais teses, já de antemão elaboradas, surge uma oportunidade de verificação prática. Na segunda parte analisarei o emprego do dinheiro na sociedade européia que precedeu imediatamente aquela em que o dinheiro começou a assumir formas em que hoje o conhecemos.

Justificação da junção de duas partes tão distintas: a história não é conhecimento do passado, mas do presente. E a projeção negativa do presente. O passado surge-nos como um não-presente, por isso mesmo é função do presente, e nesta operação o presente compreende-se melhor a si próprio.

Antes de encetar a primeira parte, uma precaução: irei falar de aspectos parcelares de certas grandes experiências do movimento operário, e não dessas experiências globalmente consideradas. Por isso, do que vou dizer não podem extrair-se conclusões acerca da minha opinião sobre a globalidade de tais experiências.

## **PRIMEIRA PARTE UTOPIAS REALIZADAS**

### **COMUNISMO DE GUERRA**

Definição: sistema vigente nas áreas controladas pelos bolchevistas desde meados de 1918 até o primeiro trimestre de 1921. Teve como aspectos principais: a máxima expansão da propriedade do Estado; a planificação central da produção e da distribuição no setor estadualizado; a organização centralizada da força de trabalho no interior do setor estadualizado; o controle pelo Estado das relações entre o setor estadualizado e o setor privado ( = camponês); a abolição do dinheiro. É quanto a este último aspecto que vou prosseguir a análise.

Contrariamente a uma interpretação corrente, e nascida nos finais daquele sistema econômico, o Comunismo de Guerra não constituiu um sistema improvisado perante pressões imprevistas da guerra civil.

Não há, aliás, uma estreita relação cronológica entre os acontecimentos militares e a evolução das decisões econômicas.

O sistema econômico do Comunismo de Guerra fora já de antemão concebido. É uma “utopia realizada”. Kautsky, nos finais do século XIX, definira já o socialismo como a extensão do Estado até se transformar numa empresa única e a abolição das relações mediante dinheiro, substituídas por relações mediante gêneros. E Kautsky não fazia mais do que

retomar uma tradição socialista já antiga, dando-lhe novo fôlego e formando continuadores dessa tradição.

Como se apresenta no sistema teórico realizado no Comunismo de Guerra a utopia da abolição do dinheiro? Dois aspectos:

1) No interior do setor da propriedade de Estado: a estadualização era considerada sinônimo de socialização; e a planificação central da produção e da distribuição era considerada base suficiente para se prescindir do dinheiro. Havia divergências quanto ao ritmo desta abolição, mas não quanto aos termos gerais desta tese, cuja defesa de modo nenhum se restringia à ala esquerda dos bolchevistas.

(Não posso abordar aqui os problemas relativos à lei do valor. Mas uma observação para os interessados: assim como a ultrapassagem do mercado livre-concorrencial clássico era considerada como implicando a abolição da lei do valor, o que significa que esta era definida na circulação e não na produção, assim era também considerada como abolição do dinheiro. Estreita interligação entre ambas as problemáticas, na ideologia do Comunismo de Guerra.)

2) Entre o setor da propriedade de Estado e o setor da propriedade privada (= propriedade camponesa): da desvalorização progressiva do dinheiro resultaria a sua abolição final. Essa desvalorização, devida a uma inflação provocada voluntariamente pelo Estado, constituiria uma forma de troca desigual entre o Estado e o campesinato, beneficiando-se o Estado. É esta a origem do modelo da

“acumulação socialista primitiva” (Preobrazenskij): a desvalorização progressiva do dinheiro constituía, na prática, um imposto para financiar o setor estadualizado.

Como se realizou essa utopia da abolição do dinheiro na prática do Comunismo de Guerra?

A questão central para se compreender essa realização é a crise na produção do setor estadualizado (= indústria).

(É-me impossível aqui abordar com suficiente profundidade as causas dessa crise. Para isso seria necessário analisar esta experiência globalmente, e não apenas sob o ponto de vista da questão do dinheiro. Mas posso, muito sinteticamente, indicar os termos gerais em que se desenvolveria a minha resposta: o Comunismo de Guerra constituiu um caso extremo de fusão entre os interesses da classe dos gestores e os do proletariado industrial; esta fusão temporária de classes urbanas interesses foi cimentada pelo fato de ambas as classes estarem política e socialmente privilegiadas relativamente às classes rurais, e ambas estarem em oposição econômica aos rurais; estes estavam neutralizados pela sua oposição aos grandes proprietários rurais, que os bolcheviques combatiam. Mas a classe dos gestores na Rússia era pequena, insuficientemente coesa e imatura relativamente à extensão assumida pela propriedade de Estado; e o proletariado, não só na Rússia como internacionalmente, era então historicamente imaturo para ser capaz de proceder a uma organização central da produção, ou até setorial. Foram estas, e não a guerra civil, as razões determinantes da crise na produção industrial.)

De qualquer forma, o que interessa aqui sublinhar é a situação de crise cada vez mais grave no setor estadualizado (= indústria). É ela que determina a realização da utopia da abolição do dinheiro, em cada um dos dois aspectos já definidos :

1) No interior do setor da propriedade de Estado: a crescente crise da produção restringe o papel da planificação. Na planificação existente considerava-se que o dinheiro estava abolido pela mera razão de a distribuição ser realizada diretamente em gêneros, quer entre as empresas, quer relativamente aos salários operários. Mas o problema é: qual o critério, a unidade em que se mediam e contabilizavam os gêneros trocados e distribuídos? Essa unidade era o velho rublo. Entendia-se que a realização das transações entre empresas mediante acertos contabilísticos (*clearing*) constituía uma abolição do dinheiro. Fetichização extrema do dinheiro, que era reduzido à moeda materialmente considerada.

Quando por vezes se usava explicitamente dinheiro no interior do setor de Estado, evitava-se empregar as notas emitidas pelo banco central, devido à extrema desvalorização (inflação), e o diretor de uma fábrica ou qualquer outra autoridade local emitia senhas, com a sua assinatura, que valiam como dinheiro. (Isto revela a falta de coesão do aparelho planificatório central, ultrapassado pelo localismo, o que é um reflexo da situação de classe dos gestores na Rússia.)

Na época final do Comunismo de Guerra o governo nomeou comissões de economistas para estudarem a criação de uma unidade que substituísse, na contabilidade, o velho rublo. Todas as propostas apresentadas constituíam variantes de uma unidade: o trabalho físico incorporado. *La boucle est bouclée* (O círculo completava-se). Da pretensa abolição do dinheiro resultara a naturalização absoluta da lei do valor. (Para os que se interessam pelo problema: seria engraçado discutir com os membros destas comissões o célebre problema da transformação dos valores em preços.) O Comunismo de Guerra acabou antes que uma destas propostas, adotada como projeto de decreto, tivesse sido efetivamente decretada.

2) Entre o setor da propriedade de Estado e o setor do campesinato: para que esta relação funcionasse segundo o modelo da “acumulação socialista primitiva”, não bastaria que ocorresse a desvalorização do dinheiro, era necessário ainda que o setor do Estado se expandisse e o setor da propriedade privada camponesa se restringisse. Ora, durante o Comunismo de Guerra foi emitido um volume sempre crescente de notas — e tanto mais que o espaço geográfico controlado pelos bolchevistas foi por vezes muito restrito. A massa monetária mais do que duplicou em 1918, mais do que triplicou em 1919, quintuplicou em 1920. Como este aumento do volume de notas em circulação teve lugar numa situação de restrição da oferta por parte do setor industrial (= estadual), entre 1918 e 1921 a inflação dos preços foi de mais de oitenta vezes superior à taxa de aumento da massa monetária.

Da crise no interior do setor do Estado resultou a crise nas relações entre esse setor e o campesinato. Sem produzir bens industriais para vender aos camponeses, o Estado não podia comprar produtos agrícolas. Assim, a relação entre o setor do Estado e o campesinato, prevista como troca desigual mediante a desvalorização do dinheiro, não podia ter lugar no mercado, e o Estado teve de recorrer à requisição sistemática de produtos agrícolas. Reação camponesa: redução das áreas semeadas, abate de gado, ocultação de estoques, recurso a canais de distribuição não controlados pelo Estado: mercado negro.

A crise multiplicou-se assim nos seus efeitos, agravando-se sempre: cada vez era mais difícil a reprodução do setor estadualizado. A expressão social desse fenômeno foi a dissolução do proletariado industrial; parte foi para o exército, onde mantinha parcialmente funções produtivas industriais, sob a forma de trabalho forçado; mas a grande parte regressou ao campo. Operários industriais:

|           |             |
|-----------|-------------|
| 1913      | 2,6 milhões |
| 1917      | 3,0         |
| 1918      | 2,5         |
| 1920-1921 | 1,5         |
| 1921-1922 | 1,2         |

Em 1917/1920 a população de 40 capitais de província diminuiu de 1/3; a de Moscou diminuiu de quase metade; a de

Petrogrado (futura Leningrado) diminuiu de quase 60%. Note-se que a produtividade industrial diminuiu mais ainda do que a percentagem de diminuição do número de proletários, pelo que a queda no *output* do setor estadualizado foi superior à queda da mão-de-obra industrial.

Em suma, a utopia não podia realizar-se tal como se apresentara. O esquema da “acumulação socialista primitiva” inverteu-se: o dinheiro desvalorizava-se numa situação em que o setor estadual se restringia muito mais do que o setor camponês. Ocorreu assim uma “desacumulação socialista primitiva”: o mercado negro. O campesinato passou a impor ao Estado não só os termos da troca, mas até as formas da troca. Primeiro, o campesinato estabeleceu uma cotação própria do rublo, à medida que a sua desvalorização se acentuava; depois, a partir de certo grau de desvalorização, deixou de aceitar rublos. Desenvolveu-se a escambo (troca direta de produtos sem intervenção de dinheiro). E começou a verificar-se a criação particular de dinheiro: sal, tabaco, farinha, tecidos, álcool; quanto a este último, o seu monopólio era evidentemente detido por elementos que dispunham já de uma certa capacidade técnica de produção, elementos capitalistas. Note-se que todas estas formas de dinheiro podiam ser consumidas, o que se relaciona com a grande extensão assumida pelo escambo; na segunda parte analisarei mais detalhadamente o significado desta questão. O escambo passou a abarcar, não só produtos manufaturados incluídos no salário em gênero que o operário recebia, mas até matérias-primas, peças e maquinaria roubadas nas fábricas tanto mais que estas estavam parcial ou totalmente imobilizadas. Calculadas em valor calórico, as

rações (parte dos salários em gêneros) distribuídas pelo Estado aos operários representavam apenas 1/3 do consumo calórico da população urbana: o resto provinha do mercado negro. O Estado procurava contrabalançar esta “desacumulação socialista” procedendo a uma forma de acumulação: as requisições. Mas estas tornavam-se cada vez menos eficazes: como disse já, levam à diminuição do *output* agrícola. Progressivamente as autoridades foram admitindo na prática o mercado negro e acabaram por fazer-lhe concessões legais.

Que concluir? O Comunismo de Guerra pretendeu abolir o dinheiro, mas os resultados foram: 1) O dinheiro continuou a servir de base a toda a distribuição no interior do setor estadualizado (a contabilidade em rublos); 2) a emissão central de dinheiro no interior do setor estadual começou a substituir-se uma emissão local de dinheiro (as senhas emitidas pelos chefes de empresa ou autoridades locais do Partido); 3) nas relações entre os camponeses e as camadas urbanas criaram-se particularmente novos tipos de dinheiro (sal, tabaco, farinha, tecidos, álcool).

Note-se ainda que o grande desenvolvimento do escambo nas relações entre o campesinato e as camadas urbanas contribuiu poderosamente para que essas relações escapassem ao controle do Estado. Em suma, o Estado estava perdendo completamente o controle dos mecanismos da economia. E da utopia da abolição do dinheiro resultara uma tripla forma de dinheiro!

Kritsman, em 1924: no Comunismo de Guerra a agudização da luta social levou a modelos políticos que ultrapassavam as possibilidades econômicas.

Pois bem, a NEP é o reconhecimento desse campo do economicamente possível. A partir das possibilidades econômicas desenvolvidas com a NEP os modelos políticos e sociais do Comunismo de Guerra vão ser reformulados e triunfarão finalmente. Stalin, O stalinismo radical articulou a “acumulação socialista primitiva” (o privilegiamento das camadas urbanas relativamente ao campesinato) com a utopia da abolição do dinheiro (até o artigo final, de 1952, em que Stalin afirma que a lei do valor, que para ele era o mesmo que o mercado livre-concorrencial clássico, não vigora no interior do setor estadual, abolindo-se por isso o dinheiro nessa esfera econômica )

Só com Khruchtchev se encerra este segundo alento do Comunismo de Guerra.

A generalidade dos intelectuais atribui ao marxismo a inelutabilidade deste processo. De Marx resultaria Stalin – ou até lagoda e Beria. Isso enche os intelectuais de orgulho: que poder, o das idéias, se do cérebro do estudioso do British Museum resultara o aparelho de terror de Beria! Porém, o anarquismo russo era atravessado pelos mesmos problemas que dividiam os bolcheviques. Pode-se argumentar que por constituírem um pequeno grupo refletiam ideologicamente as correntes políticas dominantes. Mas a prova de que assim não é obtém-se passando ao país e à época onde o

anarquismo foi a corrente política dominante, onde tomou o poder e encabeçou experiências de governação.

## **GUERRA CIVIL ESPANHOLA**

Definição: a guerra durou desde julho de 1936 até março de 1939. Três guerras civis simultâneas: 1) republicanos/nacionalistas; 2) PC e parte do PSOE/CNT e parte do PSOE (oscilação do POUM); 3) clérigo-militares/falangistas.

A utopia da abolição do dinheiro era de longa data formulada entre os anarquistas espanhóis. Setembro de 1881: Congresso de Barcelona da Federação Regional Espanhola da Internacional (tendência anarquista): uma das correntes preconiza a abolição do dinheiro imediatamente a seguir à insurreição. 1931 : o Comitê Nacional da CNT manda traduzir a obra de Pierre Besnard, *Les Syndicats Ouvriers et la Révolution Sociale*, editada na França em 1930, onde se afirma que logo após a revolução o dinheiro será abolido para a distribuição interna; na verdade, tratava-se do emprego do sistema de *clearing*. sendo os preços invariáveis e calculados em pesetas, isto é, na moeda que precisamente se havia “abolido”: para o pagamento do salário seria necessária a Caderneta de Trabalho, o que implica de novo o sistema de *clearing*. Para o comércio externo empregar-se-ia o ouro. Esta obra teve para a CNT um valor programático. Maio de 1936: Congresso de Zaragoza: programa-se a abolição do dinheiro e a sua substituição pela Caderneta de Trabalho.

O argumento sempre apresentado para defender a abolição do dinheiro era o da necessidade de impedir o lucro.

Fetichização máxima do dinheiro: o lucro é visto como o resultado de uma técnica material, e não como uma relação social.

A utopia da abolição do dinheiro havia sido já realizada em várias insurreições anteriores à guerra civil: janeiro de 1933, no Levante; dezembro de 1933, em aldeias do Baixo Aragão; outubro de 1934, nas Astúrias. Este caso é mais importante do que os anteriores, pois os comitês revolucionários locais, além dos anarquistas, integravam socialistas, comunistas e outros pequenos partidos marxistas; os comitês operários emitiam senhas que diziam: “vale 1 kg de pão” etc.

Conclusão: 1 ) não se punha em causa o dinheiro como instrumento contabilístico básico; 2) quando muito, as senhas emitidas restringiam a liquidez monetária: mas, como as pessoas podiam trocar as senhas entre si, elas acabariam por equivaler a notas de diferentes denominações.

Mas a repressão impediu que estas realizações da utopia fossem duráveis que se generalizassem.

Foi na guerra civil que a realização da utopia assumiu maior amplitude no tempo e no espaço.

(Repito que não posso aqui analisar globalmente esta experiência. Limito-me a indicar uns tópicos: a incapacidade de auto-organização do proletariado nesta época histórica, verificada já para o Comunismo de Guerra, verifica-se agora de novo. Em geral, o proletariado tomava a iniciativa da coletivização e, logo em seguida, entregava a representantes

as empresas coletivizadas. Transformados em representantes, os anarquistas têm de atuar como tais. Reproduzem assim o leninismo. Desta dualidade resultou que a CNT, a nível local, foi “leninista tipo Comunismo de Guerra” e, a nível central, foi “leninista tipo NEP”. Esta a razão por que a CNT combinava, em aparente paradoxo, a “ditadura do proletariado” a nível local com a participação nas estruturas tradicionais do Estado parlamentar.)

Desta dualidade resultaram duas realizações da utopia completamente diferentes :

A) nos centros urbanos e industriais: na Catalunha, onde os anarquistas constituíam a força dominante, onde os centros urbanos eram muito importantes e a indústria avançada, a CNT integrava-se no aparelho de Estado tradicional, em Barcelona.

O dinheiro em Barcelona não foi abolido: *il a été boudé*. Os anarquistas aí viraram a cara ao dinheiro, fingindo não o ver. Apesar de as nacionalizações terem assumido enorme extensão, abarcando até o pequeno comércio, só os bancos não foram nacionalizados. Era o desprezo pelo dinheiro, forma negativa da sua “abolição”. Outros indícios: quando os anarquistas integraram o governo da *Generalitat*, dissolvendo o seu governo paralelo, não ocuparam a pasta das Finanças: o plano para roubar parte do ouro do Banco da Espanha e levá-lo para a Catalunha não foi por diante.

O Ministério dos Abastecimentos (anarquista) da *Generalitat* comerciava com as outras regiões da Espanha

mediante o sistema de *clearing*, e pretendia assim ter abolido o dinheiro. Ao mesmo tempo, o Ministério da Economia (anarquista também) da *Generalitat*, quando vendia produtos da Catalunha a outras regiões da Espanha exigia o pagamento em moeda estrangeira. Conclusão: enquanto um “abolía” o dinheiro o outro restaurava-o!

A expressão teoricamente mais consistente desta não-abolição do dinheiro nos grandes centros urbanos e industriais foi o plano de reforma monetária elaborado em fins de 1936 por engenheiros e operários da CNT da indústria têxtil da Catalunha, e que previa um sistema de *clearing* no interior do setor produtivo, sem emprego de dinheiro material, e papel-moeda para a aquisição particular de bens de consumo, emitido com uma certa inflação, embora não muito elevada, para impedir o entesouramento, estimular o consumo e ativar a produção; para o comércio externo, escambo e dinheiro-ouro;

B) nas regiões rurais: enorme atraso econômico. Miséria. Escassez do comércio. Freqüente a “abolição” do dinheiro nas coletividades rurais, pois era raro e restrito o comércio com o exterior da localidade. Dois aspectos:

a) o significado da “abolição” do dinheiro para o comércio no interior da localidade ( = coletividade, geralmente): dois casos:

i) ou a peseta continuava a funcionar como padrão da contabilidade efetuada;

ii) ou a peseta era substituída por dinheiro emitido pela coletividade (= município), de máxima liquidez, ou por senhas e cadernetas de trabalho, de liquidez mais restrita.

Em certas localidades onde coexistiam coletivistas e não-coletivistas, circulavam os dois tipos de dinheiro: pesetas e dinheiro local.

Houve, porém, casos efetivos de abolição do dinheiro. Santa Magdalena de Pulpis, 1400 habitantes (Castellón de la Plana, entre Tarragona, ao norte e, ao sul, Valência). E isto apesar de numa coletividade próxima a “abolição” do dinheiro realizar-se mediante o sistema de senhas, com os salários calculados em pesetas etc. Houve também abolição efetiva do dinheiro em Castro del Río (Andaluzia); mas aqui sabemos como essa abolição se processou: os únicos bens que havia aí para repartir eram cereais e azeitonas. e carne das ovelhas que se matavam para comer (destruição dos rebanhos).

b) O significado da “abolição” do dinheiro para o comércio com o exterior da localidade: duas conseqüências simultâneas ou alternativas:

i) o comércio com as outras localidades era efetuado pelo sistema de *clearing*;

ii) municipalização (= estadualização a nível local) do comércio externo. Um exemplo: Alcora (Castellón de la Plana), 4500 habitantes, 75% dos quais membros da coletividade local. O comitê calcula os salários em pesetas e

paga-os em vales; parte dos vales restringe-se à compra de pão, os restantes são para os outros artigos de consumo. O comitê local apropriou-se de todo o dinheiro existente em Alcora e emitido pelo Banco Central: cerca de 100 000 pesetas. Com esse dinheiro procede ao comércio externo, isto é, ao comércio com as outras localidades. Se alguém pretende deslocar-se ao exterior da comunidade troca os vales por pesetas, das que possui o comitê, dentro dos limites e da frequência decididos pelo comitê. Outros exemplos: em povoações coletivizadas, onde havia habitantes que recebiam salários em pesetas, por trabalharem na indústria, ou fora da aldeia, em terras não coletivizadas, depositavam essas pesetas no comitê local e inseriam-se no sistema local de dinheiro-vales.

(Esta municipalização do comércio externo relaciona-se com a grande regionalização do poder e com a concorrência entre as regiões, mesmo quando eram controladas pelos anarquistas. Num livro publicado em 1936, Diego Abad de Santillán admitia que a economia anarquista podia realizar-se na Espanha mesmo que o comércio externo fosse boicotado, mediante a substituição sintética de matérias-primas. Era o “anarquismo num só país”... Daí ao anarquismo numa só província, ou numa só região, era um passo, que foi particularmente franqueado pelos anarquistas aragoneses durante o período em que controlaram essa província: o Comitê de Defesa de Aragão (governo regional anarquista) pretendia que se pusessem contadores de eletricidade na fronteira entre Aragão e a Catalunha, para que o governo catalão (controlado pelos anarquistas, lembre-se) pagasse a Aragão a eletricidade que daí provinha.)

## **CAMBODJA DOS KHMERS VERMELHOS**

Em setembro de 1936, o grupo anarquista catalão Reclus publica no jornal *Tierra y Libertad* uma proposta: eliminar metade de Barcelona, sendo a população correspondente absorvida pelo campo. Acabar com a compra de alimentos ao estrangeiro.

Temos aqui, quarenta anos antes, o programa de Pol Pot. Seria muito importante analisar esta utopia da abolição do dinheiro e a sua realização. Depois de termos analisado a utopia saída do marxismo e a utopia saída do — e a propósito podia-se ver anarquismo, teríamos a utopia terceiro-mundista o papel importante assumido por certas formas de contato entre o anarquismo e o marxismo e, nomeadamente, pela Universidade de Vincennes, onde o ministro das Finanças dos Khmers vermelhos elaborou e sistematizou o seu ideário. Mas faltam-me os dados.

Sei apenas que, dentro deste processo de realização extremada do programa sonhado pelo grupo Reclus, o dinheiro foi totalmente “abolido”. Requisição do ouro pelas autoridades. Nos campos prisionais-coletividades de trabalho as pessoas enguliam o ouro e evacuavam-no, voltando a enguli-lo em seguida. Assim, o efeito das medidas governamentais seria, ou a redução temporal do período de transações (clandestinas), ou a extensão das compras e vendas (clandestinas) a crédito.

## **CONCLUSÃO DA PRIMEIRA PARTE**

Convém repetir: não faço aqui uma análise da globalidade destes movimentos sociais, mas apenas de um dos seus aspectos. Mas, como quer sejam encarados os outros aspectos, não se pode esquecer a existência deste. Não pretendo aqui definir as condições sociais gerais que levaram à articulação de todos estes aspectos num movimento social único. Pretendo apenas chamar a atenção para o problema.

Partindo da tese da reificação das relações sociais pelo dinheiro, que oculta essas relações, estas várias utopias realizadas da “abolição” do dinheiro acabaram por chegar a uma forma extrema de fetichização do dinheiro: julgaram que atacar a moeda materialmente considerada era atacar as relações sociais que ela encobria.

Este percurso não deixa de me recordar o discurso de Chigalev, em *Les Possédés* de Dostoievski: “Enredei-me nos meus próprios dados e a minha conclusão está em contradição direta com a idéia inicial de que parto. Partindo da liberdade ilimitada chego ao despotismo ilimitado. Mas tenho de acrescentar que, fora da minha solução da questão social, nenhuma outra pode existir”

## **SEGUNDA PARTE**

### **ALTA IDADE MÉDIA**

Definição: no tempo: desde a dissolução do Baixo Império até o grande surto de desbravamentos e o renascimento

urbano. No espaço: o Ocidente do que é hoje a Europa, excluindo, a oeste, as regiões cantábricas e bascas e, depois, as regiões sob o domínio muçulmano, a partir da queda do reino visigodo; excluem-se ainda a Bretanha, a Irlanda, Gales e, durante a maior parte deste período, a Cornualha; ao norte, a região é limitada pelo extremo setentrional dos reinos anglo-saxônicos e, no continente, pela fronteira com a península da Jutlândia; a leste, por uma faixa instável, limitada pelos eslavos; ao sul, até as regiões do papado, ou seja, até o vale do Tibre, exclusive.

Antes de abordar as formas de dinheiro em uso na época, é necessário defluir as formas de transferência de bens que então se verificavam:

1) Saque (roubo, guerra): pseudotroca, pois não existe reciprocidade. No entanto, a generalidade assumida por esta forma de transferência fazia com que, a nível global e a longo prazo, houvesse reciprocidade.

2) Troca de presentes: os dois atos complementares não são simultâneos. Note-se que as trocas não eram obrigatoriamente entre pares de agentes; o equilíbrio estabelecia-se na totalidade.

2') *Potlatch*: forma transformada de troca de presentes. Sob o ponto de vista de quem pratica o *potlatch*, trata-se de oferta. Sob o ponto de vista dos outros, trata-se de oferta negativa. Enquanto que 2 vale pelo ato e pelo conteúdo material do ato, em 2' o conteúdo material torna-se mera

função do ato. impossível de subsistir sem ele, servindo apenas para reforçar o ato.

3) Transação: os dois atos complementares são simultâneos.

3a) Escambo: simultaneidade da troca dos bens materialmente considerados.

3b) Compra e venda: não-simultaneidade da troca dos bens materialmente considerados, a qual é mediada pela troca de um símbolo genérico de bens, que é o dinheiro.

Note-se que a conjugação de todas estas formas confere aos circuitos de transferências uma grande maleabilidade: 3a têm em comum com 3b a execução simultânea de atos complementares; 3b tem em comum com 2, e de certo modo com 1 também, o defasamento temporal entre os momentos das transferências dos bens materialmente considerados; 1 é o ato complementar de 2' e, eventualmente também, do desequilíbrio resultante de uma falta de reciprocidade em 2.

Versatilidade destas formas de transferência:

a) O mesmo produto podia ser transferido por qualquer destas formas e podia mudar de forma no interior de uma mesma cadeia de transferências.

b) O mesmo indivíduo podia recorrer a qualquer destas formas (mas ignoro a eventual existência de 2' entre os camponeses).

Esta versatilidade é a base a partir da qual se deve analisar o dinheiro nesta época. O dinheiro intervém apenas em 3b, e a versatilidade das formas de transferência exige a versatilidade da própria forma dinheiro, que tem de poder converter-se rápida ou até instantaneamente noutras formas.

Do lado da oferta de dinheiro isto requer o caráter instantâneo, ou rápido, e descentralizado dessa oferta: descentralização geográfica (pluralidade dos locais de emissão) e descentralização social (a emissão de dinheiro não é monopólio de uma dada classe ou grupo social). As várias formas como se realizam estes dois aspectos inseparáveis da descentralização e da instantaneidade:

1) Liquidificação das moedas entesouradas: é a forma mais simples. Mas não é o que geralmente acontece.

2) Na maior parte dos casos não se entesouram moedas, que são previamente convertidas em barras de metal ou jóias. A liquidificação destes tesouros enquanto moedas passa pela sua prévia cunhagem. Daí a descentralização geográfica das oficinas de cunhagem.

3) Utilização imediata como dinheiro de lingotes de metal precioso, jóias ou quaisquer outros artigos de luxo, mesmo não-metálicos. Jóias com entalhes para mais facilmente se transformarem em dinheiro (sistema mais freqüente na periferia do mar do Norte do que nas zonas mediterrâneas). Estas formas 1, 2 e 3 restringem-se aos senhores, nomeadamente aos maiores de entre eles.

Vejamos agora o que se passava com os camponeses, servos ou independentes:

4) Como não entesouravam metais, os camponeses só podiam obter moeda cunhada no mercado, transacionando produtos das terras que cultivavam. ou produtos artesanais, ou até alugando os seus serviços, para obter dinheiro. Enquanto que em 1, 2 e 3 o dinheiro surge na abertura da transação, aqui surge como resultado da transação. Os camponeses estão aqui sujeitos à oferta senhorial de dinheiro.

5) Os camponeses podem transformar imediatamente em dinheiro bens que produzem: dinheiro-alimento (vinho, cereais, pão) e dinheiro-animais de trabalho (bois, ovelhas).

Existe uma relação estreita, a nível das medidas, entre o dinheiro-alimentos e o dinheiro-animais de trabalho, por um lado e, por outro, o dinheiro-moeda. Isto mostra a interligação, nos circuitos de transferências, dos dois campos sociais distintos de oferta de dinheiro.

Nos percursos habituais dos mercadores (não eram comerciantes profissionais no sentido atual, pois eram também agricultores) surge dinheiro próprio:

6) A importância dos frísios nas correntes de trocas do mar do Norte, entre as duas costas do canal da Mancha, o Báltico e o interior do continente pelos rios (Meuse-Moselle-Reno). Na costa nordeste da região franca, na Frísia e na costa sudeste da Inglaterra surge uma cunhagem nova as sceat-

tas. Espaço único de transações. Eram os mercadores, e não os reis, quem garantia a homogeneidade da cunhagem, pois a sua área de difusão abarcava frações de vários reinos. Cunhagem de prata, para o relacionamento com os escandinavos e os eslavos. Foram as *sceattas* que pressionaram à transformação da cunhagem continental do ouro em cunhagem de prata.

7) Caso extremo de dinheiro resultante dos percursos habituais de mercadores (regularidade das transações e integração dos agentes das transações em corpos sociais com elevada coesão): dinheiro absolutamente simbólico — pequenos pedaços de tecido de inferior qualidade — (praticamente dinheiro fiduciário) e moeda cunhada. Em uso em vias de comércio entre o espaço econômico senhorial e o Báltico ou regiões do mar do Norte.

Reciprocamente, a versatilidade das formas de transferência exigia também o desaparecimento instantâneo, ou rápido, do dinheiro, para que a compra e venda pudesse transformar-se noutra forma de transferência. Formas de desaparecimento do dinheiro:

1) Fundição das moedas em lingotes ou *flans* (rodelas metálicas de peso e formato idêntico ao da moeda, mas ainda não cunhadas; estágio transitório entre o lingote e a moeda). Não é uma forma instantânea, pois requer o tempo necessário à mudança de aspecto.

2) A moeda pode converter-se em jóia com grande rapidez, ou até instantaneamente. Com grande rapidez:

moedas fabricadas de maneira que facilita a sua montagem como jóia. Instantaneamente: a moeda assume diretamente a função de jóia.

3) O artigo de luxo não-moeda usado como dinheiro volta instantaneamente à forma de não-dinheiro.

4) Desaparecimento instantâneo do dinheiro-alimento ou do dinheiro-animal de trabalho pelo seu consumo ou pelo seu emprego produtivo. Aliás, esta é obrigatoriamente a forma final deste dinheiro, pois o seu período de conservação é limitado, contrariamente ao dos metais.

Em conclusão: simetria entre os lados da oferta e do desaparecimento do dinheiro.

Estas características da oferta do dinheiro e do desaparecimento do dinheiro articulam-se em cada ato de transferência de bens. Vejamos alguns aspectos:

1) O dinheiro pode aparecer e desaparecer no decurso de uma única transação. Quando A compra de B um bem, utilizando para isso dinheiro, e B não o utiliza como dinheiro, mas como artigo de luxo, ou bem de consumo, ou animal de trabalho, a transação é simultaneamente uma compra e venda (para A) e um escambo (para B). — Note-se que isto nada tem a ver com as concepções mentais de cada agente. — O mesmo elemento material, no interior da mesma transação, pode desempenhar uma dupla função, quando cada um dos atos da transação se insere em formas diferentes de transferência. É este, aliás, o caso mais

freqüente. Por isso à exceção de 7, que era um tipo de dinheiro absolutamente marginal, todos os outros tipos de dinheiro possibilitam o seu funcionamento como dinheiro e não-dinheiro no interior da mesma transação. Os próprios materiais empregados como dinheiro pressupõem a possibilidade de articulação numa mesma transação das duas formas de transação.

2) Os preços eram geralmente fixados em unidades de contagem que não correspondiam imediatamente a moedas efetivamente cunhadas: assim, essas unidades de contagem referiam-se tanto a  $n$  moedas cunhadas, como a  $n$  produtos, consoante o valor que na altura lhes fosse atribuído. O sistema de fixação de preços permite, assim, optar-se por qualquer dos tipos de transação.

3) Muito freqüentemente, durante a transação a moeda era pesada pelo agente que a recebia, ou submetida a qualquer outra prova do seu valor metálico. Isto não implica que não estivesse, naquela transação, e para ambos os agentes, funcionando como dinheiro. Significa apenas que o agente que a recebia se garantia de que ela pudesse, em qualquer outro momento, funcionar como não-dinheiro.

4) No caso anterior tratara-se de uma compra e venda, pelo menos para um dos agentes, em que o dinheiro era conferido, pressupondo a sua simultânea ou posterior utilização como não-dinheiro. Mas o processo recíproco sucedeu também: nos sistemas econômicos germânicos pré-senhoriais as trocas de presentes ocorriam entre pares de agentes: o desenvolvimento das cadeias de transação e o

alargamento do seu âmbito fizeram com que o equilíbrio se estabelecesse globalmente, e não entre pares de agentes. Nestas novas condições a obrigação de reciprocidade caso a caso, ou desaparece, ou se transforma, tornando-se então em mero ritual. Segundo esse ritual, se A dá um presente a B, este dá em troca a A um objeto com um mero valor simbólico, que funciona na realidade como símbolo de um presente futuro, a obter de qualquer outro agente. Por esse caráter simbólico, trata-se de uma forma de “paradinheiro”.

Em resumo: neste sistema econômico a forma dinheiro pode definir-se apenas pela sua função, caso a caso, e não por qualquer aspecto material. Reciprocamente, a moeda metálica não constitui, por si, qualquer indício da existência de dinheiro e da ocorrência de compra e venda.

Se foi a moeda metálica cunhada — e não qualquer delas, mas um dado tipo — que veio a prevalecer e a dominar a forma dinheiro durante séculos, isso deveu-se ao fato de os grandes senhores terem conseguido impor um controle estreito sobre a totalidade dos organismos econômicos, adquirindo assim o monopólio da oferta de dinheiro.

## **CONCLUSÃO GERAL**

O dinheiro é um mero produto de relações sociais, inteiramente decorrente das características de tais relações. A oferta de dinheiro que tais relações tornam necessária nunca pode ser restringida enquanto tais relações perdurarem. Tal oferta é fácil. Querer destruir uma sociedade, ou querer sustentar e consolidar uma sociedade,

visando para isso o dinheiro, é como querer destruir ou agarrar um objeto pela sua sombra.

Um passo mais: o dinheiro é, na sua definição mais geral, uma expressão simbólica de relações sociais, de uma inter-relação dos indivíduos na sociedade. Se essa relação assenta na desigualdade e na exploração, o dinheiro veicula tal exploração e tal desigualdade. Porém, se admitirmos como possível a existência de uma sociedade onde as inter-relações sejam igualitárias, significa isso a abolição do dinheiro — ou quer isso dizer que o dinheiro, uma vez mais, veiculará tais relações?

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A bibliografia sobre o Comunismo de Guerra é abundante e de fácil consulta. Limito-me a indicar uma obra que, partindo de um ponto de vista diferente do meu e chegando a conclusões opostas, se cruza com a minha análise:

SZAMUELY. László (1974) — *First Models of the Socialist Economic Systems, Principles and Theories*. Budapeste, Akadémiai Kiadó.

Uma interessante análise crítica da atuação dos anarquistas na guerra civil espanhola encontra-se em:

LORENZO. César M. (1969) - *Les Anarchistes Espagnols et le Pouvoir*. 1868-1969. Paris. Seuil.

Existe uma versão espanhola:

LORENZO, César M. (1972) - *Los Anarquistas Españoles y el Poder*. 1868-1969, Paris, Ruedo Ibérico.

Um péssimo livro. Mas com excelente documentação:  
MINTZ. Frank (1970) - *L'Autogestion dans l'Espagne Révolutionnaire*. Paris, François Maspero

A edição espanhola é ampliada com mais documentação  
MINTZ, Frank (1977) — *La Autogestión en la España Revolucionaria*.  
Madri, La Piqueta.

Sobre os problemas do dinheiro e da moeda na Alta Idade Média encontra-se uma boa recolha de várias posições e fatos nas comunicações apresentadas a um congresso.

CENTRO ITALIANO DI STUDI SULL'ALTO MEDIOEVO (1961) —  
*Moneta e Scambi nell'Alto Medioevo*, Settimane di Studio, VIII,  
Spoleto.

# A autonomia nas lutas operárias

*Este texto reproduz uma palestra efetuada na Faculdade de Economia e Administração da PUC de São Paulo, a 14 de novembro de 1984, e em suas linhas gerais reproduz também a palestra realizada no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ, em 20-11-84. A transcrição da gravação foi revista pelo autor; além de algumas alterações de estilo e pequenas correções, deu-se maior desenvolvimento a certas passagens, tendo em conta questões levantadas no debate que se seguiu à palestra. In Lúcia Bruno e Cleusa Saccardo (orgs.), Organização, Trabalho e Tecnologia, São Paulo: Atlas, 1986.*

Para falar de autonomia, ou de movimento operário, ou mesmo da sociedade em geral, penso que a questão central é a mais-valia. Vou, por tanto, começar pela velha fórmula da mais-valia. Vejamos:

O tempo de trabalho incorporado na força de trabalho é menor do que o tempo de trabalho que a força de trabalho é capaz de despendar no processo de produção.

A expressão é *capaz de*, que aqui sublinho, transforma este modelo num modelo aberto. Quando se diz que o trabalhador é capaz de despendar um tempo de trabalho superior ao incorporado na sua força de trabalho, significa isto que os limites desse tempo de trabalho a despendar não são fixos, dependendo precisamente *da capacidade* de o operário *trabalhar* ou *não trabalhar*. Ou seja, o modelo da mais-valia é aberto aos conflitos sociais. Entendo-os aqui da

forma mais ampla possível, desde a sabotagem individual até a luta organizada e coletiva. Sabotagem, como se sabe, vem do francês *sabot*, tamanco. No começo da industrialização, os trabalhadores franceses atiravam para o interior das máquinas os tamancos que calçavam, para as fazer parar ou até destruir as engrenagens. Depois as engrenagens tornaram-se mais fortes, as formas de parar as máquinas tornaram-se mais poderosas também. Mas no centro de tudo isto está: *é capaz de*.

Por isso a economia de Marx, ou mais exatamente boa parte dessa economia, fundamentando-se num modelo aberto às lutas sociais, pode analisar em todos os seus aspectos e em qualquer dos seus momentos a atividade econômica. Para que o cálculo matemático funcione em economia tem de se pressupor certa constância das condições relativas aos fatores analisados. Se os conflitos sociais intervêm, alterando sem cessar essas condições, os modelos matemáticos tornam-se inoperantes. A vida econômica é tanto mais matematizável quanto menos agudizadas forem as lutas sociais. E é este o motivo por que há um campo da atividade econômica inteiramente vedado aos economistas acadêmicos: é a economia dos períodos revolucionários. A economia acadêmica só pode pensar os períodos revolucionários como não econômicos, ou como antieconômicos. A partir de um modelo como o da mais-valia, pelo contrário, temos toda a latitude para conceber, quer uma economia que decorra em inteira normalidade — ou seja, na normalidade capitalista, sem lutas sociais ou com um mínimo de conflitos — quer uma economia fracionada por lutas sociais.

Se considerarmos novamente a velha fórmula da mais-valia, veremos que o antagonismo entre o proletariado e os capitalistas tem dois aspectos, cuja existência constitui o fulcro do que aqui pretendo dizer hoje. E o proletariado, como classe, reparte-se por esses dois aspectos. Para empregar uma expressão metafórica, diria que o proletariado tem duas vidas, cuja articulação lhe é extremamente difícil.

Vejamos o primeiro desses aspectos:

Se o proletariado pretende reduzir o tempo de trabalho que despende no processo de produção, a via aparentemente mais simples que se oferece ao capitalista é a da repressão. Mas a eficácia marginal da repressão esgota-se muito rapidamente. Qualquer capitalista sabe que se pusesse um policial atrás de cada operário não conseguiria obter um trabalho eficaz e teria, além do mais, de instruir a polícia sobre os gestos necessários à produção, para que obrigasse o trabalhador a fazê-los. E assim acabaria por transformar o policial num trabalhador e ter dois trabalhadores em vez de um. Este absurdo mostra que a repressão, para além de certo ponto e como solução geral, é uma via impraticável para o capital.

O processo mais econômico que se oferece ao capital consiste em atuar sobre o primeiro termo da relação da mais-valia. O proletário, ao reduzir o tempo de trabalho que despende, age sobre o segundo termo dessa relação. A resposta do capitalista incide no primeiro termo, pela diminuição do tempo de trabalho incorporado na força de trabalho. Isso significa que o capitalista procura tornar mais

produtivos os processos de fabrico dos bens consumidos pelos trabalhadores. Não pode fazê-lo, porém, sem aumentar também a produtividade no fabrico das máquinas que irão produzir aqueles bens. E assim por diante. Em conclusão, ao agir sobre o primeiro termo da relação da mais-valia, em resposta à luta operária, o capitalista desencadeia um mecanismo global de aumento da produtividade que se estende a toda a economia. É este o processo de desenvolvimento da mais-valia relativa. O desencadear de uma luta e a resposta imediata do capitalista definem, assim, um ciclo da mais-valia relativa. Tendo em conta o que mais adiante direi, posso desde já denominá-los *ciclos curtos da mais-valia relativa*.

Vejamos agora o segundo dos aspectos, a segunda das vidas pelas quais se reparte o proletariado:

Quando os operários lutam, desde que o façam autonomamente e com um mínimo de organização, quebram a disciplina da fábrica. Deve, portanto, distinguir-se muito claramente entre, por um lado, a reivindicação e, por outro, as formas das relações sociais estabelecidas entre os trabalhadores quando prosseguem uma reivindicação. Insisto neste ponto, porque é muito comum relatar as lutas proletárias em termos de reivindicações formuladas: quarenta ou trinta e tal horas semanais, fim do desemprego, isto ou aquilo. E os jornalistas, os historiadores, os pesquisadores costumam na grande parte dos casos — não em todos, felizmente — manter em silêncio as formas assumidas pelas relações sociais que os trabalhadores estabelecem quando conduzem a luta. A reivindicação é

aquele aspecto de uma luta ao qual o capitalista pode responder aumentando a produtividade, acelerando os ciclos curtos da mais-valia relativa, consoante o processo que há pouco indiquei. É isto que explica por que grande parte dos jornais, grande parte da pesquisa se interessa sobretudo pelo enunciado das reivindicações. É perante elas que ocorre a resposta imediata do capital e aqueles jornalistas e pesquisadores são elementos integrantes do processo de tomada de decisões do capitalismo.

Ou a reivindicação é feita no interior das instituições das empresas, sujeita às diretorias dos sindicatos burocratizados, subordinada, portanto, à estrutura capitalista da fábrica e à sua disciplina — e neste caso não se geram quaisquer formas novas de relações sociais —, ou a reivindicação é feita em ruptura com o capital — e esse corte nunca se processa com os trabalhadores organizados pela disciplina da fábrica. Por conseguinte, quando ocorre uma ruptura com o capital, o primeiro ponto que nos deve ocupar é o de saber de que novo modo os trabalhadores se organizam. Que organização, que relações sociais são essas que se opõem à estrutura capitalista do processo de trabalho e vão substituí-la enquanto a luta durar?

Em meu entender, é nestas formas novas de relação social que se situa a gênese das relações sociais comunistas. Não considero o comunismo nem como uma utopia, no sentido de uma sociedade sonhada segundo um ideal, nem como um projeto localizado no futuro. As relações sociais comunistas, no sentido lato que já irei precisar, estão localizadas no presente e sempre têm estado localizadas no presente deste

modo de produção. Têm sido sempre contemporâneas do capitalismo, em todas as suas etapas. Vou explicar melhor.

Um modo de produção não se resume a relações sociais. Um modo de produção é a organização de certas forças produtivas consoante dadas relações sociais. Enquanto as formas do que há pouco denominei comunismo se limitarem às relações sociais estabelecidas na luta proletária não constituem um modo de produção — sê-lo-ão apenas embrionariamente. O que lhes falta então? Se uma dada luta perdurar, ou porque o patrão resiste e os trabalhadores estão suficientemente fortes para continuar o combate, ou porque, embora patrões isolados cedam, a luta se expande a outros setores e a outras regiões — os trabalhadores deparam-se então com a necessidade de garantir a continuidade da produção nas empresas que acabam por ter nas mãos. Goste-se ou não desse fato, ele é uma necessidade inelutável. Os salários não são pagos, os trabalhadores têm de viver e têm ali os elementos que lhes asseguram a subsistência. Começam então a organizar a produção nas empresas que dominam. A partir desse momento as relações sociais criadas na luta projetam-se em direção às forças produtivas e podem começar a reorganizá-las. É este o ponto em que o comunismo pode converter-se: de meras relações sociais num verdadeiro modo de produção.

Até agora, porém, o movimento operário tem ficado em suspenso sobre essa nova fase, parando quando mal acaba de a encetar. Têm sido extremamente raras, e breves, as experiências de reorganização das forças produtivas pela expansão das relações sociais de luta. Por quê?

Para responder a esta questão, que é crucial no desenvolvimento do movimento operário, comecemos por analisar a pluralidade de situações em que se encontram os trabalhadores durante uma luta. A grande parte das correntes marxistas, e não só, considera que na base dessa diversidade estaria a distinção entre a “vanguarda” operária e as “massas” trabalhadoras. Na interpretação que aqui proponho, porém, torna-se impossível definir *uma* vanguarda operária. É claro que vanguardas existem desde que haja lutas. Se ocorre uma luta numa empresa e não nas restantes, essa empresa é a vanguarda; se existem dentro dela três ou quatro indivíduos que primeiro começam a ativar o combate, são eles a vanguarda. Mas não se adianta nada com estas generalidades mais do que sabidas. Vanguarda, neste sentido, existe para tudo, sempre, em quaisquer circunstâncias. Uma teoria das vanguardas, que sustenta as concepções dos partidos de base operária, pressupõe algo muito diferente: pressupõe a possibilidade de organizar as vanguardas de maneira que a vanguarda definida num dado momento continuasse a sê-lo nos momentos seguintes. A representatividade que qualquer partido de base operária atribui a si próprio resulta de pretender ser uma vanguarda permanente, educada para tal. E é isto que eu nego.

Na minha opinião as vanguardas são mutáveis historicamente. Desde que centremos o movimento operário no processo de luta nas empresas, as vanguardas de um dado momento não o serão no momento seguinte e, além disso, até em relação a um mesmo momento é impossível defini-las de modo absoluto. Partindo desta constatação poderemos começar a entender a razão por que, até agora,

tem ficado suspensa a projeção das relações sociais de luta sobre as forças produtivas.

Estou a lembrar-me de um exemplo, fornecido pelos acontecimentos em Portugal no período de 1974 e 1975. As grandes empresas do setor metalo-mecânico, da siderurgia, da construção e reparação de petroleiros, essas empresas que tradicionalmente constituíam o coração industrial do proletariado português, foram as primeiras a impulsionar o avanço operário, a impor a autonomia dos trabalhadores no processo político posterior à queda do salazarismo. Neste sentido foram uma vanguarda. A luta expandiu-se enormemente e abarcou a classe operária de todo o país. Um dos indícios mais reveladores do antagonismo entre as relações sociais criadas nessa luta e a disciplina capitalista da fábrica foi a palavra-de ordem “Quem suja, limpa”. Esta palavra-de ordem surgiu de modo absolutamente espontâneo no verão de 1974 e alcançou uma grande difusão. “Quem suja, limpa” resultou da pressão da mão-de-obra menos qualificada, daqueles que apenas ajudam os que operam com as máquinas e, em geral, auxiliam os operários qualificados, trazendo-lhes os instrumentos e materiais necessários para o processo de trabalho. Significa aquela palavra-de ordem que os operários mais qualificados, que estavam nos seus postos de trabalho e sujavam o chão, a bancada ou as máquinas, deviam limpá-las. E fá-lo-iam dentro do horário de trabalho, evidentemente, pois não iam trabalhar mais do que o período estabelecido. Com essa palavra-de ordem simples a força de trabalho menos qualificada subvertia completamente a hierarquização interna do operariado, pondo assim em causa a disciplina da

fábrica. Esta não é uma mera sujeição que o capitalista imponha a um proletariado considerado em bloco. A disciplina capitalista da fábrica é uma forma de organizar a força de trabalho que visa hierarquizá-la internamente e fracioná-la. “Quem suja, limpa” impunha um tipo de relações entre operários absolutamente contrário a essa hierarquia e a essa disciplina. Os trabalhadores menos qualificados apareciam, então, como uma vanguarda.

Se os trabalhadores, porém, com estas relações sociais do “Quem suja, limpa”, tomassem conta das empresas e as remodelassem segundo esse princípio, não iriam produzir consoante as exigências da produtividade capitalista. É fundamental ter em conta que não existe um critério único de produtividade. Há tantos critérios de produtividade quantos os objectivos da produção, as forças sociais que controlam e as formas sociais em que se realiza. E fica assim colocado o problema central, que é o do confronto entre aquelas empresas onde prevalecem as relações sociais criadas pelos trabalhadores em luta, e que laboram segundo um dado critério de produtividade, e as restantes empresas, que se subordinam às formas capitalistas de organização e a outro critério de produtividade. Ou seja, o confronto entre as relações sociais de luta e o mercado capitalista mundial.

Temos uma empresa, ou duas, ou três, quantas quisermos, onde os trabalhadores, mediante um processo de luta, ficaram com as instalações nas mãos e se vêem na necessidade de as fazer laborar. Mas no resto da sociedade existe capitalismo. Esses trabalhadores estão a produzir para compradores que analisam o produto consoante critérios

capitalistas de produtividade; estão a adquirir matérias-primas e maquinaria e vendedores que as produzem e distribuem consoante critérios capitalistas de produtividade. Então, das duas, uma: ou os trabalhadores organizam a produção que têm nas mãos segundo os novos critérios decorrentes das relações sociais de luta, coletivos e igualitários — mas neste caso o resultado é completamente antagônico dos princípios da produtividade capitalista e, porque restritos a uma empresa ou a uma região isolada ou a um único país, estes trabalhadores permanecem em inferioridade relativamente ao mercado mundial e são por ele sufocados, ou os trabalhadores se sujeitam aos critérios da produtividade capitalista — e neste caso têm de reintroduzir a disciplina patronal na fábrica, as hierarquias etc. Enquanto o mercado capitalista mundial prevalecer, o princípio do “Quem suja, limpa” não conseguirá desenvolver-se até reestruturar as forças produtivas.

Foi exatamente isso que aconteceu em Portugal em 1975 e o grau de relacionamento das empresas com o mercado mundial marcou a velocidade com que em cada uma delas ocorreu o recuo das lutas. Aquelas grandes empresas do metal-mecânica, da siderurgia, da construção naval, que haviam constituído uma vanguarda no arranque do processo, eram também as que mais estreita e diretamente decorriam do mercado mundial. Com o princípio do “Quem suja, limpa” pode, evidentemente, fabricar petroleiros, mas não obedecendo àqueles critérios de competitividade exigidos pelas grandes companhias que os vão comprar. Perante essa barreira tais empresas deixavam, assim, de ser uma vanguarda. Sob este novo ponto de vista, as empresas que

surgiram como vanguarda foram aquelas que produziam bens de consumo popular, tais como toalhas, agasalhos desportivos e outros produtos do mesmo gênero. Empresas deste tipo, embora nas mãos dos operários e prevalecendo nelas relações de trabalho mais igualitárias, puderam continuar a laborar durante um período considerável, uns dois anos ou mais. Estou a recordar-me de um caso em que durante muito tempo uma destas fábricas vendeu sobretudo para o que se poderia denominar um “mercado de solidariedade”. Era mercado no sentido de que continuava a existir dinheiro, porém as aquisições não obedeciam a qualquer dos critérios capitalistas de produtividade, mas ao apoio prestado pela população trabalhadora a trabalhadores em luta. Foram empresas deste tipo as que mais longe projetaram as novas relações sociais no sentido da remodelação do processo de trabalho e das forças produtivas. Nas fases sucessivas da luta e, em cada momento, para as suas várias facetas, destacaram-se diferentes vanguardas. Em meu entender, este é um dos aspectos fundamentais que põem em causa a concepção tradicional de partido operário enquanto vanguarda única e organizada.

Tivemos, assim, ritmos diferentes para o recuo das lutas em cada tipo de empresa, mas não sendo possível em nenhuma delas uma duração indefinida das experiências revolucionárias. Quanto mais não seja indiretamente, mediante a generalidade da sociedade, o mercado mundial tem feito sentir o seu peso em todas as empresas sem exceção e feito triunfar os seus critérios. Vemos, portanto, que a barreira que se opõe à reorganização das forças

produtivas consoante as relações sociais criadas na luta é o mercado capitalista e, nomeadamente, o mercado mundial. O que é outra forma de referir a necessidade de internacionalização da luta e as consequências trágicas acarretadas pela ausência — até hoje — de uma unificação internacional do movimento operário.

É precisamente neste ponto que os capitalistas podem proceder a uma segunda recuperação das lutas proletárias. Já enunciei a primeira das formas de recuperação, que consiste em responder de imediato às reivindicações do proletariado mediante a rápida redução do tempo de trabalho incorporado na sua força de trabalho; foi o que denominei de ciclos curtos da mais-valia relativa. A segunda das formas de recuperação surge precisamente quando o mercado mundial impede as novas relações sociais decorrentes da luta de se expandirem em direção ao processo de trabalho e às forças produtivas. Quando essas relações sociais deixam de se expandir, acaba por acontecer que os trabalhadores deixam de as apoiar. Eles possuíam comissões de fábrica, comissões de trabalhadores, eleitas da maneira mais democrática, revogáveis e cujo objectivo era o de reestruturar o processo de trabalho. Quando essas comissões se defrontam com o mercado mundial e são incapazes de o destruir, obedecem aos critérios por ele impostos. A reestruturação do processo de trabalho, em vez de prosseguir, é pelo contrário travada e a empresa continua a laborar segundo os moldes da produtividade capitalista. A reação imediata dos trabalhadores é a de mudar a comissão. E o que acontece com a nova? Acontece que faz exatamente o mesmo que a anterior e àqueles dos seus membros que

não quiserem seguir por esta via resta apenas a demissão. É por este processo que se enceta e prossegue a desmoralização da classe operária em cada empresa. Os trabalhadores abandonam então progressivamente o combate, desinteressam-se dele, desistem e deixam de acreditar na possibilidade de reorganização das relações de produção e das forças produtivas.

Simultaneamente, é esse mesmo o processo pelo qual os capitalistas se apropriam das instituições já degeneradas em virtude da travagem das lutas, desvirtuam-nas mais ainda e as integram no processo produtivo. Vou dar um exemplo: em dada época, as instituições que correspondiam às características orgânicas que a classe operária então possuía e que a enquadravam no seu combate eram os sindicatos altamente centralizados. Do fracasso dessa etapa do movimento proletário resultou a recuperação dessas instituições pelo capitalismo, o desenvolvimento dos grandes sindicatos burocratizados e a reorganização do processo de trabalho consoante as normas do taylorismo. Em meu entender, cada estágio da organização do trabalho não é senão o resultado da apropriação pelos capitalistas de instituições que surgiram originariamente com as lutas operárias, que se depararam depois com um impasse, que sofreram o afastamento e o desinteresse por parte das massas dos trabalhadores, que por isso degeneraram se burocratizaram — ficando então maduras, ou podres, para serem recuperadas pelo capital.

A história das reorganizações capitalistas do processo do trabalho é sinônimo das derrotas do movimento operário.

Vejamos outro exemplo atual: nos últimos dez ou mesmo vinte anos o proletariado tem avançado com formas de luta caracterizadas por elevada autonomia. Foi o caso da ala mais radical, que conduziu a crítica de esquerda ao maoísmo, durante o complexo processo de “revolução cultural” na China; foi o caso em Portugal, em 1974 e 1975; ou, mais recentemente, com a imensa luta do proletariado na Polónia. E numerosíssimos outros exemplos, de menor amplitude e repercussão, confirmam a tendência para a condução autónomo do movimento. E uma tendência ainda em plena ascensão e, neste sentido, triunfante; mas, à medida que cada uma destas lutas particulares não conseguiu derrubar o capitalismo, foram, sob este ponto de vista, derrotadas as suas instituições têm sido recuperadas pelos capitalistas. E nessa recuperação que se fundamenta a constituição dos CCQ e dos restantes sistemas de trabalho que com eles se relacionam. O que é que o proletariado impõe quando luta, de forma autónomo? Impõe a sua capacidade de gerir a luta, de ele próprio a conduzir. Os trabalhadores negam um sistema de sindicato hierarquizado em que se limitem a obedecer às diretivas e querem contribuir para a definição dos objectivos e do processo de os passar à prática. E o que são os CCQ e os outros sistemas correlacionados? Eles constituem a exploração por parte do capitalista da capacidade que os operários manifestam para raciocinar e para gerir. Recorde-me de um artigo publicado sobre o assunto na *Business Week*<sup>1</sup> em que se citam declarações do vice-presidente para as Relações Industriais da General Motors: “Estamos ainda a viver no mundo da década de trinta. Pagamos pelo uso das

---

1. The New Industrial Relations, *Business Week*, 11 de maio de 1981. p. 58-68- A citação vem na p 61.

mãos do trabalhador e não pelo que ele pode oferecer mentalmente.”

A cada estágio da constituição orgânica do proletariado correspondem dadas formas de luta e dadas relações sociais de luta; sempre que essas relações sociais se deparam com um obstáculo que não conseguem transpor, entram em degenerescência e são recuperadas pelo capitalismo, que reorganiza o processo de trabalho consoante essas formas já degeneradas. Denomino cada um destes ciclos de desenvolvimento das formas de luta e da sua recuperação *ciclos longos da mais-valia relativa*. Comecei por dizer que proletariado tem duas vidas. Procurei até aqui mostrar como esses dois aspectos se articulam, pelas lutas sociais, nos quadros da mais-valia relativa.

Digo que a mais-valia relativa, após cumprir cada ciclo, se *absolutiza*. Uma dada forma de mais-valia relativa não é eternamente relativa; a partir do momento em que se converte no padrão normal da produção capitalista, esgota-se o diferencial que a caracterizava como relativa e outras formas surgem. E sempre, com cada novo ciclo longo, reestruturam-se os sistemas capitalistas de organização do trabalho. E vemos assim que a história do movimento operário não deve centrar-se no anedotário dos partidos políticos, nas atas dos congressos, nas sessões, nas cisões, nas divergências e convergências, mas precisamente nos ciclos da mais-valia relativa. É neste enquadramento que poderemos entender as relações sociais surgidas nas lutas e a posterior degenerescência e recuperação das instituições que elas haviam produzido; nesse sentido deveria, em minha

opinião, incidir a atenção dos pesquisadores do movimento operário. Os ciclos de ascensão e recuperação das lutas pautam as características que vão assumindo as novas relações sociais, ritmam o desenvolvimento orgânico da classe operária, a sua relação com os capitalistas. Com esta perspectiva dinâmica do modelo da mais-valia verificamos que o capital não é senão a relação antagônica estabelecida entre os capitalistas e o proletariado.

Mas vejamos: se a história do movimento operário é a história dos ciclos da mais-valia relativa, esta implica a crescente integração recíproca das empresas. O aumento da produtividade numa empresa não se obtém nela isolada, mas recorrendo a todas as outras, que têm assim de crescer também a sua produtividade, num mecanismo global; e a remodelação dos processos de trabalho não pode operar-se numa empresa sem se repercutir nas restantes. É, portanto, a própria estrutura do capitalismo que obriga as empresas a relacionar-se cada vez mais estreitamente. As condições fundamentais necessárias para essa integração chamo *Condições Gerais de Produção*. Numa definição muito sumária e simplista, trata-se das infra-estruturas sociais e materiais, as mais latas possível, necessárias à inter-relação das unidades de produção no processo económico global.

Do ponto de vista social, a integração crescente das empresas suscitada pelos mecanismos da mais-valia relativa implica o reforço daquela classe que se fundamenta na inter-relação das unidades de produção e o declínio da classe que existe em função das empresas enquanto unidades isoladas; ambos os aspectos se podem detectar no funcionamento

das unidades econômicas, mas o primeiro ultrapassou progressivamente o segundo. Considero, assim, que há duas classes capitalistas: uma delas, a *classe burguesa*, decorre do funcionamento isolado de cada unidade produtiva, da fragmentação dos processos econômicos. Por isso, as formas de propriedade — ou seja, os títulos para a repartição da mais-valia entre os elementos da classe — são, na burguesia, fracionadas e privadas. A outra das classes capitalistas é a *classe dos gestores*, que decorre do funcionamento das unidades econômicas em relação recíproca e do caráter globalizante do processo produtivo. Por isso, as formas de propriedade são coletivas entre os gestores, ou seja, os seus títulos para repartição da mais-valia passam pela relação de cada elemento da classe com os aspectos mais centrais e integrados do processo econômico. Não é a forma como os elementos de uma classe se apropriam dos meios de produção que define o caráter dessa classe, mas a posição que ocupam no sistema de exploração. Seja por uma apropriação privada ou coletiva, em qualquer caso os burgueses e os gestores detêm os meios de produção contra o proletariado, que exploram. Tanto os gestores como os burgueses constituem classes capitalistas porque ocupam, relativamente ao proletariado, a posição de extorsores de mais -valia.

Mas o desenvolvimento da mais-valia relativa, estreitando a integração recíproca das unidades produtivas, não se limita a tornar mais homogêneo o campo de existência da classe dos gestores, reforçando-a por isso e debilitando a burguesia. Acarreta ainda a remodelação do aparelho de Estado. Enquanto prevalecia a fragmentação do processo

econômico e o caráter isolado das empresas predominava sobre a sua inter-relação — ou seja, enquanto a classe burguesa era socialmente mais forte do que a classe dos gestores —, o necessário relacionamento entre as empresas era estabelecido mediante o aparelho de Estado clássico. Refiro-me aqui àquelas instituições em que todos pensam quando se ouve falar em Estado: o governo, as administrações dele imediatamente dependentes, os tribunais. Ao conjunto dessas instituições tradicionais chamo *Estado Restrito*. É restrito porque, quanto mais a integração recíproca das unidades econômicas se vai acentuando, mais se processa ao nível das próprias empresas, ultrapassando as instituições do Estado clássico e, por isso, relegando-o para funções restritas. As empresas, e sobretudo as maiores de todas, as grandes companhias transnacionais, estabelecem diretamente relações entre si e com as restantes unidades econômicas e atraem para a sua órbita outras instituições que antes pertenciam ao aparelho de Estado clássico ou giravam em seu torno. É desta maneira que as administrações estatais se vão em número crescente autonomizando dos governos. As suas diretorias deixam de depender dos ministros — e fato, quando não mesmo por lei — e cada vez mais se fundamentam na cooptação; e o mesmo sucede até com as empresas formalmente detidas pelo Estado. Sem esquecer aquela que, de entre todas as administrações estatais, têm em tantos países assumido o caráter mais declaradamente econômico: a instituição militar. Mudam os ministros, mudam os governos, os regimes até, mas toda uma parte do que havia sido o aparelho de Estado clássico permanece insensível a essas remodelações e autonomiza-se das restantes instituições do Estado restrito,

passando a integrar-se na teia de relações estabelecida diretamente ao nível das grandes empresas. Um processo idêntico ocorre também com as direções dos sindicatos burocráticos, que cada vez menos dialogam ou colaboram com o que resta do Estado clássico e passam a relacionar-se diretamente com as grandes empresas. Estas ocupam, agora, o vértice do sistema que chamo *neocorporativismo: corporativismo*, porque articula as grandes empresas, as maiores administrações, as direções dos grandes sindicatos; *neo*, porque se desenvolve exteriormente ao aparelho de Estado tradicional. E é assim que este Estado, tornado restrito, é ultrapassado pelo que denomino *Estado Amplo*.

Se os ciclos da mais-valia relativa pautam a história do movimento operário, marcam também o ritmo, pelo lado do capital, ao reforço social da classe dos gestores e à crescente superação do Estado Restrito pelo Estado Amplo. O campo de existência da classe dos gestores é a inter-relação das empresas num processo econômico global; o Estado Amplo não é senão a organização do processo econômico global conduzida diretamente ao nível das empresas em inter-relação. E inversamente: quanto mais o Estado Amplo desenvolve a sua esfera de ação, mais a classe dos gestores se unifica e, por conseguinte, mais se fortalece socialmente. Desenvolvimento do Estado Amplo e desenvolvimento da classe gestorial são sinônimos.

Quanto mais unificada e homogênea se torna a classe dos gestores, tanto mais claramente se opõe à classe operária. Até agora, e para me exprimir de maneira impressionista, a força dos gestores tem vindo da sua capacidade para se

ocultarem aos olhos do proletariado e se revelarem unicamente perante a burguesia. Perante o proletariado os gestores apresentam-se como também assalariados e, assim, afirmam-se como adversários comuns da classe burguesa — até a altura em que a unificação da classe gestorial, a redução do âmbito de ação da burguesia, o desenvolvimento do Estado Amplo e o declínio do Estado Restrito clarificam o antagonismo que opõe a classe proletária à classe dos gestores. No momento atual, contrariamente ao que sucedeu em épocas históricas anteriores, a fraqueza do proletariado não resulta já da ambigüidade com que se confundia com os gestores; resulta da sua fragmentação por diferentes formas práticas de exploração, onde os mecanismos concretos da mais-valia relativa operam de maneiras distintas e onde a mais-valia absoluta assume importâncias variada, passando, por vezes, para primeiro plano. É este o fundamento das heterogeneidades regionais e nacionais do proletariado, em face de uma classe dos gestores que se unifica e homogeneiza à escala mundial. O Brasil é um exemplo ótimo para mostrar como, perante uma classe gestorial verdadeiramente unificada, e que assim se apresenta nos antagonismos sociais, temos um proletariado repartido, muitos trabalhando em centros altamente industriais e com uma elevada produtividade, outros submetidos à exploração mais primária e, estes, divididos e fracionados também entre si. O defasamento entre a fragmentação da classe proletária e a unificação mundial da classe dos gestores é, em meu entender, o responsável pelas presentes fraquezas do movimento operário. É este, sem dúvida, o ponto a partir do qual o estágio atual das lutas irá inaugurar um novo ciclo longo da mais-valia relativa.

Se definirmos Estado como os mecanismos de poder das classes dominantes — e só esta perspectiva me parece ter interesse para o movimento operário —, não podemos limitar-nos ao Estado Restrito. Temos de considerar como Estado todo o aparelho de poder efetivo do capitalismo. Os capitalistas não são apenas legisladores no governo ou no parlamento — e hoje já nem sequer é aí que o são fundamentalmente. Os capitalistas legislam no interior das fábricas — e fazem-no então praticamente sem limites, ou melhor, com os limites que decorrem apenas da luta direta dos trabalhadores. No interior da empresa, o capitalista legisla na exata medida em que organiza o processo de produção, em que impõe uma disciplina de trabalho. E nesse campo que vigora e se desenvolve o neocorporativismo, o Estado Amplo. Por isso, é contra o Estado Amplo, e em detrimento do Estado Restrito, que o movimento operário se orienta na fase atual, caracterizada pela condução autónoma das lutas.

Foi essa a condenação à morte dos partidos chamados operários, ou com base operária. De modelo leninista — ou neoleninista, para englobar todas as tentativas, por vezes desesperadas e contraditórias, de atualização do modelo — esses partidos tinham a sua força nas empresas, mas canalizavam a ação dos trabalhadores para fora das empresas, em direção à conquista dos centros de governo tradicionais. Os órgãos clássicos do aparelho de Estado aparecem hoje, porém, desprovidos de poder efetivo. A medida que o sufrágio se tornou universal, que os partidos de base operária ascenderam aos parlamentos, estas instituições abandonaram a eficácia que haviam tido e

reduziram-se a um Estado restrito. O proletariado que em Petrogrado, a 7 de novembro de 1917, ajudou a tomar o Palácio de Inverno pensara aí encontrar o poder. Que se enganou demonstra-o claramente a continuação da exploração na URSS, até hoje. Pelo que é dado observar das formas atuais do movimento operário, não parece que esses enganos estejam a repetir-se. Aqueles que, pelas armas ou pelo voto, pretendem conquistar outros palácios têm-se em geral deparado nas alturas cruciais com a indiferença do proletariado. E mesmo que tais movimentações despertem ocasionalmente surtos de interesse, estes têm sido demasiado breves para revelar qualquer tendência presente da classe operária à conquista das instituições do Estado Restrito. Os confrontos sociais têm manifestado claramente que o poder não se encontra já concentrado no Estado tradicional, mas disperso pelos múltiplos centros do Estado Amplo. Para a classe operária a conquista do Estado Restrito seria, hoje, uma conquista do vazio. A Constituição que conta não é a que rege, ou pode vir a reger, o funcionamento de instituições cada vez mais desprovidas de conteúdo, mas a organização do processo de trabalho em que assenta a exploração e, por aí, assentam todos os mecanismos de poder, sempre mais efetivos, do Estado Amplo.

São estas, em meu entender, as perspectivas abertas ao movimento operário pelo desenvolvimento dos ciclos da mais-valia relativa. No estágio atual, em que é tão elevado o grau de integração recíproca das unidades econômicas, o único sentido que a autonomia operária pode ter é o de constituir uma luta contra o capitalismo enquanto totalidade. Trata-se de uma estrutura global, a das relações sociais

nascidas na luta dos trabalhadores, que defronta outra estrutura global. a do capitalismo organizado como Estado Amplo. A autonomia operária é hoje sinônimo da luta contra o Estado Amplo. Das duas vidas do proletariado, uma destruirá a outra.

# A propósito da economia dos conflitos sociais

*Em Política Operária, Maio-Junho de 1992, ano VII nº 35, suplemento pág. 6*

Habitado aos usos, deveria surpreender-me o convite da *Política Operária* para enunciar os principais temas de um livro meu recentemente publicado. Muito nos une, mas outras coisas nos separam e é tão raro que grupos da esquerda revolucionária vejam além dos vizinhos imediatos, que geralmente são estes o alvo preferencial dos ataques. Talvez a pequenez dos contendores lhes inspire um recíproco sentimento de segurança, perdido se enfrentam o único inimigo de vulto, o capital. Pelo contrário, defendo desde há muito que as diferenças entre as várias correntes ficam suficientemente claras quando cada uma visa o capitalismo e que nessas críticas encontramos a plataforma de unidade necessária - por isso possível.

O fio condutor de *Economia dos Conflitos Sociais* (São Paulo: Cortez Editora, 1991) é a tese de que toda a economia é movida exclusivamente pela multiplicidade das lutas sociais, desde os confrontos mais activos e colectivos até à resistência passiva e individual.

Na sétima e última secção, dedicada à **Economia dos Processos Revolucionários**, pretendi estudar as condições

de desenvolvimento das relações sociais de tipo novo que existem em gérmen nas lutas dos trabalhadores. São relações embrionariamente anti-capitalistas, que tendem a converter-se num novo modo de produção, e o seu repetido fracasso coloca o problema da contradição entre o internacionalismo e todas as formas de divisionismo. A partir do momento em que consegue travar o crescimento desse novo tipo de relações sociais, o capitalismo renova a solidez dos seus alicerces.

Pode fazê-lo mediante a mera repressão, mas com uma estratégia deste tipo não vai longe e depara-se com os estritos limites da mais-valia absoluta. Cada novo período de expansão deveu-se, não à repressão, mas à recuperação das instituições nascidas da iniciativa autónoma da classe trabalhadora. Este mecanismo assimilador constitui a mais-valia relativa; e aos grandes ciclos marcados, no início, pela criação de novas instituições de luta e, no final, pela sua absorção pelo capitalismo, que para isso lhes adultera o conteúdo e o significado social, denomino, no último capítulo, **Ciclos Longos da Mais-Valia Relativa**.

Deste modo o capitalismo, como analisei na sexta secção, tem passado a formas de reprodução cada vez mais ampliadas. Alargou-se geograficamente pela conquista de todos os continentes. Expandiu-se socialmente pela assimilação de ramos profissionais que antes lhe eram exteriores. E intensifica-se hoje pela crescente exploração da componente intelectual do trabalho. À medida que assim se amplia, o capitalismo tem reorganizado a classe trabalhadora, agregando-lhe sectores, impondo novos sistemas de

laboração e tornando outros caducos. E a classe trabalhadora assim reconstituída tem renovado as suas formas de relacionamento e de luta.

Na realidade o sistema é internamente diversificado e mesmo nas áreas onde se atingiu um maior crescimento económico existem espaços de mais-valia absoluta. Além disso, cada nova forma de mais-valia relativa tem exigido o aparecimento de novas formas subsidiárias de mais-valia absoluta. Assim, os casos extremos da mais-valia absoluta e da mais-valia relativa, na pureza com que podem definir-se teoricamente, marcam apenas os limites da economia capitalista. Para a estudarmos no seu funcionamento temos de articular ambos os tipos de exploração. O desenvolvimento do capitalismo será tanto mais sólido e amplo, quanto mais importante for a componente de mais-valia relativa; mas até nas regiões mais evoluídas e nas empresas de tecnologia mais avançada continua a recorrer-se a formas de mais-valia absoluta. Por isso na segunda secção do livro, a mais longa, analisei conjuntamente os dois regimes de exploração.

O modelo da mais-valia é a única das contribuições de Karl Marx que conserva um significado plenamente actual. Enquanto sistema doutrinário unificado o marxismo esgotou-se há muito, desde o momento em que numerosíssimos trabalhadores começaram a empregar categorias e formas de actuação marxistas para combater regimes não menos marxistas. Depois, a própria classe dominante desses regimes desmembrou mais ainda a doutrina, ao fundar ortodoxias rivais, que concorriam entre si quanto à forma de

alcançar e manter o poder político. Todas estas ortodoxias foram por água abaixo. A concentração do capital e a relação entre as esferas política e económica processaram-se de maneira muito diferente da prevista pelo marxismo, deixando-o ultrapassado como modelo de Estado e de planificação. E aqueles que haviam ontem sido ferrenhos promotores de qualquer das ortodoxias, ao revelarem hoje uma vocação neo-liberal confirmam – para quem tivesse ainda dúvidas – que apenas lhes interessa um sistema de poder. Mas, falido o marxismo sob este ponto de vista, resta a componente revolucionária, a teoria crítica da exploração. Na primeira secção procurei mostrar que a concepção da mais-valia resultou de uma crítica às teorias filosóficas da acção, passando Marx a entender a acção como trabalho social. Só no quadro da mais-valia pode o capitalismo ser compreendido enquanto sistema de exploração.

Ao distinguir na mais-valia as suas formas absoluta e relativa, e isto na época em que mal se esboçava o desenvolvimento do capitalismo, Marx atingiu o próprio cerne dos mecanismos económicos. É a partir daí que deve hoje prosseguir a actividade crítica.

E podemos fazê-lo com tanta mais actualidade quanto o carácter conciliatório e permissivo da mais-valia relativa corresponde às formas democráticas. A democracia não é uma benesse. É o sistema que permite a mais elevada taxa de exploração. A crítica à democracia não pode já ser feita com as noções meramente convencionais de política. É imprescindível partir da crítica aos mecanismos da mais-valia e revelar que não são apenas económicos, no sentido que

tradicionalmente se tem atribuído à palavra, mas igualmente políticos, quero dizer, fundando um sistema de opressão. Esta análise demonstra o totalitarismo inerente a todos os regimes que se apresentam como democráticos. O capitalismo é de tal modo totalitário que, não só passou a enquadrar as vinte e quatro horas da vida diária de cada trabalhador, mas mesmo a de todos os futuros trabalhadores, desde que nascem até começarem a assalariar-se. Num dos capítulos da segunda secção, ao analisar **A Produção da Força de Trabalho** como um aspecto da mais-valia relativa, pretendi mostrar este carácter envolvente.

Prossegui na terceira secção, onde abordo a **Integração Económica**, a análise do totalitarismo inseparável de todas as formas deste modo de produção. Nesta perspectiva apresentei os dois processos que, conjugadamente, distinguem os sistemas de poder contemporâneos: a ultrapassagem dos quadros nacionais e estatais de desenvolvimento económico pelas grandes empresas multinacionais; e o declínio dos tradicionais aparelhos de Estado centralizados perante a constituição de uma pluralidade de grandes centros de decisão estreitamente inter-relacionados. E neste contexto tentei, uma vez mais, mostrar que existem no capitalismo duas classes exploradoras, decorrendo uma, a burguesia, da particularização económica e das formas individualizadas de propriedade; e decorrendo a outra, a classe dos gestores, da integração económica e das formas de apropriação colectiva do capital.

Até as relações entre membros das classes dominantes devem entender-se como resultado directo da relação de cada um com o processo de exploração, como pretendi demonstrar na quarta secção, quando expus um modelo de **Repartição da Mais-Valia**. Mesmo o dinheiro, expressão tão visível da economia e que por isso se apresenta como a mais obscura, constitui a condição para o funcionamento do capitalismo enquanto sistema desequilibrado e contraditório, como analisei na quinta secção.

Afinal, esta tentativa de fundar no quadro da exploração a análise da opressão, mas remodelando para isso a crítica da exploração, continua a problemática com que abri, há dezoito anos, a primeira página do meu primeiro livro publicado – e que desde então tem orientado tudo o que escrevi.

# Autonomia dos trabalhadores, Estado e mercado mundial

*Este texto reproduz as notas para uma conferência efectuada no Departamento de Sociologia da Universidade de Liège, na Bélgica, em 27 de Novembro de 1981.<sup>1</sup>*

**1. O 25 de Abril deveu-se à incapacidade do fascismo de ganhar as três guerras coloniais.** Não havia nenhuma outra razão para que o salazarismo não se democratizasse progressivamente, seguindo o exemplo do fascismo espanhol. A base social para essa operação seriam os tecnocratas, os gestores, cuja importância era já significativa no interior do aparelho de Estado. Foram eles quem representou a continuidade política e económica do capitalismo em 1974 e 1975.

As guerras coloniais bloquearam a democratização. Para democratizar era necessário pôr termo à guerra, o que significaria para o fascismo português uma derrota política gravíssima. Mas, por outro lado, era cada vez mais difícil manter o esforço militar. Portugal foi sempre um país de emigração, mas a partir da década de 1960 a direcção do

---

1.O texto foi também publicado em Francisco Martins RODRIGUES (org.) *O Futuro Era Agora. O Movimento Popular do 25 de Abril*, Lisboa: Dinossauro, 1994, págs. 207-213.]

movimento mudou das Américas e da África para a Europa, tornando-se então as deslocações muito mais fáceis. Para um número crescente de jovens trabalhadores, fazer a guerra implicava um atraso de quatro ou mais anos na ida para o estrangeiro. E como em grande parte dos casos a emigração era clandestina, pouco importava ter ou não a situação militar regularizada. Nos últimos anos da guerra colonial houve incorporações a que faltou metade dos recrutas.

Na estrutura do exército português os alunos universitários eram automaticamente oficiais milicianos. O desenvolvimento do movimento contestatário estudantil levou um número considerável de estudantes a emigrar também, para não participar na guerra.

Os problemas de recrutamento eram mais sensíveis ainda entre os oficiais de carreira, porque poucos jovens se inscreviam na Academia Militar. Nesta situação o governo viu-se obrigado a atribuir aos oficiais milicianos funções e regalias que até então haviam sido privilégio dos oficiais de carreira de baixa patente. Na sua origem o Movimento das Forças Armadas representou a oposição destes oficiais profissionais ao estatuto que estava a ser concedido aos milicianos. Mas o Movimento desenvolveu-se e passou a ter como temas centrais a incapacidade de ganhar militarmente as guerras coloniais e a necessidade de entrar em negociações com os movimentos de libertação. Para isso era necessário mudar o governo de Lisboa. Foi com este objectivo que se realizou o golpe de Estado de 25 de Abril de 1974.

**2. O golpe militar não teria triunfado tão facilmente sem o apoio da esmagadora maioria da população.** A população vitoriava os sublevados em todas as cidades do país. E aclamava também forças pró-governamentais, julgando que eram revoltosas, o que lhes provocou uma completa desmoralização. Finalmente, os regimentos fiéis ao governo viram-se perante a impossibilidade de atacar os muitos milhares de pessoas que saíam para a rua.

**3. A dimensão assumida pelo apoio da população aos militares insurrectos obrigou-os a remodelar o aparelho de Estado, em vez de se limitarem a introduzir alterações no existente.** Sob este ponto de vista ocorreram dois tipos de situação:

Em Lisboa a população, por uma iniciativa absolutamente espontânea, recorria à Junta de Salvação Nacional para resolver os mais diversos problemas. As filas de espera atingiam enormes extensões junto ao palácio onde a Junta se instalara. Os membros da Junta viam-se assim obrigados a tomar decisões sobre variadíssimos assuntos e, dada a profunda ignorância que caracteriza os militares de carreira, tinham de recorrer aos oficiais milicianos, relativamente mais instruídos. Mas estes, na sua maioria, eram de esquerda e em boa parte ligados aos vários partidos de esquerda e de extrema-esquerda.

Na província ocorreu a completa dissolução do aparelho de Estado regional e local. Salazar procurará sempre que os seus partidários se afastassem da intervenção política activa e incutira em todos os colaboradores o medo pânico do

comunismo. Incapazes de fazer frente aos acontecimentos, as autoridades regionais e locais abandonaram os cargos ou mesmo fugiram. E assim nas câmaras municipais os médicos e advogados de direita foram substituídos pelos seus primos e cunhados, advogados e médicos da esquerda moderada ou próximos do Partido Comunista. Esta esquerda, sem precisar de eleições, passara a controlar o aparelho administrativo na província.

**4. O exército é um aparelho de Estado suplementar.** As forças armadas eram a única estrutura que restava ao capitalismo em condições de emanar ordens do centro para as regiões. Nos dias que se seguiram ao golpe de 25 de Abril o exército foi o esqueleto do Estado. A esquerda moderada e o Partido Comunista foram as veias e os nervos que deram vida a esse esqueleto. Aliás, o exército e os partidos políticos partilham um modelo hierárquico comum.

**5. Ao mesmo tempo que exerciam pressões sobre a Junta de Salvação Nacional no sentido da reconstituição do aparelho de Estado, os trabalhadores começaram a auto-organizar-se.** O novo aparelho político, tanto em Lisboa como na província, existia apenas sob a forma de cúpulas, sem as estruturas de enquadramento das bases. Estas cúpulas sustentavam-se só porque a população nelas confiava e a elas recorria por sua livre iniciativa.

Isto significa que a reconstrução do aparelho de Estado foi um dos aspectos da iniciativa dos trabalhadores e da autonomia da sua acção. E, evidentemente, revelou os limites dessa autonomia.

O outro aspecto consistiu na organização da produção em algumas empresas e, depois, na organização da vida em certos bairros. Na indústria a ordem dos acontecimentos era com frequência a seguinte: o patrão fugia com o dinheiro ou abandonava uma empresa que se encontrava em situação económica precária; perante o risco de ficarem desempregados, os operários tomavam conta da empresa e recomeçavam a produzir. No Alentejo e no Ribatejo os trabalhadores agrícolas procederam à ocupação colectiva de latifúndios, muitas vezes mal aproveitados, para acabar com o espectro do sub-emprego e do trabalho precário. Estes foram os casos extremos. Mas na generalidade das empresas criaram-se comissões de trabalhadores com poderes mais ou menos latos, que iam desde a condução das lutas até à influência directa na gestão.

**6. Existe um antagonismo inconciliável entre as consequências sociais da reconstrução do aparelho de Estado e as da organização directa da produção pelos trabalhadores.** A actuação do aparelho de Estado tem como objectivo a centralização das decisões e o afastamento dos trabalhadores relativamente à organização da produção e da vida em geral. Pelo contrário, os efeitos da organização directa da produção pelos trabalhadores são o aparecimento de novos modelos nas relações de trabalho e na gestão da economia. Estas novas relações sociais de produção decorrem imediatamente do relacionamento comunitário e igualitário que os trabalhadores estabelecem entre si quando lutam com iniciativa e autonomia. Recordo-me de um exemplo flagrante. Durante uma das mesas-redondas organizadas pelo jornal *Combate* [que existiu desde Junho de

1974 até Fevereiro de 1978 e que nada tem a ver com o que hoje se publica com o mesmo nome] com trabalhadores de várias empresas, as operárias da Sogantal, as primeiras a entrar em autogestão, levaram as operárias da Charminha a reorganizar as suas relações de trabalho, discutindo o problema das chefias imediatas e as funções desempenhadas pelo pessoal dos escritórios. Numa empresa de maior vulto, a Efacec/Inel, pensava-se seriamente em reorientar a linha de produção, tendo em conta o novo papel social assumido pela classe trabalhadora.

É este o futuro potencial do movimento operário. É esta a única aceção não demagógica da palavra **comunismo**. O comunismo é o desenvolvimento possível de formas de organização hoje já embrionariamente existentes nas lutas operárias. É a transformação dessas relações de luta em relações de produção, a organização de toda a sociedade consoante o colectivismo e o igualitarismo que une os trabalhadores quando conduzem autonomamente a sua luta.

**7. A vanguarda da classe trabalhadora é ocupada, em cada momento, por aqueles que mais longe conseguem levar a tendência à transformação das relações de luta em relações de produção.** Os sectores onde esta tendência mais se desenvolver serão aqueles onde as novas formas de organização do trabalho mais se conseguirão afirmar contra os modelos de gestão capitalista.

Em 1974 e 1975, perante a situação de crise interna do capitalismo em Portugal, era o mercado mundial que impunha rigorosamente os critérios capitalistas de

produtividade e de organização. Quanto mais directa fosse a dependência de uma empresa relativamente ao mercado mundial, tanto menos podia converter as suas relações de luta em formas novas de organização do trabalho. Neste tipo de empresas as comissões de trabalhadores eram absolutamente democráticas quanto à forma de eleição, mas os seus membros agiam como gestores capitalistas a partir do momento em que tinham necessidade de organizar o trabalho. Por isso surgiam sistematicamente conflitos entre a base e as comissões, que levavam à demissão de membros e a novas eleições. A repetição destes insucessos motivava o desânimo, o recuo da base e a crescente apatia da massa trabalhadora, o isolamento da comissão e, finalmente, a sua transformação definitiva em órgão inserido na gestão capitalista. Foi este mecanismo profundo que quebrou o ímpeto do processo revolucionário e permitiu a normalização capitalista da sociedade portuguesa.

Pelo contrário, aquelas empresas que, pelo tipo de bens produzidos e de matéria-prima empregue, mais afastadas estavam do mercado mundial, puderam em muitos casos beneficiar do apoio activo dos restantes trabalhadores. Quando se criava assim o que, à falta de melhor nome, denomino "mercado de solidariedade", podia perdurar durante muito tempo a tendência a uma organização colectiva do trabalho. Creio que os trabalhadores da Sousa Abreu bateram todos os records, vendendo ao longo de anos as toalhas que produziam, em feiras e bairros populares. Mas precisamente porque ocupavam na estrutura económica uma posição meramente periférica, o impacto deste género de empresas nas transformações sociais não ia além do seu valor didáctico.

Quanto às Unidades Colectivas de Produção nos campos do Alentejo e do Ribatejo, a sua única fonte de financiamento era o Estado, por isso sintetizaram bem o duplo aspecto da iniciativa dos trabalhadores. Organizavam autonomamente a produção local; mas, ao mesmo tempo, procediam a pressões sobre o aparelho de Estado que tiveram como efeito acelerar a sua reconstituição.

O desenvolvimento da auto-organização nas empresas reflectiu-se numa auto-organização nos bairros. E também aqui se observam dois aspectos contraditórios. Mais afastadas do mercado e das imposições da gestão capitalista, as comissões de moradores puderam revelar-se mais duradouras do que as comissões de trabalhadores. Mas, mais perto do poder central enquanto fornecedor de infra-estruturas, as comissões de moradores tiveram um papel importante nas pressões que levaram à reconstrução do aparelho de Estado.

O problema fundamental do movimento operário desenvolvido após o 25 de Abril foi o de que a vanguarda social não ocupava uma função económica central no processo de produção. Por isso não pôde expandir a todo o sistema económico os novos princípios de organização social que incorporava. Foi a pressão do mercado mundial que impediu tal expansão. Nas circunstâncias actuais, e em qualquer país, a conclusão é a mesma. Ou as novas relações sociais surgidas na luta vão afectar apenas sectores económicos marginais, ficando condenadas a não se desenvolver e a esclerosarem. Ou, para reorganizarem os sectores cruciais da economia, têm de enfrentar

directamente o mercado mundial, mas isso só pode suceder se o ataque for lançado simultaneamente a partir de uma variedade de países. O capitalismo está organizado internacionalmente, enquanto os trabalhadores continuam divididos por fronteiras.

**8. A preservação do mercado mundial foi a condição para a reorganização final do aparelho de Estado e da economia capitalista.** O recuo dos trabalhadores de base na maior parte das empresas e o consequente isolamento e degenerescência das suas comissões; a asfixia das empresas que sobreviviam graças a "mercados de solidariedade"; o controle das Unidades Colectivas de Produção pelo Estado enquanto financiador – foram estes três factores que permitiram ao aparelho de Estado, a partir do período de 1975-1976, deixar de ser apenas uma hierarquia de cúpulas sustentada pela boa vontade da população e passar a ter alicerces sólidos.

Os partidos começaram então a existir como organizações de massa, enquanto que, anteriormente, o Movimento das Forças Armadas publicava anúncios nos jornais diários apelando para que as pessoas se inscrevessem em partidos. Os sindicatos, cujos dirigentes se haviam lamentado em público pela falta de filiados, cresceram daí em diante à custa da degenerescência das comissões de trabalhadores. E as autarquias locais puderam implantar-se graças à degenerescência das comissões de moradores. Pois não é a democracia parlamentar e representativa uma expressão perfeita da ausência de autonomia dos trabalhadores? O poder, ou se tem, ou não se

tem. E, quando se delega, deixa de se ter. A degenerescência da autonomia dos trabalhadores e o desenvolvimento da democracia capitalista são um único processo.

Para que a transformação democrática se efectuassem não bastaram os militares, nem a continuidade representada socialmente pelos tecnocratas e os gestores. Foi a actuação autónoma da classe trabalhadora, na ambiguidade contraditória de todos os movimentos circunscritos a fronteiras nacionais, que ao mesmo tempo que pôs em causa o capitalismo e que avançou na experiência do futuro possível, exerceu também as pressões necessárias para a reorganização do aparelho de Estado e para a modernização do capitalismo.

# Prática, ideologia e autonomia operária

Revista Ruptura 2009-2011?

## ENTREVISTA COM JOÃO BERNARDO

João Bernardo é português e possui uma biografia que inclui a expulsão da universidade por motivos políticos e a participação no coletivo que criou e manteve o jornal “*Combate*”, na época da revolução portuguesa. Hoje se destaca como autor de diversas obras publicadas em Portugal, Brasil, Espanha, Estados Unidos, França, etc. Suas obras mais conhecidas são: *Para Uma Teoria do Modo de Produção Comunista*, *Marx crítico de Marx*, *Crise da Economia Soviética*, *Capital*, *Sindicatos e Gestores*, *Economia dos Conflitos Sociais*, *Dialética da Prática e da Ideologia*, entre outras. Qual é a questão que marca a obra e a entrevista de João Bernardo? É a questão da autonomia operária. Neste sentido, trata-se de algo que nos interessa. Desde que surgiu o movimento socialista, o seu ponto de referência tem sido geralmente a classe operária, seja para se auto-intitular sua “vanguarda”, seja para ser mero espectador de sua luta; seja para justificar o voluntarismo, seja para justificar o espontaneísmo, dois extremos que refletem uma “oposição binária” para usar expressão do famoso ideólogo da antropologia, a mais democrática (no sentido burguês do termo) das ciências burguesas, Levi-

Strauss. Tal como a burguesia, que vai do romantismo ao iluminismo, do racionalismo ao irracionalismo, da modernidade à pós-modernidade, do “objectivismo” ao “subjetivismo” e assim por diante, aqui se vai de um extremo ao outro, embora sejam extremos de uma mesma ideologia, a burguesa. Se o movimento socialista tem como ponto de partida a classe operária, então nada é mais justo que partir da análise desta classe para buscar compreender o processo revolucionário. Mas, qualquer que seja a visão da classe e da revolução, nada nos libera da obrigação de pensarmos como nos inserimos na realidade da sociedade capitalista. Há uma duas posições em relação ao que o revolucionário deve ser: pessoalmente interessado ou desinteressado na revolução. Ninguém será um autêntico revolucionário se for desinteressado, ou seja, se o for apenas por “pena” dos trabalhadores, tal como os filantropos. O mesmo se pode dizer daqueles que são interessados no sentido que a ideologia burguesa fornece a idéia de “interesse pessoal”. É verdade que a alienação fundamental é a do trabalho, mas também não deixa de ser verdade que ela se expande para todas as outras relações sociais e assim nos atinge pessoalmente. Se, como dizia Marx, o proletariado ao se libertar liberta toda a humanidade, então o que está em jogo é nossa própria libertação e isso significa que não podemos nos omitir da luta e mais ainda separar “luta privada” de luta de classes. Por conseguinte, precisamos articular nossas lutas com a dos trabalhadores e, acima de tudo, lutar sempre. É uma questão ética e existencial, marcada pela recusa da alienação. Não lutar, no final das contas, significa compactuar com o mundo existente e servir para a reprodução da alienação da classe operária e a nossa própria alienação, o

que alguns fazem sem saber. Isto é mais necessário ainda quando se tem a consciência de que o resultado do processo não está garantido, pois nesse caso temos que buscar formas efetivas de intervir buscando influenciar neste resultado. Toda prática é política e por isso não há omissão, mas apenas práticas conservadoras sob justificativas do tipo “isto não adianta”. Em síntese, a luta operária é também nossa luta, pois o que está em jogo é a libertação da classe operária e também nossa libertação. João Bernardo concorda com estas teses? Pelo que conhecemos dele diríamos que concorda em alguns pontos e discorda em outros. Entretanto, há algo mais importante do que isso, há a luta. As reflexões de João Bernardo são interessantes e abrem espaço para se pensar a revolução operária sem vanguardismo e, esquecendo as possíveis discordâncias, a obra deste pensador é uma rica colaboração ao marxismo.

## ENTREVISTA

**Ruptura:** O modo de produção capitalista está entrando numa fase que, segundo muitos, será marcada por uma grande crise do capital. Como fica, desse modo, a luta operária diante desta nova realidade?

**João Bernardo:** Desde que milito politicamente, há muitos anos, ouço falar da crise do capital, mas o que eu vejo é o capitalismo se desenvolvendo. Não entendo como pode haver crise do capital sem avanço dos trabalhadores. Parece unânime hoje a percepção de que há um grande recuo dos trabalhadores. Estes perderam uma etapa de lutas. Essa foi a última grande etapa de lutas. O final desta etapa começa nos

finais dos anos 50 e início dos anos 60 na Europa e nos Estados Unidos, quando se tratou de movimento negro, direitos cívicos. Isto foi um dos componentes de um processo muito mais longo e complexo. A revolução cultural chinesa é de uma importância enorme e é neste contexto que a gente tem que ver a guerra do Vietname, e os últimos momentos foram Portugal em 74 e 75; a Polónia do Solidariedade, o Brasil do ABC.

O que nós vivemos hoje são os resultados de uma derrota dessa fase de lutas. O capitalismo de estado soviético se desagregou mas não foi devido a qualquer processo revolucionário como nós tivemos no caso do Solidariedade na Polónia. Isto é outro indício de até que ponto a classe operária hoje está desorganizada. Hoje, é o capital que dita as regras do jogo. Ele está organizando a classe operária quase como quer. Quase, porém, não inteiramente, tais como se vê nas “novas formas de gestão”. As organizações operárias tradicionais ou já não existem ou estão defendendo o supra-classismo, etc., e as organizações sindicais quando não defendem inteiramente essas formas de gestão, tudo o que fazem é negociar sua aplicação. A ideia de uma luta contra a exploração parece perdida pelas organizações da classe e a classe localizada, não digo pelos trabalhadores, não digo na cabeça dos trabalhadores individuais, pois não se sabe o que vai na cabeça de cada um. Então o que vejo hoje é um avanço do capitalismo e um recuo profundíssimo dos trabalhadores. Isto não é crise nenhuma do capital, ao contrário. Agora que há contradições no capitalismo é claro, ele é um processo, o capitalismo é contraditório, então é claro que há contradição.

Resumindo: me parece completamente errado confundir contradições com crise. O capitalismo vive de sua capacidade de recuperar, assimilar e reconverter as suas contradições. Crise é outra coisa. É preciso para haver crise que haja uma classe ofensiva, numa etapa ofensiva.

**Ruptura:** Nós não poderíamos dizer que não há, realmente, uma ascensão do movimento operário mas que isto estaria latente e, nesse sentido, poderíamos falar que se aproxima uma nova crise, que ainda não existe mas que já se esboça?

**João Bernardo:** Se, como eu disse, os processos são contraditórios, então a classe operária irá dar uma resposta. Se ela agora está obedecendo relativamente grande parte dessa reestruturação, depois ela pode lutar contra essa reestruturação. De que maneira ainda não sabemos. O que me parece ser hoje mais importante é tentar manter o mais possível um contato com as lutas reais, entender que novas formas estão se gestando nessas lutas reais, tentar estabelecer relações, unificar por um, nós próprios entrarmos em contato. Bom, são objectivos muito modestos, mas em todas as grandes fases de refluxo os objectivos são modestos e não são completamente irrealistas. Eu acho preferível ter objectivos modestos que objectivos utópicos, no mal sentido da palavra, paranóicos, manias das grandezas.

**Ruptura:** Segundo alguns ideólogos, a revolução tecnológica e a sociedade de consumo produz o fim da classe operária. Daí colocamos a seguinte pergunta: é possível ocorrer o fim da classe operária no interior do capitalismo?

**João Bernardo:** Se nós assistimos algum fenômeno nas últimas décadas é a avassaladora expansão da classe trabalhadora, a proletarização de ramos profissionais que antes não eram proletários. A eletrônica serviu em grande parte para isso. O comércio hoje, pelo menos em grande parte dos países, que antes se exercia tradicionalmente em âmbito familiar, hoje está inteiramente proletarizado. O que desapareceu foi não a classe operária no sentido marxista e sim num sentido sociológico, descritivo. Neste sentido, sem dúvida, a classe operária desapareceu. Essa classe operária é uma criação relativamente recente, ela data do período entre as duas guerras mundiais. Antes havia outro perfil cultural da classe trabalhadora e antes desse havia outro ainda. E toda as vezes que isto ocorre os ideólogos dizem isso.

Se alguma coisa resta do marxismo, na minha opinião, é a teoria da exploração. A teoria do poder de Marx está ultrapassada e, no meu entender, as teorias da ação política revolucionária dele conduziram a resultados catastróficos, mas a teoria da exploração de Marx, a teoria da mais-valia relativa e tudo que daí se deduz, foi inteiramente confirmada. O modelo da mais-valia relativa é o único que permite analisar criticamente o desenvolvimento do capitalismo. O capitalismo da abundância significa um número cada vez maior de onde é incorporado cada vez menos tempo de trabalho. Quanto maior é a qualificação de um trabalhador, maior está sendo sua exploração, pois ele está produzindo um trabalho cada vez mais complexo. Por conseguinte, uma hora de trabalho dele vale muitas horas de trabalho de um estivador de Manaus. Bem, para manter este grau de qualificação não se pode manter este trabalhador como um

estivador de Manaus, vivendo de miséria e cachaça. É isto que eles chamam de sociedade de consumo. Na verdade, isto chama-se como extrair o máximo do trabalhador e dar-lhe cada vez mais produtos com cada vez menos tempo de trabalho. Então se fala de fim da classe operária, de sociedade do ócio e coisas assim. Isto é meramente jornalístico e quando emprego a expressão jornalístico isto tem um sentido pejorativo.

Eu aconselho as pessoas a não lerem a *Folha de São Paulo*, é melhor ler a *Gazeta Mercantil*. As pessoas dizem que a *Gazeta* é chata, ora ela é chata para as pessoas não a lerem. A *Gazeta Mercantil* não diz que a classe trabalhadora acabou, diz o contrário. Não diz que a exploração acabou, diz o contrário. Diz como que se aumenta a produtividade e é este tipo de texto que tem bom sentido de classe. Os documentos da FIESP não vão dizer que a classe trabalhadora acabou. Leiam os ideólogos da gestão de empresas. Eu me recordo, há muito tempo atrás, de falar em tempo de trabalho, de tempo de duração do trabalho, e ver da parte de ex-marxistas reações muito críticas: o que é isso, tempo de trabalho? Eu nem precisei me defender, pois o cara da gestão de empresa acabou me defendendo: “não, tem toda a razão, tempo de trabalho é com o que o gestor de empresa trabalha, trabalhador para nós é tempo de trabalho.

**Ruptura:** Então esta tese seria equivocada por partir de um ponto de vista descritivo, sociológico, e, sendo assim, não marxista, que define a classe operária em sua relação com o capital, que é a relação instaurada na produção de mais-valor.

**João Bernardo:** O sentido em que eu defino classe é exclusivamente este. As classes, tenham consciência ou não, resultam deste processo. Você já imaginou que é fazer uma medicina baseada na consciência. Se a pessoa não tivesse consciência que tinha um cancro, ela não tinha um cancro. “Há, você tinha um cancro”, “como, eu não posso, eu não tinha consciência”. As classes evoluem, quer tenham ou não consciência. A consciência, pra mim, vale muito pouco. E quando se diz que o processo de luta de classes tem que ter consciência? ela acaba como sendo um resultado do que a gente já fez. A ideologia é uma reflexão sempre a posteriori sobre uma prática que nós fizemos. Esse é o grande dilema do ser humano. A gente atua no escuro e depois reflete, ou seja, nós refletimos sobre coisas materiais e as coisas materiais são a prática que nós fizemos, nós sempre estamos refletindo sobre práticas que já fizemos.

Por que a classe operária deveria ter um único perfil cultural? Pode haver uma classe trabalhadora com múltiplos perfis culturais. Por que não, se as relações de solidariedade podem existir com outros perfis culturais. Aliás, é aquilo que em geral ainda existe entre nós. Se a gente tem uma base prática que ultrapassa estas diferenças de formação e essa base prática se faz nas lutas dos trabalhadores, então você tem um sistema de gestão capitalista, que consiste em criar uma multiplicidade de perfis culturais para dividir a classe, e a luta dos trabalhadores, que consiste em reunificar, refazer e restabelecer a solidariedade, apesar desses perfis culturais diferentes.

**Ruptura:** Há um problema que pode ser levantado aí: se a autogestão pressupõe o controle do ser humano sobre as forças produtivas, sobre a natureza, o que significa autogoverno ou planificação autogerida da sociedade, não haveria a necessidade da consciência e neste caso ela não deixaria de ter uma importância secundária e passaria a ter uma importância fundamental?

**João Bernardo:** Até poderia dizer sim, mas a experiência...Eu, suspeitou-se, sou ideólogo por profissão, mas um ideólogo mais descrente da ideologia que vocês podem imaginar. Eu acho que a gente é obrigado a se agregar a uma ideologia. O homem, o ser humano, não vive sem isso. Mas não acredito em feitos práticos da ideologia. Eu escrevi um livro que foi editado aqui no Brasil, pela *Cortêz*, e em Portugal, pela *Afrontamento*, que se chama *Dialéctica da Prática e da Ideologia* e é aí que pretendo, entre outras coisas, dizer isso mesmo: a ideologia é ineficaz. Bem, vou pegar um exemplo. Você está falando da autogestão como um princípio político. Eu vi a autogestão somente, diretamente, em Portugal, em 74 e 75. A primeira empresa em Portugal que entrou em autogestão produzia três mil peças de roupas e tinha oito mulheres. Era essencialmente uma empresa estrangeira e tinha em sua linha parte da costura. Por que elas entraram em autogestão? Porque o administrador estrangeiro bloqueou e fugiu com o dinheiro da empresa. Mas, é claro, deixou lá uma montanha daquela roupa. Então, como elas tinham que sobreviver, começaram a ir costurando aquilo e ir vendendo. Foi por isso que elas assumiram uma consciência revolucionária. Quando elas se deram conta do que estavam fazendo, ou seja, só depois. Eram mulheres que não tinham qualquer luta anterior.

A segunda empresa que entrou em autogestão também era de costura, mas essa era nacional. Com a ditadura, o patrão fugiu para o Brasil, a esta altura sob o governo Garrastazu Médici que estava aqui e toda essa gente fugia para cá. Ele fugiu com o dinheiro e elas foram produzindo e todas as outras que entraram no processo de autogestão raramente foi por pressupostos ideológicos. Elas entravam em autogestão porque os caras fugiam sempre. Eu tive nessa época uma discussão com um dirigente de um grupúsculo internacional que era contrário à autogestão, que achava que a autogestão era uma alienação dos trabalhadores. Eu disse: “bem, os trabalhadores têm que viver, não é? têm que comer de alguma maneira, eles não podem viver de direitos do autor de livros que criticam a autogestão”. Esse cara disse: “eles deviam assaltar os supermercados”. Eu lhe respondi: “você sabe que as principais cadeias de supermercados estão em autogestão?” e era verdade, então eles estariam o que, roubando uns aos outros. Essa que foi a realidade dos fatos. Depois de terem feito isso, e é isso que foi espetacular em Portugal em 74 e 75, que para mim era uma experiência inesquecível, que embora eu tivesse rompido com o leninismo nessa altura, continuava com aquela idéia de que a revolução ia surgir das grandes concentrações operárias.

Essas mulheres e essas empresas sem passado de luta remodelaram as suas relações de trabalho, reformularam a ligação entre a peãozada e as chefias internas, reestruturaram as hierarquias, remodelaram o sistema do pessoal do escritório e começou a passar pela linha de produção, coisas assim. E o que foi realmente prodigioso,

maravilhoso, foi ver essas pessoas tomarem consciência do que tinham feito e tinham conseguido fazer algo de revolucionário. Aí elas assumiram a consciência e foi assim que se fez o processo de autogestão. Então, é claro que, quando elas assumem esta consciência, elas se radicalizam, mas isso me parece que já é o andar natural do processo.

**Ruptura:** Eu li o seu livro *Dialética da Prática e da Ideologia* e fiquei com a dúvida de como, na sua concepção, surge a mudança. Neste caso, segundo você, a mudança vem da prática e num segundo momento a consciência acaba tendo um papel, que seria o de reforçar aquela nova prática.

**João Bernardo:** Neste livro, se bem me recordo, a consciência serve para fazer entrar em contato pessoas. Estas, uma vez em contato, podem facilitar unificações e lutas posteriores. Isto me parece mais importante do que o modelo que proponho ou o que lhe digo. Isso é muito mais importante do que o conteúdo ideológico que pode ser divulgado. Ponha de lado a *Dialética da Prática e da Ideologia* e pegue no caso das mulheres em Portugal. Em Portugal, na época de Salazar, as mulheres eram mais oprimidas do que geralmente o são, então experiências de lutas era uma coisa quase que de homem. As mulheres que vendiam peixes, não sei porque razão, eram mulheres muito ativas, mas as outras eram muito submissas, pelos próprios maridos. Você já imaginou que essas mulheres ocuparam as fábricas, as instalações, se revezaram, passavam a noite lá. Ela chegava e dizia que “hoje é meu dia de dormir na fábrica”. Sabe o que significava isso para um marido operário tradicional, bem tradicional? Elas, quando nós as entrevistávamos, diziam: “os

nossos maridos, felizmente, têm nos ajudado muito”. Bom, havia o pessoal das fábricas ao redor e os maridos iam lá para vigiá-las, mas só que não podiam dizer isso, precisavam criar estratégias e aí diziam que iam lá para ajudá-las. Apesar disso, elas estavam levando este processo de transformação muito mais longe, surgindo no local de produção e chegando até a família. Isso eu vi e posso garantir que existe. Bom, quando eu leio ou ouço uma pessoa dizer que a sociedade não pode mudar, eu digo: pode e eu vi este exemplo.

Certa vez, conversando com uma amiga, que, inclusive tinha também vivido esta época de lutas, eu criticava grupos de certo modo como vocês, não eram vocês, porém outros. Eles tinham uma visão meramente literária do processo autogestionário, como uma nova teoria que surge. Eu disse: “que visão tens eles do processo? Pessoas que nasceram depois dessa vaga de lutas ter acabado”. Ela me disse: “já é muito ter esta visão livresca”. Mas é uma coisa que quem viveu não pode transmitir, a gente pode transmitir sob forma literária mais uma vez, que vocês assimilam sob forma literária. Mas aquilo que a gente pode viver é muito mais rico do que uma pessoa pode dizer. Uma prática é muito mais multifacetada e a gente viu transformações efetivas e eu sublinho este aspecto de terem surgido essas transformações em locais onde não havia tradições nenhuma, de pessoas que nunca haviam lutado. Certamente tinham lutado em sua vida privada, a gente nunca pode dizer que as pessoas não lutaram, mas lutaram de uma maneira, enfim, alienada. A gente diria, não tão alienada assim, pois foram capazes de dar uma resposta e foram as que mais agüentaram a luta depois.

É assim que vejo um movimento autônomo. Não se pode pensar que um movimento autônomo surge por uma ação tão planejada assim, porque ele é autônomo mesmo, ele nos ultrapassa.

**Ruptura:** Bom, agora temos que fazer a defesa do grupo. Você mesmo diz que toda “ideologia” decorre de uma prática e aí você coloca que tem grupos, como o MSL<sup>1</sup>, que teriam uma concepção puramente livresca de autogestão. Não há uma contradição aí? Afinal, por que pegariamos essa cultura de livros e aceitaríamos ela? Isto também não decorreria de uma prática? Neste sentido, pode-se dizer que trata-se de uma prática diferente, uma outra prática. Esta crítica parece com uma crítica que me foi endereçada por leninistas (alguns, hoje, ex-leninistas) que me acusavam de defender idéias autogestionárias por não ter uma “prática”. Que prática era essa? Obviamente, é a prática deles.

**João Bernardo:** Você tem toda a razão. Mas eu fiz uma autocrítica. Fiz quando relatei que minha crítica tinha sido rebatida por uma companheira. E claro que vossa visão do processo autogestionário, produzida numa situação de refluxo da classe trabalhadora, tem que ser diferente. E resultou da vossa prática, da vossa prática, sem dúvida alguma. Agora o que eu quero dizer é o seguinte: bom, não estou dizendo que a minha prática foi mais importante do que a vossa. A minha prática me permitiu ter uma dada visão do processo autogestionário e autônomo. Vocês tem aí outra prática, qual é a mais adequada, a minha ou a vossa? Eu diria,

---

1. Antigo nome do Movaut — Movimento Autogestionário. A sigla significava *Movimento Socialista Libertário*, sendo o segundo nome do coletivo, pois o primeiro foi Movimento Conselhistas.

talvez, na medida em que estamos vivendo numa situação de grande refluxo, a vossa prática seja a mais adequada.

Agora uma coisa que nós devemos ter em conta, o leninista, staliniano, prá não falar dos outros, ele tem um objectivo, ele pretende enquadrar a realidade e tudo que saia do modelo ele pretende desarticular, destruir e as técnicas leninistas e stalinistas para desarticular a realidade social sob a qual o partido não tem controle é uma técnica extremamente elaborada, continua a existir e com ótimos frutos para quem a pratica. É preciso que o movimento seja muito forte para ultrapassar isso. Bem, então, nós vamos ter que fazer o mesmo e é um risco muito grande quando um grupo se constitui em torno de uma plataforma ideológica. Há o risco de vocês se tornarem cegos a uma prática que não entre dentro de sua plataforma ideológica. Como é que se ultrapassa isso? Não sei, pois se os momentos de refluxos são precisamente para separações, para cisões. Eu diria que constituir uma revista mais de choque, confronto, mais crítica, é uma dificuldade enorme ter pessoas de correntes diferentes que aceitem fazer choque e confronto respeitando regras de jogo democráticos. Isto é quase tão utópico quanto qualquer outra coisa.

Então, essas são as limitações das situações de refluxo, tudo contribui para desagregar. E a gente se agrega em torno do que? Há, uma prática comum, mas este é o problema, numa situação de refluxo não há práticas tão fortes assim, então a gente se agrega em torno de uma plataforma ideológica. Aí tem um inconveniente: ou você desarticula ou pelo menos a pessoa corre o sério risco de ficar cego ao que

está exterior à plataforma ideológica. Como uma pessoa sai dessa situação? Não sei, é uma contradição que a gente tem que viver.

**Ruptura:** O conteúdo do socialismo é a autogestão. Entretanto, as diversas e rápidas experiências autogestionárias foram derrotadas pelo capital. Hoje, o modo de produção capitalista ao mesmo tempo que demonstra força demonstra suas fraquezas. Quais são as perspectivas da autogestão neste quadro histórico marcado pela ambiguidade?

**João Bernardo:** Olhe, eu não sei. Eu espero não ser daquelas pessoas que morrem dizendo: eu morro mas estou seguro. Há um poeta português (...), que conta uma história de um cara que depois que foi fuzilado disse: “atenção! da próxima vez que me fuzilar ao menos dê-me tempo de morrer gritando: *Viva a Revolução?*”. As perspectivas são as seguintes: não vejo a possibilidade de demonstrar que ao capitalismo se sucederá inelutavelmente uma sociedade sem classes. Marx, lamentavelmente, confundiu essa grande concentração de capital com o socialismo. O máximo que se pode dizer, com os pés no chão, é que no capitalismo existem esplêndidas condições para se ultrapassar a sociedade de classes, mas acho que vai ser um processo muito longo, de muitos séculos. Eu não creio que a classe trabalhadora vá rapidamente derrubar o capital. Ela conseguirá avançar e dentro destes ciclos de recuperação avança a recuperação da classe trabalhadora por parte do capital e cada vez que a classe trabalhadora faz um novo avanço, faz num terreno recuperado pelo capital. Veja-se os grandes ciclos

revolucionários, em 1848, depois a Comuna de Paris, as grandes lutas de 16 à 21 e depois as lutas autônomas. Você começa a ver antes de 48 até a revolução cultural e o Solidariedade na Polónia. A luta de 1848 parece até infantil pelas reivindicações e problemáticas que colocavam. A luta se torna cada vez mais profunda, não como um círculo vicioso, mas como uma espiral em crescimento.

Podemos constatar também que o capitalismo tem contradições e só pode viver da exploração e que as pessoas lutarão contra a exploração. Mas temos ao mesmo tempo divisões e se os trabalhadores conseguirem ultrapassar estas divisões os capitalistas conseguirão os obrigar a novas divisões. O grande problema pra mim está no interior da classe trabalhadora. Este é o problema central, o problema da reorganização no interior da classe trabalhadora.

Muitas vezes me perguntei como foi possível haver um movimento autônomo em Portugal durante 74/75 com esta amplitude. Saímos em 48 horas do fascismo. O fascismo tinha desorganizado tudo. Vocês não imaginam o que era a repressão em Portugal, não que houvesse a polícia, torturas como as da Argentina. Tinha tortura e polícia mas a questão não é essa: era uma repressão moral a um ponto inacreditável. Era proibido dar beijo em público. Bom, eram coisas inacreditáveis. Como é que foi possível este movimento? A classe trabalhadora era proibida de se organizar politicamente, era proibida de se exprimir, a fazer greves, a ter sindicatos propriamente dito. Ela constituiu mecanismos defensivos, nos bairros, nos botecos, nas associações populares e recreativas e nós, marxistas,

maoístas, leninistas chamavam-nas de alienadas, pois elas não queriam política e tinham toda razão em não querer, era a condição para elas sobreviverem. A gente ia lá fazer o nosso trabalho, recrutar e os caras não queriam. E eles tinham razão estrategicamente, eles estavam criando mecanismos de defensivos, e foram estes mecanismos que lhes permitiram rapidamente depois fazer comissões de bairros. No Brasil se passou o mesmo durante a ditadura militar, ela desorganizou as fábricas e as pessoas se organizaram nos bairros. Vocês já repararam que o movimento do ABC surge depois dos militares terem exterminado fisicamente e ideologicamente toda uma geração de militantes, com o extermínio daqueles caras criados da época de Vargas até Goulart, os novos caras, os jovens trotskistas, os católicos. Foi a própria classe que fez este movimento. Isto é sinal de que são garantias, são indícios muito sérios de uma continuação dum processo revolucionário. Você sabe o nome do cara que só luta quando sabe que vai vencer? É um covarde.

A gente luta historicamente e tem que lutar sem a garantia que vai vencer. Isto é que torna interessante o processo, com garantia não vale a pena, mas com sérios indícios para não sermos completamente paranóicos. Vocês vivem num país que tem, por exemplo, um movimento sindical, para não falar de universidades, com contradições tão grandes que se pode trabalhar lá dentro. Não é por acaso que o movimento dos trabalhadores aqui ainda tem uma força. Os sindicatos não são menos burocráticos no Brasil do que os de qualquer outro lugar, mas as pressões dos trabalhadores são tão grandes que os sindicatos têm que abrir esta demanda, assim como as universidades. Não é

porque querem fazer mas porque têm que fazer. Então são espaços de organização que vocês aproveitam e tem que aproveitar e que são exemplares para nós. Muitas vezes no Brasil se acredita de que a Europa é que é o exemplo. A Europa não é exemplo de nada a não ser de velhice.

# Epílogo e prefácio

*Um testemunho presencial*

*História Social, n. 17, segundo semestre de 2009*

Poucos sabem hoje, ou desejam recordar, mas nós estivemos à beira de vencer.

«Nós», os revolucionários, os anticapitalistas que ao longo da década de 1960 e na primeira metade da década seguinte víamos a nossa força crescer e aumentar a nossa capacidade de acção num impulso que parecia irrefreável. Foi essa a época das lutas autonomistas contra o capitalismo privado e os gestores nos países ocidentais e contra o capitalismo de Estado e a burocracia política nos países de Leste. Começadas aqui e acolá, as greves a que os dirigentes sindicais chamavam “selvagens”, porque resultavam da iniciativa das bases e escapavam ao calendário reivindicativo consagrado, contestavam as burocracias dos sindicatos ao mesmo tempo que reclamavam contra os patrões. O grande avanço do movimento operário naquela época deveu-se ao entendimento de que os dirigentes sindicais tinham mais em comum com os chefes das empresas do que com a classe trabalhadora.

Sobre o pano de fundo de uma proliferação de greves “selvagens”, os estudantes universitários inauguraram um novo tipo de lutas, apresentando reivindicações que, em vez

de serem especificamente estudantis, reflectiam os interesses globais dos trabalhadores. Desde a Califórnia até Berlim, desde o movimento pelos direitos cívicos da população negra até aos protestos contra as cadências infernais nas fábricas, os estudantes lutaram não enquanto jovem elite mas enquanto trabalhadores em formação. Foi esta a primeira resposta à conversão, ainda incipiente, da antiga universidade num instrumento de ensino de massas. Quando reflectiam sobre os problemas da academia, os estudantes contestatários exigiam a remodelação do sistema de ensino de acordo com os interesses da classe explorada.

Não se tratou apenas do aparecimento de novas organizações políticas, menos centralizadas e menos hierarquizadas. Naquela época surgiram também, ou adquiriram novo vigor, organizações trotskistas e maoístas, e embora fossem centralizadas e autoritárias, colocavam o problema do relacionamento com as bases de uma maneira diferente das organizações formadas pelo stalinismo. Em todos os quadrantes do radicalismo anticapitalista era reconhecida a actividade própria dos trabalhadores e dos estudantes de base.

Um movimento convergente ocorria nos países da esfera soviética. As revoltas operárias de 1953 na Alemanha de Leste, a grande insurreição húngara de 1956, as movimentações na Checoslováquia em 1968 e as repetidas e persistentes revoltas do proletariado polaco revelaram o descontentamento da classe trabalhadora para com regimes que haviam substituído os patrões privados pelo patrão

colectivo da burocracia política e da tecnocracia empresarial. É certo que outros sectores da sociedade contribuíram para a insatisfação e deram um tom nacionalista àquelas rebeliões, mas posso recorrer a um teste simples para mostrar que a luta de classe foi em todos estes casos o motor principal. Na esfera soviética, durante a Guerra Fria, a Central Intelligence Agency fomentava exclusivamente os nacionalismos, inventando-os quando eles não existiam, e embora promovesse e organizasse a subversão sempre que lhe convinha, foi notória a sua falta de apoio aos movimentos que evoquei, precisamente porque eles eram animados pela classe trabalhadora. A última das coisas que os governantes norte-americanos pretendiam era que o comunismo burocrático fosse derrubado por um comunismo operário. Aliás, a estratégia norte-americana de promoção dos nacionalismos acabou por ser vitoriosa, já que a antiga União Soviética e a sua esfera de influência pereceram não pela luta de classes mas devido à fragmentação nacional. Se as memórias não fossem tão curtas, todos perceberiam que o actual mapa político europeu corresponde de muito perto às fronteiras traçadas pelo Terceiro Reich a partir de 1939. Os governantes de Washington conseguiram impor aquele panorama geopolítico que Hitler não tivera oportunidade de consolidar.

Mas isto é hoje, a época da nossa derrota, e eu estava a falar de ontem, quando caminhávamos para a vitória. Quem pode suspender o tempo, mesmo quando ele é recordado no teclado? Eram as lutas sociais, não as nacionais, que nos moviam na década de 1960, e não víamos qualquer diferença no combate contra as classes dominantes no Ocidente ou a

Leste. Os partidos comunistas ocidentais facilitaram muito esta convergência ao se oporem com todo o vigor de que eram capazes ao radicalismo das lutas operárias e das lutas estudantis. E a repressão lançada pelo regime soviético contra contestações em tudo idênticas às que nós próprios prosseguíamos no Ocidente encerraram definitivamente o mito da pátria do socialismo. Aqueles de nós que desfilavam no *Quartier Latin* em Agosto de 1968 cantando *L'Internationale* contra a invasão soviética da Checoslováquia eram os mesmos que pouco tempo antes, durante as lutas estudantis de Maio e a greve geral de Maio e Junho, se haviam manifestado e ocupado e erguido barricadas e combatido a polícia. A posição tomada pelos partidos comunistas contra o movimento operário autonomista e contra os estudantes contestatários ditou o fim da sua audiência enquanto partidos revolucionários. Sabíamos quem o inimigo era e onde estava. O Muro e os seus pedreiros caíram muito antes do que se julga, e o que estava de pé era apenas um fantasma de cimento. Até os movimentos revolucionários de cariz mais ortodoxo seriam obrigatoriamente influenciados pelas lutas autonomistas, se estas tivessem vencido. Cuba é como é porque o resto foi como foi.

Rudi Dutschke simbolizou a convergência das lutas sociais. Nascido e criado na Alemanha de Leste, onde tomara posição contra as instituições e especialmente contra a militarização da sociedade, Rudi Dutschke fugiu para Berlim ocidental em 1961 e continuou ali a mesma luta que havia prosseguido do lado de lá da fronteira, tornando-se uma das principais figuras do movimento estudantil. Esta síntese

geográfica dos dois espaços políticos foi reforçada por uma síntese ideológica, e o facto de Rudi, profundamente cristão, ter sido ao mesmo tempo influenciado por teóricos marxistas excluídos da cartilha oficial, como Rosa Luxemburg, Gramsci e os ensaístas da escola de Frankfurt, mostrou que o marxismo podia ser usado como instrumento crítico tanto na luta contra regimes que se reconheciam capitalistas como contra outros que se pretendiam marxistas. Um jovem de extrema-direita tentou assassiná-lo em Abril de 1968 disparando-lhe três tiros na cabeça. Rudi sobreviveu, e na convalescença continuou a simbolizar a nova era de confronto com os regimes de um e outro lado da Guerra Fria, porque ele, que fugira da Alemanha de Leste, viu-se expulso em 1971 da Inglaterra, onde fora prosseguir os tratamentos, sob a acusação de ser um “estrangeiro indesejável”, dedicado a “actividades subversivas”. E sem dúvida que éramos todos “estrangeiros indesejáveis”, nós que não reconhecíamos fronteiras nem nacionalidades.

O escopo geográfico da convergência foi mais amplo ainda, porque na sua fase inicial a Revolução Cultural chinesa surgiu como um dos principais elementos de referência neste panorama. Mao Tsé-tung lançou a Revolução Cultural para mover os jovens contra os seus opositores nas disputas internas do Partido Comunista, mas os limites previstos foram rapidamente ultrapassados por uma ala radical, que começou a pôr em causa a burocracia como classe social. A implantação do Estado comunista em toda a China em 1949 operara-se sobre uma continuidade fundamental, a manutenção do mandarinato. Uma burocracia plurimilenar, que se modernizara convertendo-se numa tecnocracia,

mantivera-se no poder graças à sua componente de esquerda, e contra ela a ala radical da Revolução Cultural defendeu a necessidade de destruir a propriedade privada dos meios intelectuais de produção, tal como fora necessário destruir a propriedade privada dos meios materiais. Quando os cartazes de parede começaram a atacar não só os rivais de Mao mas igualmente os gestores das empresas e a denunciar as relações sociais e as condições de trabalho vigentes no interior das fábricas, nesse momento Mao Tsé-tung viu que as coisas estavam a ir longe demais. Viu-o também quando lhe foi proposta a adopção do modelo da Comuna de Paris e a transformação da China numa federação de comunas, com dirigentes livremente eleitos e revocáveis. Foi então que Mao Tsé-tung recorreu ao exército, e a militarização da Revolução Cultural, celebrizada nas imagens de milhões de jovens brandindo o livrinho vermelho num exercício geométrico de ginástica colectiva, representou o aniquilamento da ala radical.

Para nós, naquela época, a mensagem emanada da Revolução Cultural era a mesma que ouvíamos gritada pelos estudantes norte-americanos contra a guerra no Vietnam e pelo movimento pelos direitos cívicos, a mesma das ruas e das fábricas francesas em Maio e Junho de 1968, a mesma de Praga no Verão desse ano, a mesma das ruas e das fábricas italianas, a mesma que haviam tentado assassinar na pessoa de Rudi Dutschke, e entre a voz de Joan Baez e as citações do livrinho vermelho não víamos grande diferença. Seria uma confusão de cabeças quentes, que mal sabiam interpretar fragmentos de informação? Não me parece. Os vectores da história daquela época fomos nós que os

entendemos, porque fomos nós quem os fez, não os académicos que se perdem no labirinto das minúcias precisamente porque esse é o álibi de que necessitam para não encontrar saídas.

Nós, os que restamos, somos picos que quem navega nestas águas julga serem ilhéus perdidos, mas que formam os cimos de montanhas submersas, uma Atlântida que deixou palimpsestos cujas camadas inferiores só raros hoje conseguem decifrar, porque quem as escreveu se esqueceu da linguagem então usada.

Fomos vencidos. Liquidaram as nossas possibilidades de acção legal quando elas existiam, perseguiram-nos, encurralaram-nos, exasperaram-nos até precipitarem os mais destemidos ou mais desesperados em acções que foram depois usadas como álibi da repressão desencadeada anteriormente. Juntaram-nos em estádios e campos de concentração ou confinaram-nos em celas de isolamento. Apesar de ser longuíssima a história das atrocidades humanas, experimentaram contra alguns de nós torturas sem precedentes, recorrendo a técnicas sofisticadas de dor e de enlouquecimento. Mataram muitos e deixaram outros morrer na prisão, e alguns dos que se salvaram continuam perseguidos, quarenta anos depois, com a persistência do ódio burocrático. As minhas saudações, Cesare Battisti. Mas não foi isto o mais importante. Perecemos por um conjunto de motivos, e o principal foi o facto de termos lutado em todo o mundo ao mesmo tempo mas dispersamente, enquanto o capitalismo conseguiu reorganizar-se no plano internacional e conduziu o contra-ataque através das firmas

multinacionais. O que antes havia sido a internacionalização da economia converteu-se numa supranacionalização e data de então a hegemonia incontestada que obtiveram as empresas transnacionais. O reverso desta transnacionalização do capital foi a fragmentação dos trabalhadores. Fomos vencidos devido à paradoxal fragilidade de sermos internacionalistas e não termos conseguido unificar as nossas lutas por cima das fronteiras. Por isso a classe trabalhadora está hoje repartida não só por países mas por uma multiplicidade de outras divisões, umas retiradas da arca das recordações históricas e outras inventadas pelos estrategistas das classes dominantes, para grande satisfação dos académicos multiculturalistas.

Só que no capitalismo desenvolvido as derrotas nunca são um esmagamento, mas uma recuperação, operada mediante a perversão dos temas da luta e a inversão do funcionamento das instituições nascidas nessa luta. Os trabalhadores haviam reivindicado o fim do monopólio do conhecimento técnico pelos gestores e haviam mostrado na prática que eles mesmos eram capazes de gerir, começando por gerir as lutas desencadeadas fora dos sindicatos e depressa passando a administrar empresas ocupadas, que podiam mesmo, como em Portugal em 1974 e 1975, representar grande parte do aparelho produtivo de um país. E o que sucedeu? O capitalismo mostrou-se capaz de inserir essa capacidade de gestão nos mecanismos de exploração. Resumido ao essencial, foi assim que se passou do fordismo ao toyotismo. Por seu lado, os estudantes haviam reivindicado a extinção da velha universidade e o fim da divisão clássica do conhecimento, a abertura do ensino

superior à classe trabalhadora. E o que sucedeu? Extinguiram-se os últimos traços da universidade de elite e os gestores do sistema académico deram-nos uma universidade de massas vocacionada para ministrar cursos técnicos a uma mão-de-obra qualificada. O trágico é que não foram só os outros a fazê-lo, fomos nós mesmos. Os engenheiros e os administradores de esquerda, que haviam sofrido a influência do movimento estudantil radical, contribuíram poderosamente, nalguns casos decisivamente, para planificar a reorganização toyotista, tal como os professores de esquerda, em cuja cabeça ecoavam os temas da contestação estudantil, auxiliaram a reforma capitalista da universidade, quando não a superintenderam.

É ambíguo falar de derrota e de vitória, porque as há de infinitas variedades. É-se derrotado de uma dada maneira e os vencedores triunfam de uma dada maneira, por isso a vitória de uns tem indelével a marca da derrota dos outros, e sucede às vezes que o peso de certos vencidos sufoque os vitoriosos. Mas o que irremissivelmente perece são os sonhos e os objectivos que não foram realizados e animaram a luta até ela ser subjugada. Hoje restituíram-nos a utopia como vômito. E o que num plano organizativo é o virar do avesso de instituições que, nascidas na luta, passaram a servir o seu exacto contrário, no plano da linguagem é a adulteração das palavras. O lucidíssimo Jean-Paul Marat dedicou um dos capítulos de *Les Chaînes de l'esclavage* a esta perversão semântica, que nunca dá às coisas os seus verdadeiros nomes. E enfileiradas as palavras, temos a adulteração das ideias. Que Foucault e o multiculturalismo sejam entronizados como expressão directa do Maio de 68 é

uma operação do mesmo teor da executada pelo marechal Floriano quando mandou dar o seu nome à cidade cuja rebelião ele mesmo aniquilara.

Os fios que me servem para tecer este artigo podem escapar aos historiadores, mas foram entendidos por ficcionistas, que têm da realidade uma outra percepção, mais íntima e ao mesmo tempo mais fundamental. Durante muitos anos afirmei em aulas, para incômodo de alunos e colegas, que a sociologia é simplesmente uma má ficção, e que a boa ficção é sempre uma excelente sociologia. Mas como não é dado a todos produzir romances, resta-lhes ser sociólogos. Desde o primeiro livro que escreveu para *La Comédie humaine* até ao último, Balzac incansavelmente se proclamou historiador. Por isso ele pôde exclamar, na introdução geral à sua grande obra: “Fiz melhor do que o historiador, sou mais livre”. Mas quantos dos que têm a história como profissão aprenderam com ele? Passo uma grande parte do dia a ler historiadores, quando não escrevo história, e os melhores, os únicos bons, sabem empregar a imaginação, mas conheço apenas um que enunciou claramente esta necessidade metodológica. Para quem se dedica à história social, escreveu George Dangerfield em *The Strange Death of Liberal England*, “os factos não constituem o único elemento, nem o mais importante. A história social, tal como a própria história, combina o gosto, a imaginação, a ciência e a erudição. Ela reconcilia o que é incompatível, equilibra probabilidades, para atingir finalmente a realidade da ficção, que é a forma mais elevada de realidade”. Trata-se, afinal, de aplicar as consequências lógicas de um preceito de Leibniz, quando sustentou que o possível, mesmo sem

existir, é já real. Nestes termos, James Ellroy, o grande mestre contemporâneo da literatura policial, é o ficcionista que melhor nos permite compreender a história dos embates políticos subterrâneos nos Estados Unidos na segunda metade do século passado, especialmente em *American Tabloid* e *The Cold Six Thousand*. Contrariamente ao que previra a maior parte da extrema-esquerda, nos Estados Unidos não foi preciso recorrer à mobilização fascista porque J. Edgar Hoover, director do Federal Bureau of Investigation desde 1935 até morrer em 1972, procedeu à aliança da polícia com o crime organizado, ficando assim conjugada a fiscalização global a nível superior com a penetração e o enquadramento dos sindicatos e a provocação e destruição interna das organizações revolucionárias ou meramente contestatárias. Que candura, que ilusões, não na nossa força, porque a tínhamos, mas numa certa dignidade do inimigo, que mesmo nas piores previsões imaginávamos à nossa imagem, quando ele era, e continua sendo, o retrato da abjecção. Isto os historiadores não revelam, nem sabem, mas James Ellroy mostra-o, e só assim podemos entender aqueles tempos e o destino que tivemos.

Acima do romance está a poesia porque, se na grande ficção temos a história de uma época, na poesia temos a antecipação do seu futuro. Hegel afirmou que a intuição, em vez de ser a antítese da razão, era o seu culminar. Quando se conhece intimamente um assunto, quando desposamos todos os seus meandros a ponto de os incorporarmos em nós mesmos, então, mostrou Hegel, a razão torna-se imediata e prescinde do raciocínio. Este carácter imediato de uma razão que se afirma directamente a si mesma é a

intuição. O poeta - o grande poeta, porque os poetas menores não são poetas - é aquele que consegue fundir o corpo e a mente com o tempo e as pessoas. Resulta daí o dom de síntese da poesia, onde não existem sinónimos e onde as palavras não se repetem mesmo que sejam iguais, porque cada uma tem uma função única. A síntese poética é a expressão literária da intuição. Por isso, antes de ter começado aquele meio século de lutas sociais, Ginsberg pôde traçar no mais célebre dos seus poemas, Howl, o destino reservado aos que depositariam a esperança nessa luta. *"I saw the best minds of my generation destroyed by madness, starving hysterical naked, / dragging themselves through the negro streets at dawn looking for an angry fix, / [...]"*. A polícia mata muito nos países civilizados, mas esse é o trabalho de detalhe, o trabalho por grosso é feito pela putrefacção e pela droga. Howl profetizou um destino cujos mecanismos estruturariam mais tarde a ficção romanesca de Ellroy: o capitalismo, personificado por Howard Hughes, e o Federal Bureau of Investigation, dirigido pelo Fouché das lutas sociais contemporâneas, manobrando o crime organizado para neutralizar através da droga a boémia do espírito e aquilo a que noutra época se chamara as "classes perigosas".

Fomos vencidos. E na voragem da nossa derrota desapareceram outros também, contra quem lutávamos. A partir do momento em que perderam a legitimidade revolucionária, os partidos comunistas ocidentais e os grandes aparelhos burocráticos dos sindicatos só tinham alguma utilidade enquanto nós existíssemos, para nos conter e para servir de tampão entre as elites e os operários e

estudantes mais activos. Inimigos ontem para os revolucionários, desnecessários hoje para a sustentação da ordem, os partidos comunistas do Ocidente extinguiram-se ou atrofiaram-se e, acompanhando este movimento, desvirtuaram-se os partidos socialistas, social-democratas e trabalhistas, cuja referência, mesmo que mítica, à classe trabalhadora deixou de ter lugar. Ao mesmo tempo, na prática totalidade dos países, os sindicatos passaram a mobilizar uma percentagem cada vez mais reduzida da força de trabalho, as burocracias sindicais afastaram-se do confronto de classe e dedicaram-se sobretudo a gerir os seus colossais fundos financeiros e pacotes de acções. Desmantelaram-se os mecanismos de integração social keynesianos, de que os partidos de esquerda e os sindicatos eram parte integrante, e a liquidação das instituições independentes destinadas a regular os conflitos sociais deixou as classes dominantes desprovidas de instrumentos de conciliação específicos. No século XIX considerava-se que as questões sociais eram casos de polícia e a mesma opinião voltou hoje a prevalecer, com razão, porque o confronto entre as classes tornou-se cada vez mais directo.

E não só as questões sociais, mas também as questões educacionais passaram a ser casos de polícia. O ensino de massas revelou-se um dos mais espectaculares fracassos do capitalismo. Ao longo das últimas décadas têm sido investidas somas enormes na infra-estrutura escolar e na formação de professores e um número incalculável de pedagogos tem animado comissões e escrito relatórios, sem que nada disso consiga evitar o analfabetismo funcional. Aliás, as estatísticas, por pessimistas que sejam, atenuam a

realidade, porque, como os critérios de avaliação se tornaram cada vez mais baixos, aqueles que hoje passam por saber alguma coisa seriam há algum tempo atrás considerados como não sabendo quase nada. A situação é diferente nos colégios privados e em certas escolas públicas especiais, destinadas a educar as crianças das classes dominantes, mas os futuros trabalhadores ficam entregues à escola pública de massas e são estas instituições que aqui me interessam.

Na base do fracasso do ensino de massas encontra-se uma dicotomia de que só os pedagogos não se apercebem. O ensino tem como preocupação exclusiva as salas de aula, onde se concentra todo o esforço pedagógico. Por seu lado, os alunos interessam-se unicamente pelos corredores e pelos pátios, articulados no mesmo espaço social com os estabelecimentos de jogos de vídeo e com os centros comerciais. Para o aparelho pedagógico de Estado as escolas são lugares de aprendizagem. Para os alunos, as escolas são lugares de sociabilização. É no convívio nos corredores e nos pátios, nos *video-games* e nos shopping centers que os analfabetos funcionais se adestram profissionalmente. Eles são incapazes de escrever duas linhas e de entender o sentido de uma frase simples, mas conhecem como ninguém os meandros do comportamento urbano. E o teclado dos computadores só é para eles um mistério quando se vêem obrigados a juntar as letras; para tudo o mais manejam-nos com rapidez e perícia. Também aqui a utopia nos foi devolvida como vômito. A aprendizagem lúdica, que os libertários tanto haviam enaltecido nas décadas de 1960 e 1970, resultou hoje na aprendizagem através dos jogos de computador, que sustenta o analfabetismo funcional.

A grande questão consiste em saber como é possível que alguém permaneça nove, dez ou onze anos no sistema escolar e saia praticamente analfabeto, porque não se trata aqui de não ter aprendido, mas de não ter querido aprender. Só se é analfabeto funcional graças a uma luta deliberada e longa, tão longa quanto o é o ensino obrigatório. Ora, os economistas neoliberais, que gostam de imaginar sujeitos movidos pela racionalidade económica, tal como a ditaria um mercado utopicamente livre-concorrencial, verão com apreço o facto de o analfabeto funcional, mesmo sem conhecer a tabuada, ser capaz de avaliar o mercado de trabalho e de calcular que não lhe é rentável despendar tanto esforço a qualificar-se numa época em que as empresas raramente oferecem carreiras estáveis. Para acabar trabalhando num *call center*, valerá a pena candidatar-se à admissão na universidade? E assim a precarização, se começou por suscitar o aumento do analfabetismo funcional, é ela própria incentivada pela difusão do analfabetismo, porque estes trabalhadores não podem ser outra coisa senão precários. Um dos elementos indispensáveis ao desenvolvimento da produtividade, e por aí ao aumento da taxa de exploração, fica comprometido quando o analfabetismo funcional ultrapassa um certo nível. Sem conseguir quebrar o círculo vicioso, o capitalismo corre hoje o sério risco de ver a precarização expandir-se muito para além do que lhe seria rentável.

É então que se fala de “fracasso escolar”, o que mais uma vez baralha tudo, porque as raízes deste fracasso situam-se fora da escola, no mercado de trabalho. Ao elegerem os corredores e os pátios das escolas, as casas de jogos de

vídeo e os shoppings como os lugares onde decorre a sua formação pessoal e profissional, os alunos da escola pública deram uma resposta racional ao dilema em que foram colocados. E se esta resposta nos parece horrenda, não os acusemos a eles, mas à racionalidade econômica. Avessos às salas de aula, os alunos refractários não são já disciplinados pela instituição escolar. Quem os disciplina, então? E assim a questão educacional tornou-se um caso de polícia. É infundável o catálogo das medidas de repressão instaladas no interior dos espaços escolares para monitorizar os alunos e para permitir a rápida intervenção dos seguranças privados, se os houver, ou da polícia oficial. Nem aqueles sonhadores que nas suas horas de lirismo entusiástico equiparavam as escolas a prisões imaginaram algum dia que elas se transformassem realmente em cárceres, com grades para impedir os alunos de sair ou, sabe-se lá, de entrar.

Mas há ainda aqueles estudantes que, apesar de tudo, são capazes de escrever, embora poucas páginas e com uma deplorável sintaxe, para já nem mencionar a ortografia, e que são capazes de ler, não livros inteiros, mas pelo menos capítulos de livros ou partes de capítulos e são capazes de pesquisar na internet o suficiente para fazer *copy and paste*. Estes conseguem obter um diploma universitário. Por todo o mundo, o ensino de massas transformou as universidades em colégios técnicos e a maior parte da pesquisa científica passou a obedecer aos mesmos critérios. Uma vez mais, a utopia foi-nos restituída como caricatura desfigurada, porque onde proclamámos a necessidade de unir a teoria à prática temos agora o fim da teoria e o empobrecimento da prática. A teoria e a cultura, que resultam da capacidade de relacionar

o particular com o geral e, assim, de entender os fundamentos do particular, deixaram de vigorar nas universidades e nos institutos de pesquisa, onde impera a especialização, precisamente o contrário da articulação do particular no geral. A norma é o desaparecimento do geral através da incessante multiplicação do particular, a compartimentação crescente de cursos ou de linhas de pesquisa em que é impossível saber o que se passa ao lado. Nesta situação, a internet, que poderia ter sido um espantoso utensílio de amplificação cultural, serve de instrumento ao contexto onde vigora, e acelera a fragmentação do conhecimento e a futilidade dos interesses. É certo que alguém, em algum lugar, conhece a teoria e sabe conjugar o particular no geral, mas esses não estão na universidade de massas. A cultura, mais do que nunca, tornou-se monopólio dos gestores. Mas como também entre eles reina a especialização, embora de tipo diferente, a cultura é detida apenas pelos gestores do conhecimento. O que antes fora uma linguagem genérica converteu-se em mais um dos dialectos particulares.

A renovação da cultura e a difusão de uma contracultura foi uma das preocupações marcantes das revoltas estudantis da década de 1960 e do começo dos anos seguintes. Contrariamente ao que sucede com o pós- modernismo, empregâmos então a ironia como crítica e não como distanciação, manejámos o sarcasmo e a violência de linguagem, empenhámo-nos em chegar ao fundo e não em deslizar pela superfície. Havia uma enorme seriedade por detrás das nossas atitudes mais irreverentes, ao contrário dos pós-modernos, que recorrem a uma aparente

irreverência pré-fabricada pelos imitadores do libertador do corpo e sustentada pela banalidade da carreira acadêmica. Na década de 1960 e na meia década seguinte as vanguardas profissionais do leninismo tinham sido substituídas por um misto de organizadores políticos e agitadores culturais. Mas que cultura é difundida hoje pelos meios de comunicação de massa? Será que a cultura dominante é a de classes dominantes incultas?

E não foram só as questões sociais e educacionais que no século XXI se tornaram casos de polícia, porque a questão familiar também se tornou. Marx e Engels haviam escrito, num manifesto célebre, que o capitalismo estava a desagregar a família, mas precipitaram-se na previsão, porque durante bastante tempo o ócio permaneceu exterior à esfera do capital. Sustentados pelo pequeno comércio e pelos pequenos serviços enquanto modalidades de economia doméstica, os lares, na sua produção, mantinham um espaço para a família. Esse espaço era igualmente mantido na fruição dos lares e, destruída quotidianamente no âmbito das relações de assalariamento capitalista, a família proletária reconstituía-se semanalmente no dia de folga. Foi ao expandir-se nesta direcção e ao criar as indústrias do ócio que o capitalismo suprimiu o derradeiro quadro de preservação da família, precipitando a sua desagregação. Ora, isto sucede numa época em que as instituições mediadoras políticas e sindicais estão enfraquecidas ou liquidadas e em que as salas de aula não funcionam já como instrumento de disciplina. Sempre prestes a apresentar as coisas ao contrário, os jornalistas, e aqueles sociólogos que não ultrapassam o nível do

jornalismo, evocam agora a demissão dos pais. Resta saber se foram eles que se demitiram ou se foram demitidos, e por quem.

As autoridades interrogam-se, ansiosas, sobre o que fazer com a turbamulta de jovens. Noutra época eles puderam ser inseridos em juventudes partidárias, de lenço vermelho ao pescoço, ou, nos países onde era hegemônica uma social-democracia com ampla base operária, eles estavam inseridos em redes de cultura e de lazer animadas pelos sindicatos. Por seu lado, o activismo político e social das décadas de 1960 e 1970 serviu também, à nossa maneira, para enquadrar a juventude. Tudo isto pertence hoje ao reino dos defuntos, e se as forças conservadoras viam então com desconfiança uns tipos de mobilização e com pavor os outros, possivelmente têm saudades agora, porque se já não existem quadros para mobilizar a juventude, também não os há para contê-la. E as escolas converteram-se em focos de conspiração para os tão temidos desordeiros. Uma vez mais funciona aqui o paralelo estimado por alguns entre a escola e o cárcere, porque tal como no interior dos presídios se constituem e estabelecem os estados-maiores do crime organizado, também nos corredores e nos recreios os jovens tecem entre eles os laços da sua insubmissão colectiva. A família foi a última instituição intermediadora que o capitalismo contemporâneo derrubou. Restam os polícias do Estado e os seguranças das firmas privadas para fazerem a vez de pais severos. E com que aplicação se dedicam a esta tarefa! O policiamento das escolas conjuga-se com o policiamento dos centros comerciais e dos estabelecimentos de jogos electrónicos, e não são poucas as cidades, em vários

países, onde está decretado o recolher obrigatório do jovens a partir de certa hora da noite. Estranho mundo onde o adulto, sob o fantasma da pedofilia, é apresentado como um perigo iminente para as crianças, e as crianças, sob o espectro do vandalismo, são apresentadas como uma ameaça constante para os adultos.

Nas décadas de 1960 e 1970 lutámos tanto quanto pudemos contra os partidos da esquerda reformista e contra os sindicatos burocratizados, porque os considerávamos, com toda a razão, uma das principais protecções do capitalismo. E o capitalismo, quando nos derrotou, a primeira coisa que fez foi terminar a tarefa que deixámos incompleta e ele próprio pôs fim ao que restava das instituições intermediadoras dos conflitos sociais. Instaurou-se assim o neoliberalismo, que os jornalistas e muitos especialistas de ciência política consideraram o triunfo definitivo do capital. Mas mal se viram detentores de uma tão considerável vitória, os capitalistas perceberam que não lhes restava outra solução senão enfiar a sociedade em casernas. Fazem-no através da segregação urbana, rodeando as periferias com auto-estradas para as isolar ou, quando tal se verifica impossível, erguendo muros em seu redor, ou erguendo-os em torno das residências e conjuntos residenciais da elite, ou fazendo tudo isto simultaneamente, de maneira que as cidades tendem a transformar-se numa colecção cada vez mais complexa de gavetas. Em vez da integração social que passara a ser o objectivo explícito dos urbanistas desde os planos delineados pelo barão Hausmann para a reconstrução de Paris, e que se apresentava como uma condição indispensável à pacificação política, o

objectivo da urbanização parece ser hoje a segregação sistemática.

A segregação ampliou-se mais ainda e abarca continentes inteiros, o que é inédito no mundo moderno e merece alguma reflexão. Um dos fenómenos básicos do capitalismo tem sido a emigração do campo para as cidades. Contrariamente ao que é comum julgar, a grande revolução da produtividade ocorreu na agricultura, não na indústria. Mesmo nas regiões mais urbanizadas da Europa no século XV, como a Itália setentrional e a Flandres, só cerca de 5% da população vivia nas cidades, o que significa, em termos grosseiros, que era necessário o trabalho de 95% das pessoas para produzir alimentos para a totalidade dos habitantes. Hoje a proporção inverteu-se, e nos países mais desenvolvidos, que são também os principais produtores e exportadores de produtos agro-pecuários, menos de 5% da população está empregue neste sector. Assim, uma numerosíssima mão-de-obra pôde dedicar-se ao desenvolvimento dos outros ramos económicos. Estas massas de origem rural não se limitaram a deslocar-se no interior de cada país, e nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras décadas do século XX uma enorme quantidade de camponeses abandonou as suas terras natais e atravessou o oceano para engrossar o proletariado industrial nas Américas do Norte e do Sul. O taylorismo e o fordismo foram as técnicas necessárias para fazer com que esses imigrantes aprendessem rapidamente a lidar com máquinas, e graças a esta mão-de-obra desenvolveu-se a produção industrial de massas. Quando o Congresso dos Estados Unidos aprovou em 1924 a *National Origins Quota Law*, fixando um limite máximo para o número

de imigrantes aceite anualmente, o objectivo prioritário não era a redução do fluxo migratório mas a restrição drástica da entrada de não nórdicos, recorrendo a critérios racistas para orientar a composição étnica da população norte-americana. Mais recentemente, durante a década de 1960 e a primeira metade da década seguinte, até à crise económica mundial deflagrada em 1974, os países desenvolvidos da Europa acolhiam de braços abertos quem para lá quisesse ir trabalhar e legalizavam rapidamente os imigrantes ilegais. A situação actual é, portanto, anómala na história do capitalismo, e é-o duplamente, porque enquanto a circulação de capitais beneficia de uma mobilidade total, a circulação de mão-de-obra tornou-se alvo de severas restrições e os países evoluídos cercaram-se com barreiras legislativas e policiais rigorosas. É flagrante o antagonismo entre as leis jurídicas da imigração e as leis económicas do mercado de trabalho. Os que morrem na travessia, no deserto, no Mediterrâneo, asfixiados dentro de contentores, em que contabilidade são lançados, na da pobreza a que fugiram ou da riqueza que não alcançaram?

Não bastam os muros de cimento e as barreiras legais. Pela primeira vez na história da humanidade, a aplicação extensiva da electrónica aos processos de trabalho permitiu que os meios de produção fossem simultaneamente meios de fiscalização. Quer os simples computadores quer as máquinas com componentes electrónicos registam o desempenho do trabalhador ao mesmo tempo que ele trabalha. E como as pessoas passam hoje a esmagadora maioria do lares manipulando computadores, as horas de ócio são tão monitorizadas como as horas de trabalho. A rede

estendeu-se e todos os meios e instrumentos providos de componentes electrónicos, desde as televisões até aos cartões de crédito e de débito e àqueles destinados a permitir a circulação nos transportes públicos, registram detalhadamente as utilizações e os percursos dos utentes. A generalização dos telefones portáteis permitiu ampliar mais ainda a rede de fiscalização. E como se esta colossal panóplia não fosse suficiente, as ruas e praças das cidades, além do interior dos edifícios e dos meios de transporte, do mesmo modo que as portagens [pedágios] das auto-estradas, são guarnecidos com câmaras de vídeo destinadas a filmar transeuntes e passageiros.

Entretanto, em menos de uma década estabeleceu-se uma rede mundial secreta de prisões e de lugares de tortura, com uma rigorosa divisão de trabalho entre as polícias dos diversos países, consoante as especialidades de cada uma e a hierarquia de poderes que as ordena. Esta rede funda-se num sistema de extraterritorialidade judiciária e de tribunais especiais contrário às normas jurídicas básicas da democracia. E que tudo isto pudesse ter sido feito a partir do conjunto de países onde o parlamentarismo vigora secularmente e onde a censura aos órgãos de comunicação se deve a decisões e pressões internas e não a imposições governamentais revela o grau de totalitarismo que a democracia foi capaz de atingir. Os teóricos do regime representativo nunca afirmaram que ele permitia ao povo o exercício do poder, pelo contrário, consideraram sempre que uma das suas vantagens consistia em afastar o povo de qualquer interferência directa na governação, tida como demagógica e perigosa. Mas, ao mesmo tempo, estes

teóricos indicavam a existência de mecanismos institucionais que permitiam ao povo influenciar as decisões dos seus eleitos. Hoje, já nem isto sucede. Esses mecanismos não servem para transmitir opiniões de baixo para cima, mas para ocultar aos de baixo as decisões tomadas pelos de cima. O aumento progressivo das taxas de abstenção nas últimas quatro décadas, que se verifica generalizadamente, indica a perda de legitimidade da democracia representativa.

Enfraquecidas ou liquidadas as instituições que durante muitos anos intermediaram e moderaram os conflitos sociais e embaçada a aura de liberdade que envolvia a democracia representativa, as classes dominantes confiam apenas, para se sustentar, na sofisticada rede de fiscalização electrónica e na brutalidade dos agentes da repressão. E querem convencer- nos de que engendraram tudo isto por causa de uns sujeitos encafudados lá no noroeste do Paquistão?

Escrevi há pouco que a vitória de uns tem marcados os traços da derrota dos outros, mas o inverso é igualmente verdadeiro. A forma como as classes dominantes assumiram o seu triunfo nas três últimas décadas condiciona a forma como se lutará contra elas. Nos anos de 1960 e de 1970 os elementos mais aguerridos do anticapitalismo eram operários qualificados, aptos a fazerem laborar as empresas na ausência dos patrões, e estudantes para quem a cultura não era uma palavra sem significado.

Apesar disto fomos considerados inimigos terríveis. Chamaram-nos violentos porque nos defendíamos da violência, violentos nós, os que lutávamos contra as guerras

e contra os exércitos e as polícias. Chamaram terrorismo à desesperada acção defensiva a que alguns se sentiram obrigados a recorrer. Lutámos numa época em que existiam ainda, no Ocidente, instituições mediadoras dos conflitos e em que a democracia representativa gozava de um prestígio mensurável nas taxas de participação eleitoral, e estes dois factores contribuíram para a nossa derrota. Agora, porém, as classes dominantes apresentam-se desprovidas de biombos institucionais, que são a mais eficaz das protecções. E quem vão enfrentar? Aqueles que se têm movido nos últimos anos contra o capitalismo não são operários qualificados mas trabalhadores precários, não são estudantes letrados mas analfabetos funcionais que incluem a cultura no mesmo desprezo que sentem por tudo o resto, jovens dos subúrbios - dos subúrbios das cidades e dos subúrbios do mundo - enquadrados por mais ninguém senão por eles próprios e capazes do furor destrutivo necessário para abalar as instituições em que vivem.

Será este o perfil da próxima maré de lutas sociais. A violência sem precedentes de um confronto generalizado desprovido de mediações. Terríveis, nós, os vencidos dos anos de 1970? Ouçam no YouTube as músicas que nos serviam de liturgia. Em França eram Brassens e Léo Ferré quem reverentemente escutávamos. Ouçam o canto de Nina Simone, cru pressentimento do destino da luta dos negros nos Estados Unidos, mas elevado a um plano onde o som rasgava o véu de outro horizonte. Ouçam e vejam Bob Dylan cantando *Blowin in the wind* com Joan Baez, os Freedom Singers e Peter, Paul & Mary no festival de Newport em 1963. Era um dos nossos hinos, que todos conheciam, de um

e outro lado do oceano. Chamaram violência a esta candura.  
E o quê, agora? O que anunciam as músicas que dão voz às  
revoltas urbanas de hoje?

## **[ANEXO]**

# **Gestores, Estado e capitalismo de Estado**

*Este artigo constitui a síntese de um curso dado no Mestrado da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, nos dias 5 a 9 de novembro de 1984. As numerosas discussões que aí tiveram lugar permitiram-me corrigir ou desenvolver nalguns pontos o plano inicial. A todos os que participaram no curso dedico este artigo. Ensaio, nº 14 [Julho 1985].*

O meu objectivo é aqui o de contribuir para a compreensão da dinâmica social da classe dos gestores e, por aí, da dinâmica das lutas operárias. Pretendo para isso mostrar qual a relação entre os gestores e o Estado e as formas estaduais da economia. É impossível fazê-lo sem remodelarmos e ampliarmos a nossa concepção do aparelho de Estado. Pretendo mostrar também como estes processos se inserem no próprio capitalismo e se desenvolvem segundo as suas leis. A problemática da classe dos gestores e do capitalismo de Estado não ultrapassa o modo de produção capitalista e constitui, pelo contrário, a sua problemática central, permitindo-nos romper com as concepções tradicionais assentes no mito do mercado livre-concorrencial e pensar em formas novas a dinâmica do capitalismo desde a sua gênese. Assim, por gestores refiro-me exclusivamente a uma classe social exploradora no interior de uma estrutura específica de exploração: a

extorsão de mais-valia. Não partilho, nem as teses que concebem os gestores (ou burocracia, ou tecnocracia, ou tecnoburocracia...) como uma classe pós-capitalista, nem as análises formais da burocracia enquanto agente do funcionamento de instituições consideradas supra-historicamente. A minha análise parte, por isso, do próprio fulcro da estrutura do capitalismo.

## **I — Bases de Existência da Classe dos Gestores**

A relação central no capitalismo, da qual devemos sempre partir, é a mais-valia. Lembremos a sua fórmula usual:

tempo de trabalho incorporado na força de trabalho <  
tempo de trabalho que a força de trabalho é capaz de  
incorporar no produto.

Embora recorde este modelo da mais-valia apenas como ponto de partida da problemática que aqui me ocupa, não quero prosseguir sem fazer, mesmo que sinteticamente, três observações:

Em primeiro lugar, a desigualdade que esse modelo pressupõe é estrutural, pois o critério de avaliação — o tempo de trabalho incorporado — é o mesmo em ambos os seus termos. Tanto o uso pelo capitalista da força de trabalho proletária, como o produto resultante da laboração dessa força de trabalho são pagos ao seu valor, isto é, consoante o tempo de trabalho incorporado. Ao formular assim a questão Marx rompia com o socialismo reformista seu contemporâneo. A exploração, no modelo da mais-valia, não

é “um roubo” suscetível de correção, mas um defasamento que pode apenas ser superado mediante o derrube de todo o sistema.

Em segundo lugar, afirma-se no modelo da mais-valia a importância central do valor de uso da força de trabalho, ou seja, do tempo de trabalho que é capaz de incorporar no produto. Ao atribuir este lugar central ao trabalho materialmente considerado — por conseguinte, ao trabalho social — Marx rompe com o jovem Marx e com a tradição mais direta da filosofia romântica alemã. A ação do eu era, para a filosofia alemã de Kant a Hegel, uma ação meramente espiritual; mediante a categoria do trabalho social Marx converte a fenomenologia em práxis. Do mesmo modo o que fora a categoria da alienação no jovem Marx transforma-se em exploração. A teoria da práxis é a teoria da exploração.

Em terceiro lugar, o modelo da mais-valia é um modelo aberto. Vejamos novamente o seu segundo termo: “...que a força de trabalho é capaz de incorporar...”. Tal capacidade não pressupõe um quantitativo exato; trata-se da capacidade de incorporar mais, ou menos, tempo de trabalho. Esse tempo de trabalho é variável e depende, antes de mais, da resistência e da luta por parte da força de trabalho. Desde as formas mais elementares de resistência, de âmbito meramente individual e a nível inconsciente, que levam a tantas das chamadas doenças mentais, passando pelas atitudes individuais de desinteresse, alcoolismo e consumo de estupefacientes, absentismo, insubordinação e sabotagem, até às greves e outras transformações sociais operadas com o maior coletivismo — todas essas formas de

luta estão pressupostas no modelo da mais-valia. Contrariamente à economia acadêmica, para quem a revolução é sempre um objeto não-econômico, ou mesmo antieconômico, para o marxismo — na perspectiva em que aqui o considero a luta do proletariado é um elemento determinante no mecanismo econômico.

É a partir das lutas operárias que o problema da produtividade deve ser abordado. Qualquer luta em que a classe proletária enfrente diretamente o capital tem sempre dois aspectos: por um lado, os trabalhadores rompem com a disciplina da fábrica e passam a organizar-se consoante sistemas de relações novos, decorrentes do caráter coletivista e igualitário que assumem na luta, constituindo em gérmen relações sociais comunistas. Por outro lado, porém, essas formas de luta têm como objectivo prático imediato a apresentação de certas reivindicações. É a estas que os capitalistas podem responder, adiando, travando ou até recuperando tais surtos de luta. Esta resposta econômica do capitalismo ao aspecto reivindicativo das lutas sociais do operariado desencadeia os ciclos da mais-valia relativa, mediante os mecanismos do aumento da produtividade e da intensidade do trabalho, que daqui em diante referirei integradamente sob a denominação comum da produtividade.

Tanto as reivindicações proletárias coletivas como a indisciplina do operário individual têm como expressão prática a redução do tempo de trabalho no segundo termo do modelo da mais-valia. A resposta dos capitalistas consiste em reduzir o tempo de trabalho no primeiro termo dessa

relação, aumentando a produtividade com que se fabricam os bens consumidos pela classe operária. Esta última redução é possível porque aos proletários interessa de imediato apenas aumentar o input material da sua força de trabalho, enquanto que aos capitalistas importa que esse aumento não implique um acréscimo, mas uma redução, do valor incorporado na força de trabalho. É este desenvolvimento da produtividade, como resposta imediata dos capitalistas às reivindicações operárias, que anima o que posso denominar *ciclos curtos* da mais-valia relativa.

Com efeito, a mais-valia relativa obedece a um desenvolvimento cíclico. Cada ciclo encerra-se quando as inovações introduzidas nos processos produtivos se convertem na norma geral e a mais-valia relativa absolutiza-se então, tornando-se necessário inaugurar um novo ciclo. E assim sucessivamente. Estes ciclos pontuam a dinâmica do capitalismo e são determinados pelas lutas sociais.

O processo da mais-valia relativa é insuscetível de ser realizado numa única empresa ou num ramo de produção isolado. Diminuir o valor dos bens de subsistência incorporados na força de trabalho proletária implica também a redução do valor da maquinaria com que se produzem esses bens, da maquinaria com que se fabrica essa maquinaria e assim por diante, além de exigir ainda remodelações tecnológicas gerais a toda a economia. Estes efeitos em cadeia fazem com que o processo da mais-valia relativa só possa funcionar mediante a inter-relação das unidades econômicas; e o funcionamento desse processo desenvolve sempre tal inter-relação.

Assim, do mecanismo social da exploração enquanto centro do capitalismo procurei deduzir o caráter simultaneamente concorrencial e integrado das unidades econômicas. Contrariamente ao que pretendem as teses que apresentam do mercado capitalista tradicional a visão mítica da “livre concorrência”, a concorrência e a integração não são antagônicas. A inter-relação das unidades econômicas caracteriza o capitalismo desde início, em todas as fases da sua existência, e o desenvolvimento do capitalismo é o desenvolvimento dessa inter-relação. Mesmo nas formulações mais abstratas e simplificadas o capitalismo tem de se entender sempre como articulando uma pluralidade de unidades econômicas reciprocamente relacionadas. Denomino a base desse interrelacionamento das unidades econômicas ao nível dos próprios processos de laboração: Condições Gerais de Produção (CGP).

Antes de proceder à análise das CGP convém deixar claras duas questões: Em primeiro lugar, ao referir as CGP não entendo “produção” num sentido técnico, mas social. A produção é uma relação social complexa e contraditória, e a tecnologia é a sua materialização. As CGP não se limitam ao que geralmente se considera ser as infra-estruturas e constituem toda a base do funcionamento das unidades econômicas em relações recíprocas.

Em segundo lugar, cada CGP também depende de outras CGP. Daí que os estabelecimentos que constituem CGP possam apresentar um duplo aspecto: enquanto base do inter-relacionamento das unidades econômicas comportam-se como CGP; enquanto empresas que decorrem de outras

CGP comportam-se como unidades econômicas particularizadas, a que chamo Unidades de Produção Última (UPU). Assim, as UPU e as CGP distinguem-se porque o comportamento que caracteriza as primeiras é exclusivamente de UPU e o das segundas é simultaneamente de UPU e de CGP.

Defino os seguintes tipos de CGP:

1) Condições gerais de existência e de reprodução física do proletariado, Antes de mais incluem-se aqui as infra-estruturas sanitárias, os hospitais e as outras atividades que com estas convergem. A amplitude que se definir para este tipo de CGP varia consoante se considerar a formação do operariado como um processo exterior ou interior ao sistema de produção capitalista<sup>1</sup>. Neste último caso terão de incluir-se aqui as condições de existência da família proletária e de outras instituições, como infantários.

2) Condições gerais da realização social da exploração. A mais ampla de todas estas condições é o urbanismo. Aqui se incluem também as instituições escolares que asseguram a preparação e a reciclagem da força de trabalho, E sempre que este conjunto de instituições se mostra falível é complementado pelas forças repressivas especializadas e por outras formas menos sistemáticas de policiamento.

3) Condições gerais de existência física das empresas. É nesta rubrica que se insere a maior parte do que geralmente

---

1. Para uma análise desta questão remeto para o meu artigo "O Proletariado como Produtor e como Produto", aceite para publicação na Revista de Economia Política.

se considera ser as infra-estruturas, nomeadamente as redes de produção e de distribuição da energia e as redes de transporte.

4) Condições gerais do prosseguimento do processo de trabalho. No capitalismo contemporâneo a veiculação, centralização e armazenamento de informações assumem nesta rubrica o lugar de maior relevo, por isso a informática é a principal das CGP deste tipo. E dentro do conjunto de informações conseguido por cada unidade económica assumem importância decisiva as que se relacionam com os processos tecnológicos de ponta, por isso as universidades, laboratórios e outros centros de pesquisa ocupam hoje neste tipo de CGP um lugar importante.

5) Condições gerais de existência física de um mercado para os produtos. Para todos aqueles produtos cujo consumo não é direto, e sim mediatizado por instalações, torna-se necessário construí-las e mantê-las.

6) Condições gerais da existência social de um mercado para os produtos. A mais importante destas condições é constituída pelos organismos de redistribuição dos rendimentos, que funcionam de modo a aumentar a capacidade aquisitiva de camadas sociais com maior propensão marginal ao consumo, ou ao consumo de certo tipo de bens. Complementarmente temos de considerar a publicidade, incluindo o condicionamento da instrução no sentido de promover o consumo, ou o consumo de certo tipo de bens.

Tratando-se de uma divisão de funções, e não de unidades fisicamente consideradas, sucede que um mesmo tipo de estabelecimentos pode destinar-se a várias destas funções. Assim, por exemplo, as mesmas instituições escolares podem servir simultaneamente as rubricas 2 e 4, na medida em que em certas camadas etárias é por vezes conjunta a instrução escolar dos futuros proletários e a dos futuros capitalistas. Outro exemplo é o das estradas, que servem tanto a rubrica 3 como a 5. Pode acontecer também que um estabelecimento funcione como UPU e ao mesmo tempo se insira numa CGP. A análise das CGP refere-se em todos os casos às funções econômicas, e não a estabelecimentos materiais nem a unidades de propriedade.

Mas como freqüentemente cada um dos tipos de CGP é servido por estabelecimentos distintos tem as maiores repercussões, numa perspectiva de desenvolvimento do capitalismo, que os investimentos sejam canalizados para uma ou para outra rubrica, assim como tem também uma importância decisiva a repartição dos investimentos entre o conjunto das UPU e o conjunto das CGP. A tipologia das CGP que atrás propus é meramente descritiva. Se pretendesse analisar a reprodução alargada do capitalismo tornava-se necessário hierarquizar as CGP de maneira a definir quais, em cada estágio e regime, ocupam o lugar central, delas passando a depender as restantes. Da existência ou não de um sistema adequado de CGP resultam para as unidades econômicas enormes economias ou deseconomias externas. Sendo a base do inter-relacionamento das unidades econômicas, as CGP asseguram que o desenvolvimento geral da produtividade e os ciclos da mais-valia relativa se

processem plenamente. Um bloqueamento daquelas CGP que num dado sistema aparecem como centrais, devido à orientação dos investimentos para outros tipos de CGP e/ou para as UPU, resulta em fortes deseconomias externas para a generalidade das unidades econômicas e, assim, numa estagnação geral da produtividade, precipitando uma crise<sup>2</sup>.

Tanto numa descrição formal como numa hierarquização estrutural o aspecto decisivo das CGP é o de constituírem a base do inter-relacionamento das unidades econômicas, sendo a condição tecnológica para o funcionamento integrado do sistema.

## **II — Existência e Desenvolvimento da Classe dos Gestores**

A inter-relação das unidades econômicas concorrenciais, que caracteriza o capitalismo, é o elemento decisivo para a definição da classe dos gestores. Defino a burguesia em função do funcionamento de uma unidade econômica enquanto unidade em isolamento. Defino os gestores em função do funcionamento de uma unidade econômica enquanto unidade em relação com o processo econômico global. Essa relação ocorre tanto ao nível da organização material dos processos produtivos: como ao nível da organização do mercado de trabalho — de que se encarregam os gestores que dirigem os sindicatos burocratizados; como ao nível da organização do mercado dos produtos. Tanto os gestores como a burguesia são

---

2. Consoante um modelo deste tipo analisei o desencadear da crise de 1974 nos países mais industrializados da esfera norte-americana, em *O Inimigo Oculto. Ensaio sobre a Luta de Classes. Manifesto Anti-Ecológico* (Porto: Afrontamento, 1979), p. 123-130.

classes capitalistas, isto é, que se opõem ao proletariado numa relação de exploração da mais-valia.

Dos diferentes campos de existência de cada uma das classes capitalistas resultam formas de propriedade distintas. Decorrendo das unidades econômicas em isolamento, a forma burguesa de propriedade é a propriedade privada. Isto significa que os títulos da burguesia à distribuição da mais-valia são de antemão particularizados por cada burguês. Os gestores, existindo em função das unidades econômicas em inter-relação, sustentam uma forma de propriedade coletiva à globalidade da classe. Isto significa que os títulos dos gestores à distribuição da mais-valia passam em cada momento pela relação de cada um com os aparelhos de poder.

Note-se que me refiro aqui a uma divisão social, e não individual. Um mesmo indivíduo pode ocupar os dois tipos de funções, repartindo-se então pelas classes burguesa e gestorial. Os indivíduos não constituem as unidades dos grupos sociais; as unidades dos grupos sociais são funções sociais específicas.

Pelo seu caráter mais particularizado as UPU foram o campo privilegiado de existência da burguesia; e eram-no tanto mais quanto a sua particularização foi mais acentuada nos estádios iniciais do capitalismo. Mas nenhuma unidade econômica pode existir independentemente das CGP, por isso as UPU relacionaram-se sempre com as CGP. Neste sentido as UPU são também um campo de existência dos gestores. E se as CGP são um campo privilegiado de

existência dos gestores, elas, enquanto unidades econômicas decorrentes de outras CGP, podem laborar com um certo grau de particularização, embora sempre menor do que o que caracteriza as UPU propriamente ditas. Por isso nas CGP pode desenvolver-se subordinadamente a classe burguesa.

Vejamos de que modo a evolução histórica reforça alguns destes campos sociais e limita a ação de outros. A reprodução do capitalismo tem-se caracterizado pela integração crescente dos processos econômicos. Tem havido recuos nesta tendência, mas sempre episódicos. Trata-se de uma lei de desenvolvimento decorrente dos próprios mecanismos estruturais básicos: a recuperação capitalista das reivindicações formuladas nas lutas operárias, mediante a inauguração de novos ciclos de mais-valia relativa, o que pressupõe o inter-relacionamento crescente das unidades econômicas, exigido pelo aumento da produtividade em qualquer delas. Assim, num estágio anterior do capitalismo cada unidade econômica laborava, relativamente à economia global, em condições de maior isolamento do que viria a suceder no estágio posterior. A sucessão dos estádios de inter-relação das unidades econômicas tem tido os seguintes efeitos, que cada estágio acentua relativamente ao precedente:

- reforço da integração das UPU nos mecanismos econômicos globais, tornando-se os gestores nas UPU cada vez mais importantes relativamente à burguesia;

— redução do grau de particularização do funcionamento das CGP, com o conseqüente estiolamento da burguesia nesse campo.

Os efeitos convergentes desta dupla tendência levam a burguesia a ser:

— ou circunscrita no interior do processo econômico a uma posição inteiramente subordinada (proprietários de pequenas empresas, para as quais as empresas controladas pelos gestores funcionam como monopólio e/ou monopsônio);

— ou marginalizada do processo econômico (conversão em meros rentistas, o que corresponde à sua extinção a prazo de maneira relativamente indolor);

— ou extinta fisicamente (liquidada como classe num curto prazo);

— ou qualquer combinação das alternativas anteriores, desde que a terceira não se realize integralmente.

De tudo isto decorrem duas conclusões gerais:

Em primeiro lugar, os gestores são a classe capitalista que está, desde o início do modo de produção, em expansão permanente, em detrimento da classe burguesa, que se encontra em declínio.

Em segundo lugar, os campos de origem da classe gestorial assinalam-se pela sua diversidade: os gestores desenvolvem-se tanto a partir das UPU como das CGP e, em cada um destes grandes grupos de unidades econômicas, a partir de aspectos variados da sua articulação recíproca.

Para a compreensão desta diversidade dos campos de origem dos gestores é necessário ainda ter em conta que a divisão investimentos estaduais/investimentos particulares não se sobrepõe à divisão CGP/UPU. As CGP têm sido um campo privilegiado dos investimentos de Estado tradicionais, mas os capitalistas particulares, quando existem, têm-se também encarregado de investimentos nesse setor. Em tais casos, ou se trata de formas de participação conjunta do capital estadual e do particular, ou sucede que empresas inteiramente particulares assumem, exclusiva ou complementarmente, funções de CGP. Pode suceder então que o aparelho de Estado tradicional confira aos capitalistas particulares que se encarregam de CGP alguns dos seus poderes de soberania, nomeadamente o direito de aquisição de terrenos necessários às instalações. Reciprocamente, têm sido numerosos também os casos de UPU detidas pelo Estado tradicional.

Sendo a parcelização das unidades econômicas tanto maior quanto mais reduzida era a sua integração no processo económico global, a dispersão dos campos de existência dos gestores era particularmente acentuada nos estádios iniciais do capitalismo. Os gestores existem como classe desde a gênese do capitalismo, afirmando a sua distinção relativamente à burguesia enquanto exploradores e

apropriadores de mais-valia; mas nos estádios iniciais do capitalismo não se comportavam como uma classe unificada. Isto tornava então tanto mais fácil a ambigüidade da relação entre gestores e proletariado, em oposição à burguesia. Só a integração crescente das unidades econômicas, unificando os campos de existência dos gestores, lhes permitiu passarem a comportar-se como uma classe unificada e, ao mesmo tempo, leva-os progressivamente a romper a anterior ambigüidade e a afirmarem-se cada vez mais como uma classe globalmente em luta contra a classe proletária. A data charneira nesta transformação é talvez 1914-1918. A partir do momento em que a classe gestorial se unifica, a diversidade dos seus campos de origem passa a ser um decisivo elemento de reforço social, ampliando ao máximo a sua área de poder.

Assim, a divisão gestores/burguesia nem se sobrepõe à divisão CGP/UPU, nem à divisão investimentos estaduais tradicionais/investimentos particulares. Estes três pares de divisões articulam-se em relações complexas, o que assegura aos gestores uma elevada diversidade econômica (existindo a partir de cada um dos grandes grupos de unidades econômicas) e política (existindo tanto a partir de dentro como do exterior do aparelho de Estado tradicional). Sendo a classe capitalista que beneficia de uma mais forte expansão e expandindo-se a partir de uma multiplicidade de campos de origem, os gestores firmam assim duplamente o seu poder.

É a partir desta diversidade dos campos de origem da classe gestorial que me proponho abordar a questão do Estado.

### III — Complexidade das Formas de Estado

Habituaamo-nos geralmente a considerar apenas a existência de uma forma de Estado, a que chamo aqui Estado Restrito (Estado R). São os três poderes classicamente definidos: legislativo, executivo, judicial.

O Estado R foi a instituição necessária à articulação das unidades econômicas nas épocas em que era considerável o seu grau de particularização e de isolamento recíproco. Assim, quanto mais fragmentado fosse o funcionamento das unidades econômicas, tanto mais importantes eram as atribuições do Estado R. Nota-se que esta é uma concepção contrária às teses correntes, que afirmam que a intervenção das formas tradicionais de Estado na economia capitalista se torna cada vez mais notória à medida que o capitalismo se vai desenvolvendo historicamente.

As funções do Estado R consistem na coordenação das várias unidades econômicas num processo integrado. Se define o campo de existência dos gestores como resultante do funcionamento das unidades econômicas enquanto unidades em relação com o processo económico global, então o Estado R, contribuindo para a coordenação das unidades particularizadas, é um dos campos de existência da classe gestorial. O Estado R pode estar *subordinado* aos interesses sociais da burguesia, se esta for a classe hegemônica na globalidade do capitalismo, mas as suas funções são *executadas* por gestores.

Mas se definirmos *Estado* como o aparelho de poder das classes dominantes, este está muito longe de se reduzir ao Estado R. A extorsão da mais-valia apóia-se desde a própria gênese do capitalismo num outro aparelho de poder, a que chamo Estado Amplo (Estado A), e que é tão lato quanto o são as próprias classes dominantes. No interior da empresa o capitalista é legislador. É este um quarto poder, que os teóricos dos três poderes clássicos se esquecem sistematicamente de considerar. É o poder de organizar a força de trabalho, de regulamentar a produção, de impor a disciplina de fábrica. O Estado A é constituído, em suma, pelos mecanismos que asseguram às classes dominantes, no interior das unidades económicas, a extorsão de mais-valia.

Assim, as classes sociais que se ocupam do funcionamento do Estado A são precisamente aquelas que têm o seu campo de existência em cada unidade económica, quer seja uma UPU ou uma CGP. Enquanto que as operações do Estado R estão sempre a cargo de gestores, as do Estado A podem estar a cargo de gestores e de burgueses. Porém, com a crescente integração económica e a unificação da classe gestorial torna-se cada vez maior o papel dos gestores no Estado A.

A luta da classe operária contra a exploração é sinónimo da sua luta contra o Estado A e é, pois, no espaço desses conflitos sociais que o Estado A vigora. Os parâmetros da organização do Estado A definem-se pelos limites da mais-valia absoluta e da mais-valia relativa; a história da sua organização é a história dos ciclos sucessivos de mais-valia relativa; e a diferença entre os sistemas de organização do

Estado A nas várias épocas e regiões é a diferença entre os sistemas de extorsão da mais-valia. Na luta da classe proletária contra a exploração, ou seja, contra os mecanismos do Estado A, podem definir-se sempre — desde que se trate de uma luta direta — dois aspectos:

— Por um lado os operários, se enfrentam diretamente o capital, têm por isso mesmo de romper com a disciplina de fábrica, isto é, com as formas de organização do Estado A, e produzem as suas próprias instituições, consoante o caráter coletivista e igualitário com que se inter-relacionam na luta. Quando os conflitos sociais se amplificam e aprofundam essas instituições de luta tendem a expandir-se e a reorganizar toda a sociedade segundo os seus princípios coletivistas e igualitários. É a partir de então que são concebidas novas relações no âmbito dos locais de habitação e no interior das unidades familiares. No aprofundamento dos conflitos sociais o avanço dos operários é sinónimo de um recuo patronal, sendo por isso os trabalhadores levados a assegurar nas empresas em luta a continuidade da atividade económica. Esse é o passo decisivo nos processos revolucionários, em que se inicia a reestruturação do próprio sistema produtivo consoante as relações coletivistas e igualitárias incorporadas nas instituições de luta. Até agora, porém, essas novas relações sociais não conseguiram assimilar aos seus princípios de organização os processos de trabalho e transformar assim as forças produtivas — única forma por que poderão converter-se de relações sociais novas em novo modo de produção. Esta transformação tem sido travada logo nas suas fases iniciais pelo mercado capitalista, hoje nomeadamente pelo

mercado mundial, que tem imposto ao funcionamento econômico das instituições saídas das lutas operárias os critérios decorrentes da produtividade capitalista. A produção é sempre produção para uma dada estrutura social: ou os critérios gerais reinantes decorrem das relações estabelecidas na luta e, então, a produção pode prosseguir segundo formas sociais novas, em ruptura com a disciplina capitalista de fábrica, e remodelar a tecnologia; ou continuam a vigorar na generalidade da sociedade os critérios capitalistas, que obrigam toda a produção a sujeitar-se a esse tipo de disciplina e mantêm a orientação tecnológica em vigor. Só o desenvolvimento da classe proletária num organismo coeso à escala mundial permitirá defrontar o capitalismo neste passo crucial do processo revolucionário. Até agora, mantendo o predomínio no mercado mundial o capital tem imposto às instituições saídas da luta operária um funcionamento econômico sujeito aos critérios da produtividade capitalista, impedindo-as assim de romper duravelmente ao nível da produção com a disciplina capitalista da fábrica. Aquelas instituições, que nasceram precisamente da ruptura dos operários em luta com a disciplina de fábrica, só na continuação desse processo podem manter a sua razão de ser. Quando são na prática incapazes de consolidar a ruptura degeneram e tornam-se novos executantes do sistema capitalista. É este o mecanismo da degenerescência das instituições saídas da luta operária, que assume a forma de uma recuperação, de uma integração dessas instituições pelo aparelho do Estado A. Uma mais exata compreensão deste mecanismo de recuperação exige que se tome em conta um segundo aspecto das lutas proletárias :

— É que, por outro lado, qualquer luta dos trabalhadores tem sempre como objectivo, pelo menos como objectivo imediato, a apresentação de reivindicações. Enquanto essas reivindicações incidem sobre o segundo termo da fórmula da mais-valia os capitalistas podem responder-lhes atuando sobre o primeiro termo, mediante o aumento da produtividade e o processo geral da mais-valia relativa. A partir do momento em que se encontra travado o processo de reorganização da sociedade pelas instituições coletivistas e igualitárias saídas da luta operária as suas virtualidades revolucionárias esgotam-se, o seu carácter social transforma-se e elas tornam-se então um elemento da reorganização do capital, sendo os agentes ativos do desenvolvimento da produtividade e da inauguração de um novo ciclo de mais-valia relativa. Desencadeiam-se assim os ciclos longos da mais-valia relativa.

A dialética entre a revolução e a recuperação das lutas é a dialética entre a *forma* das relações sociais assumidas pelos operários na luta e a *formulação explícita* das reivindicações avançadas. Neste modelo que aqui apresento, e contrariamente a tantas opiniões correntes, o aspecto revolucionário central numa luta é a *forma social* que esta assume, e não o seu *conteúdo* ideológico. Muda assim de sentido a problemática da “introdução da consciência” no movimento operário, do “intelectual orgânico” etc., que é apenas a problemática da ambigüidade com que a classe gestorial, ou alguns dos seus setores, se relacionaram com o movimento operário.

Depois de cada surto de lutas operárias ocorre um surto de integração de novas instituições no Estado A. Os proletários oscilam entre a sua organização enquanto produtores de mais-valia (disciplina de fábrica) e a sua organização enquanto revoltados diretos contra a exploração da mais-valia (instituições coletivistas e igualitárias). As formas de organização assumidas pelo proletariado nesses movimentos de luta têm como ponto de partida o modo como se organiza enquanto produtor de mais-valia; e as formas de organização da classe operária enquanto produtor de mais-valia decorrem, pelo menos em parte, da recuperação pelo capitalismo de instituições inicialmente surgidas nos processos de luta. Por exemplo: num dado estágio orgânico da classe operária as suas instituições de luta eram altamente hierarquizadas, sob a forma de sindicatos e partidos. Do fracasso desses processos de luta resultou a integração de tais instituições no capitalismo, sob a forma dos sindicatos burocratizados e dos partidos de tipo leninista, que constituem um dos fundamentos da reorganização taylorista dos sistemas de trabalho. No atual estágio orgânico da classe operária as lutas mais inovadoras têm ocorrido autonomamente, procurando-se um elevado grau de participação por parte de todos os operários, de forma que o processo resulte de uma ação e decisão coletivas; o capitalismo procura recuperar essas instituições sob a forma dos Círculos de Controle da Qualidade. Cada uma das grandes etapas deste processo de recuperação corresponde a uma reestruturação do Estado A e à inauguração de um ciclo longo de mais-valia relativa; cada grande fase de derrota de dadas formas de luta operária articula-se com a integração no capitalismo das instituições

originadas nessa luta. A expressão ideológica da abertura de cada novo ciclo consiste no aparecimento de novas teorias de gestão do trabalho, que são as teorias de organização do Estado A, assim como as teorias políticas são as teorias de organização do Estado R.

Os parâmetros da organização do Estado R definem-se pelos casos limite da acumulação do capital sob forma centralizada (ditadura interna às classes dominantes) ou dispersa (democracia interna às classes dominantes). Enquanto que o Estado A se define na relação entre as classes exploradoras e explorada, o Estado R define-se em função de problemas internos das classes exploradoras. A organização do Estado R depende, em suma, do processo histórico de constituição das classes capitalistas.

No processo econômico global o Estado A e o Estado R inter-relacionam-se. A relação entre ambos é um dos aspectos da relação entre a extorsão da mais-valia e a sua distribuição. Antes de procurar enunciar as grandes etapas atravessadas pela relação entre os dois tipos de Estado convém deixar claro que não há qualquer conjugação preferencial de dadas formas de organização de um com dadas formas do outro. Assim, o Estado R pode ser democrático sendo o Estado A altamente repressivo, o que implica um modelo de acumulação dispersa do capital, assente numa exploração baseada fundamentalmente na mais-valia absoluta; temos um exemplo desta conjugação na monarquia censitária francesa. Inversamente, pode o Estado R ser ditatorial e o Estado A aparecer relativamente mais permissivo, consoante um modelo em que a acumulação do

capital é centralizada e a exploração se processa em termos de mais-valia relativa; um exemplo é o capitalismo de Estado húngaro desde as reformas de 1968-1969. Ou pode o Estado R ser democrático e o Estado A ser também relativamente menos repressivo, implicando uma acumulação dispersa do capital e um desenvolvimento da mais-valia relativa; os regimes keynesianos, sobretudo antes da crise de 1974, são disso um exemplo. Pode ainda o Estado R ser ditatorial e o Estado A ser altamente repressivo, consoante um sistema de acumulação centralizada do capital e de exploração fundamentalmente assente na mais-valia absoluta; um exemplo deste modelo é o capitalismo de Estado na URSS durante os dois primeiros planos quinquenais. As nuances são incontáveis, como o são as variações possíveis de cada fator e as articulações entre eles.

Mas se em todas as épocas históricas do capitalismo há uma multiplicidade de formas de organização de cada um destes dois tipos de Estado possíveis de combinarem-se entre si, quanto às relações entre ambos globalmente considerados existe porém uma clara linha de evolução. As grandes etapas da inter-relação do Estado A e do Estado R são as seguintes:

- 1.) Século XIX: era a época em que as unidades económicas funcionavam com um elevado grau de particularização, fragmentando-se o aparelho do Estado A, o que implicava a grande importância das funções do Estado R enquanto agente da coordenação do processo económico global. Era a época também em que os campos de existência da classe gestorial não se encontravam unificados, donde

resultava para o Estado R a definição de limites muito claros. E, porque era essencial para o seu funcionamento preservar tal demarcação, os aparelhos do Estado R reservavam-se estritamente às classes dominantes, que detinham o monopólio do sufrágio e da elegibilidade. É a fase dos regimes censitários, dos *rotten boroughs* etc. Ao longo da segunda metade do século XIX, em alturas diferentes consoante os países, começa a passar-se à etapa seguinte:

2.) Finais do século XIX — princípios do século XX: à medida que, com o desenvolvimento das lutas sociais, se aceleram os ciclos da mais-valia relativa e, conseqüentemente, se concentra o capital e progride a integração das unidades econômicas, tendem também a unificar-se os campos de existência dos gestores. Este duplo processo restringe a esfera de ação do Estado R e atenua a clareza dos seus limites, começando o Estado A a assumir certas funções de coordenação econômica. É esta a época em que o sufrágio universal e as formas plebiscitárias de poder se difundem relativamente ao Estado R, onde simultaneamente se desenvolvem organismos e administrações com direções praticamente cooptadas, cada vez mais imunes às orientações provenientes da parte eleita do Estado R: os aspectos empresariais decorrentes do Estado R começam a ser assumidos por estes organismos cooptados. A administração pública deixa então de ser o mero auxiliar burocrático do poder legislativo e do executivo e adquire crescente autonomia. Esta passagem do Estado R de censitário a plebiscitário, ao mesmo tempo que instituições de grande importância se autonomizam do voto popular e que passam para o âmbito do Estado A alguns poderes antes detidos pelo Estado R, constitui um processo idên-

tico ao da transformação das sociedades com meia-dúzia de sócios em sociedades por ações abertas ao público em geral e em que nenhum dos acionistas detém qualquer poder. A guerra de 1914-1918 originou em vários países uma brusca aceleração deste processo e, dentre eles, foi a Rússia que mais radicalmente criou as condições institucionais para a passagem à etapa seguinte; mas depois é essa terceira etapa que se vai tornando a regra em todos os países:

3.) Século XX, da década de vinte em diante: A inter-relação das unidades econômicas torna-se tão estreita que o Estado R deixa de ter qualquer importância econômica própria e a coordenação do processo global passa a ser prosseguida diretamente ao nível das direções das grandes empresas. Simultaneamente a unificação dos campos de existência da classe dos gestores retira ao Estado R toda a precisão nos seus limites sociais e fundem-se os gestores do Estado R com os das CGP e das UPU, E quanto mais amplo se torna o sufrágio, mais as administrações cooptadas se autonomizam e se destacam do restante aparelho do Estado R, articulando-se com o Estado A e sendo no fim por ele assimiladas. O esvaziamento de poderes do Estado R resulta, pois, de uma dupla operação: a limitação da sua capacidade de ação e a cisão das suas instituições. O processo econômico global passa a ser direta e hegemonicamente coordenado pelo Estado A, onde reside daqui em diante o aparelho decisivo de poder, entendido como a articulação dos seguintes ramos da classe gestorial: gestores das grandes empresas; gestores da força de trabalho, nomeadamente os gestores dos maiores sindicatos burocratizados; e gestores das grandes administrações cooptadas. É este o sistema de poder que corresponde

à completa hegemonia da classe dos gestores no capitalismo. Denomino *neocorporativismo* esta assunção do poder decisivo pelo Estado A: *corporativismo* porque assenta na conjugação do “capital” (as direções das grandes empresas), do “trabalho” (as direções sindicais burocratizadas), do “poder público” (as administrações cooptadas); *neo* para o distinguir do corporativismo clássico, que se apresentava como processando-se a partir do Estado R, enquanto que este ocorre no âmbito do Estado A. Enquanto o Estado A assume assim o poder decisivo, os organismos eleitos do Estado R convertem-se numa mera encenação, uma máscara que oculta o vazio de poder. Mas essa máscara persiste como realidade jurídica, por isso o Estado A, apesar de ser a sede única do poder, não é formalmente reconhecido como tal. Daí que o defina como: *neocorporativismo informal*.

Aquelas vastas regiões do globo que só nesta época encetaram um processo autónomo de desenvolvimento capitalista inseriram-se desde logo nesta etapa; cada país integra-se no capitalismo no estágio geral em que este se encontra, sem reproduzir a linha de evolução histórica dos restantes países. A hegemonia do Estado A, num sistema de neocorporativismo informal, caracteriza assim o capitalismo na generalidade dos países atuais, embora em sistemas distintos consoante os grandes grupos económicos:

— Nos países-membros da OCDE a hegemonia do Estado A não levou à completa assimilação dos aparelhos do Estado R, que subsistem apesar de reduzidos à insignificância.

— Nos países-membros do Comecon o centro do poder de Estado, que começou por afirmar-se plenamente no Estado R, moveu-se depois em direção ao Estado A; na seqüência desse processo foi um percurso em sentido inverso que se inaugurou e o Estado A acabou por assimilar tão plenamente o Estado R que ambos são hoje indistinguíveis quanto ao exercício do poder, prevalecendo absolutamente o Estado A quanto aos critérios e às formas desse poder e subsistindo o Estado R apenas como face publicitária destes regimes.

— Nos países ditos do “terceiro mundo” o atraso na constituição do proletariado local confere uma importância crucial às importações de capital e exige um forte grau de centralização na acumulação do capital. O Estado R pode por isso parecer mais forte nestes países. O que se passa aqui, porém, é a generalização da independência das instituições econômicas e administrativas nascidas no interior do Estado R, que se destacam desse tipo de Estado, deixando-o cada vez mais vazio de poderes, e articulam-se com os aparelhos do Estado A. No Estado A, devido à importância social das importações de capital neste grupo de países, salientam-se as empresas transnacionais; e na medida em que constituem um pólo de atração de capitais locais, desempenham também um papel de relevo na centralização da acumulação do capital. A hegemonia do Estado A assume assim a forma, neste grupo de países, de uma articulação entre as instituições cooptadas saídas do Estado R, as grandes empresas, nomeadamente as transnacionais, e — em vários casos — também os grandes sindicatos burocratizados. Neste processo as forças armadas desempenham um importante papel: em primeiro lugar a sua direção

autonomiza-se do Estado R; depois, assim como um número crescente de gestores de origem civil participa nas administrações militares ou recebe formação em instituições militares, também um número crescente de militares desempenha papéis de direção em unidades econômicas civis. Ao mesmo tempo que cresce a importância do militarismo nos aparelhos de poder neste grupo de países, as forças armadas tornam-se o principal elo de ligação entre as administrações saídas do Estado R e as grandes empresas. Aqui o Estado R como que mergulha no Estado A, deixando visível apenas a sua face plebiscitária.

Nesta terceira etapa as lutas operárias reorientam-se progressivamente. Quanto mais vazio de poderes o Estado R se apresenta, mais alheio fica aos movimentos sociais do proletariado. É a partir de então que os partidos leninistas radicais perdem qualquer base de apoio significativa entre o operariado e, do mesmo modo, entra em crise o populismo. Um como outro eram formas de mobilização do proletariado por camadas de gestores com o fim de reorganizar o Estado R e, quando esta terceira etapa se encontra plenamente desenvolvida, a “conquista do Estado” tradicional não passa, na realidade, de um assalto ao vazio. Hoje, e de um modo crescente, é sobretudo contra o Estado A que se dirige o movimento operário. É este precisamente o sentido das lutas operárias autônomas no mundo contemporâneo: a diversificação dos seus focos de luta corresponde à diversidade dos aparelhos de poder do Estado A.

Nos países onde a passagem da segunda para a terceira etapa foi menos radical é hoje perceptível uma quarta etapa:

4.) Após o deflagrar da crise em 1974: é esta a etapa que hoje se atravessa nos países da OCDE, onde a burguesia, embora economicamente circunscrita e praticamente desprovida de poder político, é numericamente considerável o que distingue socialmente este grupo de países dos do Comecon e do “terceiro mundo”. Perante a absoluta insignificância do Estado R a classe gestorial abandona inteiramente essa encenação à burguesia. E a burguesia, afirmando publicamente a tese da “limitação da intervenção econômica do Estado” — que pretende apresentar como uma vitória sua sobre os gestores — está na realidade a proceder ao desmantelamento das derradeiras instituições econômicas do Estado R para dar o maior âmbito possível ao neocorporativismo assente no Estado A. Esta fase terminal da liquidação política da burguesia nos países da OCDE é, pois, executada pela própria burguesia, que daqui em diante passará inteiramente a ser uma classe sob tutela. É este o prisma por que se deve analisar a administração Reagan nos EUA ou o governo Thatcher no Reino Unido.

#### **IV — Alguns Exemplos**

Encontra-se com mais frequência quem admita as formas extremas atingidas pela terceira etapa em relação aos países do Comecon aos do “terceiro mundo” do que relativamente aos países da OCDE. Valerá por isso a pena observar como nos EUA, o mais importante dos membros da OCDE, se opera a fusão entre os organismos cooptados nascidos no âmbito do Estado R e o aparelho do Estado A e como este neocorporativismo, hegemonzado pelo Estado A, acabou por circuns-

crever o Estado R, deixando-lhe uma margem de ação praticamente nula.

Os agentes mais ativos dessa fusão são os lobbys, emanção dos Grupos de Interesses, ou Grupos de Pressão. Todos estes grupos, tanto patronais como sindicais ou outros, têm lobbys. No final dos anos sessenta apenas cerca de 100 companhias tinham lobbyists permanentes em Washington; no final dos anos setenta esse número subiu para mais de 500. A Câmara de Comércio, que tem como membros 72.000 companhias e associações, formou uns lobbys de tipo especial, os Congressional Action Committees (CAC), de que existiam 2.300 em 1978; cada um destes CAC é composto por cerca de 30 homens de negócios que conhecem pessoalmente o membro do Congresso pela sua circunscrição, ajudaram a elegê-lo etc.; mantêm com ele um contato estreito e essas pressões são coordenadas centralmente. O mesmo sistema é seguido pela National Association of Manufactures e pela American Bankers Association. Além destas formas permanentes de relação do Estado A com os membros do Estado R existem outras particularmente centradas nos momentos eleitorais, os Political Action Committees (PAC), que têm como objectivo canalizar fundos sindicais e patronais para o financiamento das campanhas eleitorais. Os PAC do patronato só foram autorizados em 1974, mas os dos sindicatos existiam já anteriormente. Em 1974 o número de PAC do patronato era de 600, passando para 3.500 em 1982. Na campanha eleitoral de 1976 o total das contribuições dos PAC do patronato foi de 12,6 milhões de dólares; as contribuições dos PAC dos sindicatos montaram a 17,5 milhões de dólares.

Na campanha eleitoral de 1982 as contribuições totais dos PAC do patronato foram de 80 milhões de dólares.

Este desenvolvimento dos lobbys é ao mesmo tempo efeito e causa do enfraquecimento das direções partidárias no Congresso e da fragmentação política no interior dos grandes partidos, ela própria um elemento da redução do âmbito do Estado R. O objectivo final dos lobbyists é, para empregar as suas próprias palavras, o estabelecimento do “iron triangle”, o triângulo de ferro que relaciona os interesses que esse lobby representa (um dado setor do Estado A), a agência federal a que o assunto diz respeito (um organismo predominantemente cooptado saído do Estado R) e a comissão ou subcomissão do Congresso (um elemento do Estado R passado sob a hegemonia do Estado A e tendendo a desarticular-se da restante instituição a que pertencia no Estado R).

A importância dos lobbys é muito variada, consoante o carácter mais ou menos geral e mais ou menos hegemônico dos interesses que veiculam. O principal lobby do patronato é provavelmente a Business Roundtable (BR), fundada em finais de 1972 a partir de duas organizações já existentes, cujo objectivo era o de combater a influência dos sindicatos. Mas a BR seguiu uma via diferente, de conciliação e diálogo com os sindicatos; pretende, além disso, harmonizar os antagonismos entre as várias empresas, de modo a permitir-lhes uma ação comum; e mantém contatos diretos regulares com as mais altas esferas do Estado R (secretários da Administração e presidente), sobre as quais exerce pressões. Em 1978 a BR reunia 190 empresas e, em 1980, 196, todas elas escolhidas

entre as maiores, tanto na indústria, como nos chamados “serviços” e nas instituições financeiras. E estas empresas estão representadas na BR apenas pelos seus mais altos gestores ativos, pelos Chief Executive Officers (ceo); em 1978 o presidente da BR era Irving Shapiro, ceo da DuPont; sucedeu-lhe Th. Murphy, ceo da General Motors; em 1980 foi eleito presidente Clifton C. Garvin, ceo da Exxon.

A referida passagem deste grande lobby patronal de uma política de hostilidade para outra de conciliação com os sindicatos resulta da crescente integração social entre os gestores das maiores empresas e os gestores especializados no mercado de trabalho, isto é, os gestores sindicais. A principal instituição onde essa articulação se processa é o Labor-Management Group (L-MG), que tem como teórico inspirador John Dunlop, ex-secretário do Trabalho e depois professor na Harvard Business School. Em 1978 o L-MG era constituído por 16 membros, 8 do patronato e 8 de sindicatos, sob a co-presidência do presidente da central AFL-CIO, que era então Meany, e do ceo da DuPont, Shapiro, que vimos já ser então presidente da BR; em 1983 o Labor-Management Committee (L-MC), nova denominação do L-MG, reunia 8 dirigentes sindicais e 10 ceo de empresas. São apenas admitidos dirigentes de alto nível dos maiores sindicatos, nomeadamente Lane Kirkland, que sucedeu a Meany na presidência da AFL-CIO; e só são aceites também ceo das maiores empresas, nomeadamente, além da DuPont, das Exxon, General Motors, General Electric, AT&T. A influência do L-MC é particularmente sensível na organização de políticas protecionistas, que ao mesmo tempo preservem da concorrência estrangeira o mercado

das grandes empresas norte-americanas e assegurem aos dirigentes sindicais desse país o controle do mercado de trabalho nesses ramos de produção contra a intromissão da força de trabalho estrangeira, quer direta (imigração), quer indireta (fabrico de bens importados). Esta convergência de interesses protecionistas faz-se sobretudo sentir em ramos específicos de atividade, e são inumeráveis os lobbys a que dá lugar.

As estruturas de poder resultantes da redução da importância do Estado R pelo aumento das funções do Estado A têm nos gestores da DuPont, nomeadamente em Irving Shapiro, alguns dos seus ideólogos mais lúcidos. Nas suas campanhas de propaganda a DuPont opõe-se frontalmente ao mito livre-concorrencial da sociedade norte-americana e afirma que o pluralismo resulta, nos EUA, da interação recíproca das grandes empresas, dos grandes sindicatos e das grandes administrações cooptadas saídas do Estado R. Note-se que é esta a única aceção possível do “pluralismo” em países do “terceiro mundo”, onde nos restantes, os “totalitários”, é hegemônica a propriedade centralizada do capital. Para a DuPont a existência das grandes empresas e dos grandes sindicatos anulou o mercado livre-concorrencial, o que tornou necessária a planificação governamental extensiva; mas para que esta última seja profícua terá de se rentabilizar a máquina estadual, ou seja, será necessária a hegemonia dos critérios decorrentes do Estado A sobre o modo de atuação do Estado R, o qual é assim decisivamente assimilado pelo Estado A.

Este mesmo tipo de ideologia inspira aquela que é, desde 1983, a política oficial da AFL-CIO, conjuntamente proposta por alguns dos mais lúcidos gestores, nomeadamente Felix Rohaytin, sendo apoiada também pelo L-MC. Essa política visa o lançamento de um vasto programa de reconversão industrial dos EUA, que se fundamentaria na institucionalização das relações entre o patronato, os sindicatos e a administração, constituindo-se assim um Reindustrialization Board. Este RB supervisionaria um National Development Bank, que forneceria o crédito e os incentivos necessários à reorganização da base industrial norte-americana.

Em termos forçosamente breves procedi aqui a um enunciado de alguns dos pontos mais importantes da articulação entre o Estado A e elementos do Estado R, sob a hegemonia do primeiro. Este neocorporativismo informal teve, nos EUA, um dos seus mais perfeitos exemplos em Chicago, a segunda maior cidade do país. Aí, Richard J. Daley, mayor desde 1955 até a sua morte, em 1976, desenvolveu, por detrás de uma encenação plebiscitária e aparatosa do poder, uma estrutura estadual assente na relação entre o aparelho cooptado do Partido Democrático, os gestores das empresas e os gestores sindicais. Este triângulo constituía a base do que era conhecido como “The Machine”, A Máquina, e na qual se integravam secundariamente também lobbys de outros grupos de interesses: religiosos, étnicos etc. “The Machine” representava, a nível local, uma forma máxima de redução do Estado R e de expansão do Estado A, regulando-se assim a distribuição das empreitadas de obras públicas, os financiamentos bancários à administração urbana, a

supressão das greves e, em geral, a resolução dos conflitos laborais. Esta estrutura continuou a funcionar sob o mayor Michael A. Bilandic (1976-1979), mas desagregou-se progressivamente sob a mayor Jane Byrne e em 1980, pela primeira vez desde há muitos anos, a municipalidade de Chicago teve de enfrentar movimentos grevistas entre o seu pessoal. Em 1983 a vitória de Harold Washington nas eleições para mayor parece representar o fim definitivo de “The Machine”, tal como Daley a estruturara. Será interessante observar como, daqui em diante, se reorganizarão em Chicago as instituições do neocorporativismo.

Enquanto o Estado A amplia o seu âmbito de ação e se multiplica em novas iniciativas, o Estado R limita cada vez mais a sua intervenção. É essa a função da administração Reagan, entrando-se na quarta das etapas que antes enunciei. Um exemplo: O National Labor Relations Board, desde que a nova administração subiu ao poder, tem sofrido importantes cortes orçamentais, que agravam o problema, já antes sensível, da falta de juizes nos Tribunais de Trabalho. Exatamente o mesmo se sucede com o Federal Mediation & Conciliation Service, cuja função é a de servir de medianeiro nas disputas laborais (cerca de 20.000 por ano); com os cortes orçamentais a que a administração Reagan tem procedido essa atividade encontra-se muito coarctada. Ao mesmo tempo que diminui assim a capacidade de intervenção do Estado R nos conflitos laborais e, em geral, na organização do mercado de trabalho, desenvolvem-se as relações diretas entre os gestores das empresas e os gestores sindicais, não só a nível cimeiro, como vimos, mas

também no âmbito de cada empresa em particular e até de unidades de fabrico. A burguesia norte-americana cumpre assim este ato decisivo na sua submissão histórica à classe gestorial, dismantelando instituições até então decorrentes em grande medida do Estado R e passando as suas funções para o âmbito do Estado A.

Em termos gerais tem sido esta a evolução dos restantes países-membros da OCDE. É-me impossível, no âmbito restrito de um artigo, proceder sequer a um enunciado dos pontos mais salientes do processo de desenvolvimento do Estado A em cada um destes países, mas não quero deixar de apontar dois casos que deveriam servir de base a um estudo mais aprofundado da questão:

No Japão a transformação dos *zaibatsu* em *keiretsu*, ocorrida no imediato pós-guerra, sob a égide das forças ocupantes norte-americanas, vinha já a esboçar-se desde o período anterior, à medida que a administração desses grandes conglomerados passava das famílias proprietárias para os banto, os altos gestores. As reformas introduzidas com a ocupação norte-americana e o seu prosseguimento de 1952 em diante não fizeram mais do que reforçar esta autonomia dos banto, ao mesmo tempo que os contatos entre eles continuavam na esfera dos antigos *zaibatsu*, mas de maneira informal e, portanto, discretos e incontroláveis pelo Estado R. Aumentado assim o poder dos grandes gestores relativamente às grandes famílias de proprietários capitalistas particulares, consolidam-se as relações triangulares do neocorporativismo; sob a hegemonia dos gestores das grandes empresas, articulação com as mais

importantes administrações, autonomizadas da parte eleita do Estado R; e articulação com os dirigentes sindicais, num sistema em que dominam os sindicatos de empresa ou as seções de empresa em sindicatos mais gerais.

De todos os restantes países da OCDE é na Áustria que o neocorporativismo assume uma expressão mais formalizada, de tal modo que as suas instituições estão sempre subjacentes ao aparelho do Estado R, com uma verdadeira capacidade de veto, reduzindo-se a um mínimo os efeitos da encenação eleitoral.

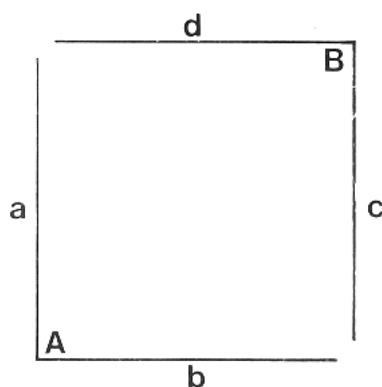
## **V — Várias Linhas de Desenvolvimento do Capitalismo de Estado**

A característica fundamental do desenvolvimento do capitalismo de Estado é a de constituir um processo multimodo. A não sobreposição das divisões gestores/burguesia, CGP/UPU, investimentos do Estado R/investimentos do Estado A; a diversidade dos campos de origem da classe dos gestores; a complexidade dos aparelhos de poder capitalistas e a evolução histórica por que, das etapas onde predominava o Estado R na coordenação da atividade económica global, se chegou à etapa atual em que cabe a absoluta hegemonia ao Estado A — tudo isto torna impossível traçar-se para o capitalismo de Estado um padrão de desenvolvimento único. A maior parte dos que têm estas questões concebe uma via apenas de desenvolvimento do capitalismo de Estado, à imagem das transformações históricas sofridas na URSS e eu próprio reconheço ser esse o modelo subjacente nos meus escritos publicados. Um modelo, porém, que tome em conta a

diversidade dos campos de origem da classe gestorial e a complexidade dos aparelhos de Estado capitalistas não pode deixar de admitir a existência de uma pluralidade de vias de desenvolvimento do capitalismo de Estado.

Nesta acepção qual pode ser significado do “capitalismo de Estado”? Numa perspectiva histórica esse conceito exprime a integração num mecanismo unificado dos aparelhos de poder capitalistas, qualquer que seja o seu campo de origem; e corresponde socialmente à unificação dos gestores enquanto classe e à sua hegemonia no modo de produção capitalista.

A diversidade dos processos históricos de desenvolvimento do capitalismo de Estado pode incluir-se nos parâmetros expressos pelo diagrama seguinte:



A) Estado R - → Estado A: é a via de desenvolvimento do capitalismo de Estado a partir do aparelho de poder tradicional, que hegemoniza em seguida todas as unidades

econômicas e os sindicatos. Esta via corresponde a fases hoje ultrapassadas do capitalismo.

B) Estado A - → Estado R: é a via de desenvolvimento do capitalismo de Estado a partir das unidades econômicas, que ao seu próprio nível, e articulando-se com as direções dos sindicatos burocratizados e com as administrações cooptadas destacadas do Estado R, coordenam diretamente o processo econômico global. Esta via corresponde à fase atual do capitalismo.

São estes os limites extremos das variantes possíveis e se certos casos históricos se integram cabalmente num ou no outro destes dois casos-limite, a maior parte resulta de formas combinadas. Assim, a experiência leninista insere-se plenamente no caso A, pois na URSS o aparelho do Estado A desenvolveu-se e reorganizou-se a partir da prévia remodelação do Estado R; e o desenvolvimento atual do capitalismo de Estado nos EUA decorre inteiramente do caso B, já que aí as transformações ocorridas no Estado R são uma mera consequência de remodelações previamente processadas no Estado A. Mas os fascismos, bem como a generalidade dos regimes hoje vigentes no “terceiro mundo”, só podem explicar-se mediante formas combinadas de A + B.

Mesmo sem analisar as várias formas combinadas exigidas pela análise histórica concreta é possível definir os tipos gerais de variantes seguintes:

a) Trata-se da via A conduzida sob a hegemonia dos gestores governamentais. É sob a sua orientação que se

unifica a classe gestorial e a eles se subordinam os gestores do Estado A.

b) Trata-se da via A conduzida sob a hegemonia dos gestores militares. Como esta via A é característica de fases já ultrapassadas do capitalismo, quando ela prevalecia as forças armadas não se tinham ainda autonomizado do Estado R, nem se confundiam ainda na prática as funções dos gestores militares com as dos civis como hoje sucede.

c) Trata-se da via B conduzida sob a hegemonia dos gestores das unidades econômicas particulares. É sob a sua orientação que se unifica a classe gestorial e a eles se subordinam os gestores do Estado R. Este é, no capitalismo atual, o tipo de variantes mais freqüente no desenvolvimento do capitalismo de Estado.

d) Trata-se da via B conduzida sob a hegemonia dos gestores sindicais. Para compreendermos este processo é necessário ter em conta que o capital não é uma soma de dinheiro nem um conjunto de maquinaria e de instalações, mas acima de tudo uma relação social. O controle da força de trabalho e a capacidade de impor limitações salariais, ou limitações na taxa de aumento dos salários, funcionam como capital para os gestores que controlam o mercado de trabalho. É esse capital que dá a tais gestores, em casos cada vez mais numerosos, o direito de participarem na administração das próprias empresas capitalistas. Este é o quadro geral onde se define o que pode chamar-se *capitalismo dos sindicatos*. Um dos elementos deste processo consiste na conversão de fundos salariais,

resultantes das contribuições dos trabalhadores, em ações mediante as quais os gestores dos sindicatos controlam total ou parcialmente empresas, por vezes de dimensões muito consideráveis — até transnacionais — e se convertem em proprietários de terrenos urbanos. Na maior parte dos casos o capitalismo dos sindicatos desenvolve-se subordinadamente às formas capitalistas tradicionais, permanecendo então esta variante secundarizada numa combinação com a variante *c*. Mas em alguns casos, de que o de Israel é o mais notório, os dirigentes sindicais são um patrão capitalista de importância muito considerável e, então, é a variante *d* que prevalece na via B. Esta variante só pode definir-se nas etapas do capitalismo em que o Estado A é hegemônico, pois quando o predomínio cabia ao Estado R os sindicatos, ou não sustentavam diretamente relações capitalistas, ou quando o faziam integravam-se nos próprios pares governamentais, aparecendo então indistintos da via *a*.

Combinações destas quatro variantes permitirão proceder à análise das experiências concretas e definir as transformações sofridas pelas vias de desenvolvimento do capitalismo de Estado. Quanto mais se unifica a classe gestorial e se consolidam as estruturas neocorporativas do Estado A, mais estas variantes se cruzam e combinam.

Como vimos, a terceira etapa e a passagem para a quarta etapa no processo de hegemonia do Estado A sobre o Estado R representam uma maior unificação dos sistemas presentes de capitalismo de Estado. Estamos a evoluir de uma diferença entre sistemas para uma mera diferença entre

os processos históricos por que nos vários países se chegou a um regime cada vez mais comum. O principal papel-motor nessa síntese cabe hoje às sociedades transnacionais. São elas que mais ativamente têm ultrapassado as fronteiras entre os três grandes grupos econômicos (países da OCDE, do Comecon, do “terceiro mundo”) e que, enquanto maiores unidades econômicas, hegemonomizam o Estado A e podem, portanto, converter o neocorporativismo informal num verdadeiro sistema formal. Seria essa, numa etapa seguinte, a unificação institucional do capitalismo mundial, a afirmação da absoluta hegemonia da classe dos gestores, o desenvolvimento de uma forma superior de capitalismo de Estado.

# Bibliografia do autor

Guevara. *Antologia*, s. l., s. ed., 1967. [em co-autoria com Adriano de Carvalho].

*Para uma Teoria do Modo de Produção Comunista*, Porto: Afrontamento, 1975.

*Marx Crítico de Marx. Epistemologia, Classes Sociais e Tecnologia em "O Capital"*, 3 volumes, Porto: Afrontamento, 1977.

*Para una Teoria del Modo de Producción Comunista*, Bilbao: Zero, 1977.

*Lucha de Clases en China (1949-1976)*, Bilbao: Zero, 1977.

*O Inimigo Oculto. Ensaio sobre a Luta de Classes, Manifesto Anti-Ecológico*, Porto: Afrontamento, 1979.

*Ensaio sobre a Luta de Classes*, [s. l.]: Edição dos demitidos do ABC, [s. d.]. Reedição no Brasil.

*Capital, Sindicatos, Gestores*, São Paulo: Vértice, 1987.

*Crise da Economia Soviética*, Coimbra: Fora do Texto, 1990.

*Economia dos Conflitos Sociais*, São Paulo: Cortez, 1991.

*Dialéctica da Prática e da Ideologia*, Porto: Afrontamento, São Paulo: Cortez, 1991.

*Poder e Dinheiro. Do Poder Pessoal ao Estado Impessoal no Regime Senhorial. Séculos V-XV, 3 volumes, Porto: Afrontamento, 1995, 1997, 2002.*

*Estado. A Silenciosa Multiplicação do Poder, São Paulo: Escrituras, 1998.*

*Transnacionalização do Capital e Fragmentação dos Trabalhadores. Ainda Há Lugar para os Sindicatos?, São Paulo: Boitempo, 2000.*

*Labirintos do Fascismo. Na Encruzilhada da Ordem e da Revolta, Porto: Afrontamento, 2003.*

*Democracia Totalitária. Teoria e Prática da Empresa Soberana, São Paulo: Cortez, 2004.*

*Capitalismo Sindical, São Paulo: Xamã, 2008 [em co-autoria com Luciano Pereira].*

*Economia dos Conflitos Sociais, São Paulo: Expressão Popular, 2009. [É uma 2ª ed., revista, do livro de 1991.]*

*Crise da Economia Soviética, Aparecida de Goiânia: Escultura, 2017. [Reedição, com prefácio e apêndice, do livro de 1990]*

*La Gauche identitaire contre la classe : aux sources d'une régression, [Textos : João Bernardo, Adolph Reed Jr, Loren Goldner ] Paris: Ni Patries Ni Frontières, 2017.*

*Contre l'écologie, Paris: Ni Patries Ni Frontières, 2017.*

*A Sociedade Burguesa de Um e Outro Lado do Espelho. La Comédie humaine*, Belo Horizonte: Editora da Universidade do Estado de Minas Gerais, 2017.

*De retour en Afrique. Des révoltes d'esclaves au panafricanisme*, Paris: Ni Patries Ni Frontières, 2018 [em co-autoria com Manolo].

# Índice de nomes e assuntos

|                                                                                               |                                                                                        |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------|
| 11 de Março.....                                                                              | 19-21, 26, 29, 31, 35, 44, 47, 50, 54, 57, 72                                          |
| 25 de Abril.....                                                                              | 13, 19, 20, 24, 30, 48, 49, 52, 53, 56, 59, 63, 64, 71, 78, 79, 81, 146, 147, 149, 153 |
| 28 de Setembro.....                                                                           | 53, 54, 56                                                                             |
| <i>A Capital</i> (Jornal).....                                                                | 44, 47, 51                                                                             |
| ABC ( <i>Região Metropolitana de São Paulo</i> ).....                                         | 159, 172, 242                                                                          |
| Abolição do dinheiro.....                                                                     | 89-94, 97-100, 102, 103, 105, 115                                                      |
| Absentismo.....                                                                               | 202                                                                                    |
| Academia Militar.....                                                                         | 147                                                                                    |
| Actividade industrial.....                                                                    | 24, 25                                                                                 |
| Acumulação socialista primitiva.....                                                          | 92, 94, 96, 98                                                                         |
| AFL-CIO ( <i>American Federation of Labor and Congress of Industrial Organizations</i> )..... | 231, 232                                                                               |
| Afrontamento .....                                                                            | 164                                                                                    |
| Alentejo.....                                                                                 | 150, 153                                                                               |
| Alienação.....                                                                                | 84, 157, 165, 202                                                                      |
| Anarquismo.....                                                                               | 98, 104, 105                                                                           |
| Anarquista.....                                                                               | 99-101, 104, 115                                                                       |
| Astúrias.....                                                                                 | 100                                                                                    |
| Auto-organização.....                                                                         | 100, 153                                                                               |
| Autogestão.....                                                                               | 11, 151, 164-166, 168, 170                                                             |
| Autonomia .....                                                                               | 67, 117, 124, 130, 138, 139, 149, 150, 154-156, 223, 235                               |
| Autónomo .....                                                                                | 168, 171                                                                               |
| Baez Joan.....                                                                                | 179, 198                                                                               |
| Balzac.....                                                                                   | 183                                                                                    |
| Banco da Agricultura.....                                                                     | 30                                                                                     |
| Banco Pinto & Sotto Mayor.....                                                                | 26                                                                                     |
| Barcelona.....                                                                                | 99, 101, 105                                                                           |
| Battisti Cesare.....                                                                          | 180                                                                                    |
| Beria.....                                                                                    | 98                                                                                     |

|                                                        |                                                                                                     |
|--------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Besnard Pierre.....                                    | 99                                                                                                  |
| Brasil.....                                            | 136, 156, 159, 164, 165, 172, 173, 242                                                              |
| Brassens Georges.....                                  | 198                                                                                                 |
| Burguesia.....                                         | 19, 20, 27, 36, 40, 41, 47, 53, 55, 66, 67, 70, 76, 133, 136, 144, 157, 209-215, 227, 228, 234, 236 |
| Burocracia.....                                        | 12, 174, 176, 178, 186, 200, 201                                                                    |
| Caderneta de Trabalho.....                             | 99                                                                                                  |
| Campos.....                                            | 153                                                                                                 |
| Capital constante.....                                 | 37-39, 85                                                                                           |
| Capital variável.....                                  | 38-40                                                                                               |
| <i>Capital, Sindicatos, Gestores</i> .....             | 156                                                                                                 |
| Capitalismo de Estado.....                             | 9, 13-18, 20, 22, 23, 26, 32, 35, 40, 41, 45, 46, 55-58, 61, 66, 74, 174, 200, 221, 222, 236-241    |
| Capitalismo privado.....                               | 174                                                                                                 |
| Carvalhas Carlos.....                                  | 50                                                                                                  |
| Catalunha.....                                         | 101, 102, 104                                                                                       |
| Champalimaud.....                                      | 26                                                                                                  |
| Charminha.....                                         | 151                                                                                                 |
| Checoslováquia.....                                    | 175, 177                                                                                            |
| China.....                                             | 22, 23, 36, 41, 130, 178, 179, 242                                                                  |
| Classe dos Gestores.....                               | 209                                                                                                 |
| Clearing.....                                          | 93, 99, 101-103                                                                                     |
| CNT ( <i>Confederación Nacional del Trabajo</i> )..... | 99-102                                                                                              |
| Colectivismo.....                                      | 151                                                                                                 |
| <i>Combate</i> (Jornal).....                           | 20, 150                                                                                             |
| Comecon.....                                           | 225, 227, 228, 240                                                                                  |
| Comissões burocratizadas.....                          | 80                                                                                                  |
| Comissões de fábrica.....                              | 53, 128                                                                                             |
| Comissões de moradores.....                            | 62, 68, 70, 153, 154                                                                                |
| Comissões de trabalhadores.....                        | 53, 59, 61-67, 73, 74, 81, 128, 150, 152-154                                                        |
| Comuna de Paris.....                                   | 171, 179                                                                                            |
| Comunismo.....                                         | 11, 79, 81, 121, 122, 149, 151, 176                                                                 |
| Comunismo de Guerra.....                               | 90-92, 94, 97, 98, 100, 115                                                                         |
| Conde de Aguilar.....                                  | 18                                                                                                  |

|                                                          |                                                                |
|----------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------|
| Condições Gerais de Produção.....                        | 76, 132, 205                                                   |
| Conflitos.....                                           | 51, 117, 118, 140, 152, 186, 193, 197, 198, 216, 217, 233, 234 |
| Conflitos sociais.....                                   | 7, 117, 118, 140, 156, 186, 193, 197, 216, 217, 243            |
| Congresso de Zaragoza.....                               | 99                                                             |
| Consciência.....                                         | 10, 63, 73, 74, 82, 158, 163, 164, 166, 219                    |
| Conselhos de fábrica.....                                | 81                                                             |
| Conselhos revolucionários.....                           | 18, 63-68                                                      |
| Contenção salarial.....                                  | 40, 48, 52, 57                                                 |
| <i>Contra a Corrente</i> .....                           | 13                                                             |
| <i>Contribuição à crítica da economia política</i> ..... | 79                                                             |
| <i>COPCON (Comando Operacional do Continente)</i> .....  | 14, 57, 61                                                     |
| Correia Jesuino.....                                     | 50, 71                                                         |
| <i>Cortez Editora</i> .....                              | 140                                                            |
| Costa Gomes Francisco da.....                            | 50, 72                                                         |
| Crescimento zero.....                                    | 83                                                             |
| Crise de 1929.....                                       | 22, 36                                                         |
| Dandies.....                                             | 12                                                             |
| Dangerfield George.....                                  | 183                                                            |
| Decreto-lei.....                                         | 25, 26, 34, 42, 43, 45, 66                                     |
| Desacumulação socialista.....                            | 96, 97                                                         |
| Desemprego.....                                          | 31, 46, 47, 85, 86, 120                                        |
| <i>Dialéctica da Prática e da Ideologia</i> .....        | 156, 166                                                       |
| <i>Diário do governo</i> .....                           | 25                                                             |
| Dinheiro.....                                            | 22, 88-116, 127, 145, 150, 164, 165, 239                       |
| Divisão de trabalho.....                                 | 196                                                            |
| Dostoiévski.....                                         | 106                                                            |
| Dutschke Rudi.....                                       | 177, 179                                                       |
| Dylan Bob.....                                           | 198                                                            |
| Ecológicos.....                                          | 83                                                             |
| <i>Economia dos Conflitos Sociais</i> .....              | 140                                                            |
| Economia dos Processos Revolucionários.....              | 140                                                            |
| Efacec/Inel.....                                         | 151                                                            |
| Ellroy James.....                                        | 183                                                            |
| Engels.....                                              | 191                                                            |

|                                                                       |                                                                                                                                                                                                                      |
|-----------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Enquadramento:                                                        | 57, 59                                                                                                                                                                                                               |
| Espanha:                                                              | 101, 104, 156                                                                                                                                                                                                        |
| Estado:                                                               | 9, 13-24, 26-28, 32, 33, 35-37, 39-41, 44-50, 52, 53, 55-58, 60, 61, 66-68, 70, 73, 74, 76, 90-97, 101, 133-139, 143, 144, 146-150, 153-156, 159, 174, 178, 184, 187, 192, 194, 198, 200, 213-230, 232-241, 243, 244 |
| Estado Amplo:                                                         | 135-139, 215                                                                                                                                                                                                         |
| Estado Restrito:                                                      | 134-138, 214-216, 220-230, 232-240                                                                                                                                                                                   |
| Estética:                                                             | 12                                                                                                                                                                                                                   |
| Exército:                                                             | 14, 29, 45, 46, 49, 55, 56, 95, 147, 149, 179, 198                                                                                                                                                                   |
| <i>Expresso</i> , (Jornal):                                           | 50, 60, 67                                                                                                                                                                                                           |
| Extrema-esquerda:                                                     | 61, 63                                                                                                                                                                                                               |
| Extrema-direita:                                                      | 50, 178                                                                                                                                                                                                              |
| Fascismo:                                                             | 59, 146, 171, 238, 243                                                                                                                                                                                               |
| Ferré Léo:                                                            | 198                                                                                                                                                                                                                  |
| FEC ( <i>Frente Eleitoral de Comunistas - Marxistas-Leninistas</i> ): | 14                                                                                                                                                                                                                   |
| Fetichismo:                                                           | 88                                                                                                                                                                                                                   |
| Fiscalização:                                                         | 184, 195-197                                                                                                                                                                                                         |
| <i>Folha de São Paulo</i> (Jornal):                                   | 162                                                                                                                                                                                                                  |
| Forças produtivas:                                                    | 79, 80, 83-85, 122, 124, 126-129, 164, 217                                                                                                                                                                           |
| Foucault Michel:                                                      | 182                                                                                                                                                                                                                  |
| Fragmentação:                                                         | 133                                                                                                                                                                                                                  |
| França:                                                               | 99, 156, 198                                                                                                                                                                                                         |
| FUR ( <i>Frente de Unidade Revolucionária</i> ):                      | 14                                                                                                                                                                                                                   |
| General Motors:                                                       | 130, 230, 231                                                                                                                                                                                                        |
| Generalitat:                                                          | 101                                                                                                                                                                                                                  |
| Gestores:                                                             | 7, 9, 76, 92, 93, 133-136, 144, 146, 152, 155, 156, 174, 179, 181, 182, 190, 200, 201, 209-216, 223, 224, 226-228, 230-239, 241, 242                                                                                 |
| Ginsberg:                                                             | 185                                                                                                                                                                                                                  |
| Goulart:                                                              | 172                                                                                                                                                                                                                  |
| Gonçalves Vasco:                                                      | 16, 17, 58, 67, 70                                                                                                                                                                                                   |
| Governo Garrastazu Médici:                                            | 165                                                                                                                                                                                                                  |
| Gramsci:                                                              | 178                                                                                                                                                                                                                  |
| Greves:                                                               | 37, 50-52, 54, 57, 60, 66, 82, 171, 174, 202, 233                                                                                                                                                                    |

|                                                |                                                                               |
|------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------|
| Guerra civil.....                              | 90, 92, 100, 115                                                              |
| Guerra colonial.....                           | 23, 49, 55, 147                                                               |
| Guerra do Vietname.....                        | 159                                                                           |
| Guerra Fria.....                               | 176, 178                                                                      |
| Guiné.....                                     | 55, 56                                                                        |
| Hegel.....                                     | 184, 202                                                                      |
| Hierarquia.....                                | 65, 81, 125, 126, 154, 165, 196                                               |
| Hoover J. Edgar.....                           | 184                                                                           |
| Identitarismos.....                            | 10, 11                                                                        |
| Ideologia.....                                 | 7, 10, 50, 55, 65, 66, 70, 84, 89, 91, 156, 157, 163, 164, 166, 168, 232, 242 |
| Igualitárias.....                              | 61, 81, 82, 115, 127, 217, 219, 220                                           |
| Iluminismo.....                                | 157                                                                           |
| <i>Imobiliária Construtora Grão-Pará</i> ..... | 30                                                                            |
| Inflação.....                                  | 22, 23, 32, 33, 40, 63, 91, 93, 94, 102                                       |
| Instituições de crédito.....                   | 21, 23, 32                                                                    |
| Insubordinação.....                            | 202                                                                           |
| Insurreição húngara.....                       | 175                                                                           |
| Integração.....                                | 144                                                                           |
| Intellectual orgânico.....                     | 219                                                                           |
| Internacionalização.....                       | 128                                                                           |
| Investimentos.....                             | 16, 21, 23, 32, 33, 46, 208, 209, 213, 214, 236                               |
| Irracionalismo.....                            | 157                                                                           |
| Junta de Salvação Nacional.....                | 148                                                                           |
| Kant.....                                      | 202                                                                           |
| Kautsky.....                                   | 90                                                                            |
| Keiretsu.....                                  | 235                                                                           |
| Khmers vermelhos .....                         | 104                                                                           |
| Kritsman.....                                  | 98                                                                            |
| Khruchtchev.....                               | 98                                                                            |
| Latifundiários.....                            | 30, 31, 44                                                                    |
| Latifúndios.....                               | 44, 150                                                                       |
| Lei do Institucional.....                      | 77                                                                            |
| Lei do valor.....                              | 75-77, 91, 94, 98                                                             |
| Leninismo.....                                 | 100, 165, 191                                                                 |

|                                                                                           |                                                                                                                                                      |
|-------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Leninista.....                                                                            | 78, 100, 101, 137, 168, 169, 172, 220, 227, 238                                                                                                      |
| Livre concorrência.....                                                                   | 205                                                                                                                                                  |
| Lorenzo César.....                                                                        | 115                                                                                                                                                  |
| Lourenço Vasco.....                                                                       | 17, 58, 67                                                                                                                                           |
| LUAR ( <i>Liga de Unidade e Acção Revolucionária</i> )....                                | 60-62, 67, 70, 74                                                                                                                                    |
| Luta directa.....                                                                         | 81                                                                                                                                                   |
| Lutas autonomistas.....                                                                   | 174, 177                                                                                                                                             |
| Luxemburg Rosa.....                                                                       | 178                                                                                                                                                  |
| Maio de 68.....                                                                           | 12, 182                                                                                                                                              |
| Mais-valia.....                                                                           | 33, 36-39, 42, 43, 48, 50-52, 60, 62, 66, 68, 76, 117-121, 128, 131-133, 135, 136, 138, 141-144, 161, 200-204, 208, 210, 211, 213, 215, 216, 218-223 |
| Mais-valia relativa.....                                                                  | 37-39, 51, 120, 121, 128, 131-133, 135, 136, 138, 141-144, 161, 203, 204, 208, 211, 216, 219-221, 223                                                |
| Mao Tsé-tung.....                                                                         | 178, 179                                                                                                                                             |
| Mão-de-obra.....                                                                          | 96, 124, 182, 194, 195                                                                                                                               |
| Maoísmo.....                                                                              | 130                                                                                                                                                  |
| Marat Jean-Paul.....                                                                      | 182                                                                                                                                                  |
| Marcelismo.....                                                                           | 27, 30, 33, 43, 52, 56                                                                                                                               |
| Martins Rogério.....                                                                      | 27                                                                                                                                                   |
| Marx.....                                                                                 | 75, 77, 79, 98, 118, 142, 143, 156, 157, 161, 170, 191, 201, 202, 242                                                                                |
| Marxismo.....                                                                             | 98, 105, 142, 143, 158, 161, 178, 202                                                                                                                |
| Marxistas.....                                                                            | 88, 100, 123, 142, 162, 172, 178                                                                                                                     |
| MDP-CDE ( <i>Movimento Democrático Português / Comissão Democrática Eleitoral</i> ) ..... | 14, 58, 69, 70, 71                                                                                                                                   |
| Melo Antunes Ernesto.....                                                                 | 15, 16, 20                                                                                                                                           |
| Mercado de solidariedade.....                                                             | 152, 154                                                                                                                                             |
| Mercado mundial.....                                                                      | 128                                                                                                                                                  |
| MES ( <i>Movimento de Esquerda Socialista</i> ).....                                      | 58, 71                                                                                                                                               |
| MFA ( <i>Movimento das Forças Armadas</i> ).....                                          | 19, 50, 54-62, 68-70                                                                                                                                 |
| Mintz Frank.....                                                                          | 115                                                                                                                                                  |
| Modo de produção.....                                                                     | 75, 77, 79, 80, 86, 87, 122, 141, 144, 158, 170, 200, 212, 217, 237                                                                                  |
| Modo de Produção Comunista.....                                                           | 75, 156, 242                                                                                                                                         |

|                                                                  |                                                                                                                     |
|------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Movimento autónomo.....                                          | 78, 87                                                                                                              |
| Movimento negro.....                                             | 159                                                                                                                 |
| Movimento operário.....                                          | 77                                                                                                                  |
| MSL ( <i>Movimento Socialista Libertário</i> ,).....             | 168                                                                                                                 |
| Multiculturalismo.....                                           | 182                                                                                                                 |
| Murteira Mário.....                                              | 16, 51                                                                                                              |
| Neoplasticistas.....                                             | 12                                                                                                                  |
| NEP ( <i>Nova Política Económica</i> ).....                      | 98, 101                                                                                                             |
| <i>O Jornal</i> .....                                            | 71                                                                                                                  |
| Objectivismo.....                                                | 157                                                                                                                 |
| OCDE.....                                                        | 225, 227, 228, 234, 235, 240                                                                                        |
| Ocupação colectiva.....                                          | 150                                                                                                                 |
| Operários industriais.....                                       | 95                                                                                                                  |
| Oposição.....                                                    | 14, 17, 59, 76, 77, 92, 147, 156, 213                                                                               |
| Organizações autónomas.....                                      | 53, 59, 61, 67                                                                                                      |
| Patronato.....                                                   | 82, 229-232                                                                                                         |
| PC.....                                                          | 54, 58, 59, 67, 69, 72, 99                                                                                          |
| PCP ( <i>Partido Comunista Português</i> ).....                  | 13, 14, 70                                                                                                          |
| PIDE ( <i>Polícia Internacional e de Defesa do Estado</i> )..... | 50                                                                                                                  |
| Pol Pot.....                                                     | 105                                                                                                                 |
| <i>Política Operária</i> .....                                   | 140                                                                                                                 |
| Polónia.....                                                     | 130, 159, 171                                                                                                       |
| Portugal.....                                                    | 13, 17, 19, 21, 23, 27, 30-32, 35, 41, 45, 46, 49, 65, 74, 81, 124, 126, 130, 146, 151, 156, 159, 164-166, 171, 181 |
| <i>Portugália Editora</i> .....                                  | 45                                                                                                                  |
| Potlatch.....                                                    | 107                                                                                                                 |
| POUM ( <i>Partido Obrero de Unificación Marxista</i> ).....      | 99                                                                                                                  |
| PPD ( <i>Partido Popular Democrático</i> ).....                  | 54, 72                                                                                                              |
| Prática.....                                                     | 168                                                                                                                 |
| Práxis.....                                                      | 202                                                                                                                 |
| Pré-capitalistas.....                                            | 83                                                                                                                  |
| Preobrazenskij.....                                              | 92                                                                                                                  |
| Processo de produção.....                                        | 75, 76, 84, 85, 117, 119, 137, 153                                                                                  |
| Produção da força de trabalho.....                               | 144                                                                                                                 |
| Programa Nacional de Emprego.....                                | 28                                                                                                                  |

|                                                            |                                                                                                                                                                                                   |
|------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Proletariado.....                                          | 16, 17, 19, 38, 46, 49-53, 55, 56, 61, 62, 65, 66, 70, 73, 74, 76-83, 86, 87, 92, 95, 100, 101, 119, 120, 124, 125, 128, 130-133, 136, 138, 139, 157, 175, 194, 203, 206, 210, 213, 220, 226, 227 |
| Propriedade privada.....                                   | 22, 91, 94, 179, 210                                                                                                                                                                              |
| PRP ( <i>Partido Revolucionário do Proletariado</i> )..... | 18, 60-68, 70, 74                                                                                                                                                                                 |
| PS ( <i>Partido Socialista</i> ).....                      | 19, 37, 54, 58, 69, 70, 72, 99                                                                                                                                                                    |
| PSOE ( <i>Partido Socialista Obrero Español</i> ).....     | 99                                                                                                                                                                                                |
| Putschista.....                                            | 54                                                                                                                                                                                                |
| Quartier Latin.....                                        | 177                                                                                                                                                                                               |
| Quem suja, limpa.....                                      | 124-126                                                                                                                                                                                           |
| Racionalismo.....                                          | 157                                                                                                                                                                                               |
| Ralis ( <i>Regimento de Artilharia de Lisboa</i> )....     | 14, 61, 181, 182, 193, 232                                                                                                                                                                        |
| Reagan.....                                                | 88, 228, 234                                                                                                                                                                                      |
| Reclus.....                                                | 104, 105                                                                                                                                                                                          |
| Reforma agrária.....                                       | 27, 29, 31, 44, 47, 51                                                                                                                                                                            |
| Reificação.....                                            | 88, 106                                                                                                                                                                                           |
| Relações de produção.....                                  | 79, 80, 129, 151                                                                                                                                                                                  |
| Relações sociais.....                                      | 55, 61, 64, 78-83, 86-88, 106, 114, 120-122, 124-128, 131, 132, 138, 141, 150, 153, 157, 179, 203, 217, 219                                                                                       |
| Repartição da mais-valia .....                             | 145                                                                                                                                                                                               |
| <i>República</i> (Jornal).....                             | 19                                                                                                                                                                                                |
| <i>Revista Ruptura</i> .....                               | 156                                                                                                                                                                                               |
| Revolução cultural .....                                   | 130, 159, 171, 178, 179                                                                                                                                                                           |
| Revolução russa.....                                       | 12                                                                                                                                                                                                |
| Romantismo.....                                            | 157                                                                                                                                                                                               |
| Rosa Coutinho Antônio.....                                 | 18, 71, 72                                                                                                                                                                                        |
| Rússia.....                                                | 92, 93, 223                                                                                                                                                                                       |
| Sabotagem.....                                             | 118                                                                                                                                                                                               |
| Salários.....                                              | 28, 31, 32, 35, 37, 38, 41-43, 45-48, 63, 93, 97, 103, 104, 122, 239                                                                                                                              |
| Salazar.....                                               | 29, 43, 46, 52, 55, 56, 71, 124, 146, 148, 166                                                                                                                                                    |
| Saraiva de Carvalho Otelo.....                             | 45, 60, 63, 67                                                                                                                                                                                    |
| Sindicatos .....                                           | 52, 53, 121, 129, 135, 154, 171, 172, 174, 181, 184-186, 192, 193, 209, 220, 224, 226, 229-232, 235, 237, 239, 240                                                                                |
| Sindicatos burocratizados.....                             | 129                                                                                                                                                                                               |

|                                            |                                                  |
|--------------------------------------------|--------------------------------------------------|
| Socialismo.....                            | 66, 72, 90, 170, 177, 201                        |
| Sogantal.....                              | 151                                              |
| Sousa Abreu.....                           | 152                                              |
| Spinolistas.....                           | 50, 72                                           |
| Stalin.....                                | 15, 46, 98                                       |
| Subjetivismo.....                          | 157                                              |
| Szamuely László.....                       | 115                                              |
| Tecnocracia.....                           | 40, 49, 52, 53, 56, 76, 85, 176, 178, 200        |
| Tecnocratas.....                           | 21, 28, 37, 46, 55, 76, 77, 85, 146, 155         |
| Tecnologia.....                            | 27, 41, 77, 79, 81-85, 142, 205, 218             |
| Tempo de trabalho.....                     | 10, 38, 52, 75, 117, 119, 128, 161, 162, 201-203 |
| Terceiro Mundo.....                        | 226-228, 232, 238, 240                           |
| Têxtil.....                                | 27, 43, 102                                      |
| Thatcher Margaret.....                     | 228                                              |
| <i>Tierra y Libertad</i> (Jornal).....     | 104                                              |
| Trabalho gratuito.....                     | 40, 41, 45-48, 57                                |
| Transnacionalização.....                   | 10, 181                                          |
| Unidades Colectivas de Produção (UCP)..... | 153, 154                                         |
| Unidades de Produção Última (UPU).....     | 206                                              |
| Universidade de Vincennes.....             | 105                                              |
| URSS.....                                  | 22, 23, 36, 41, 46, 138, 222, 236, 238           |
| Utopias.....                               | 90                                               |
| Vanguardas.....                            | 123, 127, 191                                    |
| Vargas.....                                | 172                                              |
| YouTube.....                               | 198                                              |
| Zaibatsu.....                              | 235                                              |





***O mundo que morreu não se limitou a morrer. Morreu de uma dada forma e foi substituído por dados problemas, e tanto uma como os outros constituem o terreno sobre o qual, queiramos ou não, vivemos e somos obrigados a agir.***

João Bernardo nasceu em 1946. Em 1965 foi expulso de todas as universidades portuguesas por motivos políticos durante um período de oito anos. Como militante foi preso três vezes pelo regime fascista em 1965-1966. Clandestino em Portugal, exilou-se em Paris de 1968 até 1974. Fez parte do colectivo que criou e manteve o jornal Combate, publicado de 1974 a 1978. De 1984 a 2009 foi convidado a leccionar em várias universidades brasileiras em cursos de pós-graduação.